

**PROGRAMA  
DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO CENTRO**



**VOLUME I**







**MINISTERIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITORIO  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO**

**PROGRAMA  
DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO CENTRO**

**VOL. I**

**COIMBRA 1988**

**SECÇÃO DE OFFSET**

- Fotografia: **ADELINO BANDEIRA**
- Paginação e Montagem: **ADELINO BANDEIRA**
- Transporte: **HENRIQUE TABORDA**
- Impressão: **JOAQUIM FELÍCIO**

**Capa:**

- **Victor Ferreira**

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>I - ANÁLISE ECONÓMICA E SOCIAL</b>	
1. - Caracterização e principais desequilíbrios	9
1.1- Aspectos Físicos	9
1.2- Aspectos de Administração e de Planeamento	21
1.3- População e Povoamento	23
1.4- Emprego e Formação Profissional	30
1.5- Agricultura, Pecuária e Silvicultura	37
1.6- Pesca	45
1.7- Indústria	48
1.8- Turismo	55
1.9- Infraestrutura de Transporte e de Comunicações	61
1.10-Condições de Vida	70
2. - Efeitos de medidas políticas recentes	79
3. - Potencialidades de Desenvolvimento	91
4. - Estrangulamentos ao Desenvolvimento	98
<b>II - OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO</b>	
1. - Objectivos e medidas (âmbito regional)	107
2. - Acções (âmbito sub-regional)	113
<b>ANEXO ESTATÍSTICO</b>	<b>125</b>



## Introdução

Correspondendo a uma responsabilidade que lhe foi atribuída já há quase duas décadas, a Comissão de Coordenação da Região Centro tem vindo desde sempre a desempenhar tarefas, que se foram renovando, de análise sócio-económica e planeamento.

Assim aconteceu em contextos políticos e institucionais bem diferentes; e continua a acontecer não obstante a sua actividade ter vindo a ser enriquecida com a atribuição de novas responsabilidades, nos campos do apoio autárquico, do ordenamento do território e do ambiente.

Pode dizer-se, aliás, que o atravessamento de contextos diferentes, nem sempre favoráveis à actuação da Comissão, constituiu uma experiência enriquecedora e um desafio em relação à sua responsabilidade originária, sendo além disso claro que a atribuição de novas responsabilidades não veio de forma alguma diminuir a necessidade de proceder à análise e ao planeamento sócio-económico; pelo contrário, as novas responsabilidades a que foi chamada constituem linhas de intervenção complementares, que estavam prejudicadas quando eram percorridas separadamente e sem coordenação.

O programa de desenvolvimento que agora se apresenta não constitui, assim, nada de novo na linha da actividade da Comissão de Coordenação da Região Centro. Mas constitui, por isso mesmo, um trabalho mais maduro e actualizado de sedimentação, fruto de uma experiência progressivamente enriquecida com os anos e a conjugação das novas abordagens.

Este volume I do Programa de Desenvolvimento da Região Centro aparece, além disso, na sequência de dois outros volumes (o volume II e o volume III, já publicados) de que constam os oito programas sub-regionais em que se tem vindo também a trabalhar. No seu conjunto, a Região Centro constitui um espaço

adequado de planeamento e desenvolvimento, com uma diversidade que importa promover de um modo complementar: avultando, agora, as possibilidades oferecidas com a abertura de fronteiras com os nossos vizinhos espanhóis. Mas também fomos reconhecendo, ao longo destes anos, a vantagem da elaboração de programas sub-regionais, onde é possível uma análise e um planeamento mais pormenorizados das acções, com um empenhamento mais próximo de todos os agentes locais. Das virtualidades deste planeamento e deste empenhamento parece-nos ser reflexo, em grande medida, o modo como os projectos da Região têm vindo a ser apresentados e aceites em Bruxelas.

Está assim o processo de planeamento da Comissão a desenvolver-se de um modo interactivo, beneficiando os programas sub-regionais do que tem sido já feito para o espaço regional (integrado, por seu turno, no espaço nacional) e beneficiando por seu turno este programa regional do que foi apurado naquela experiência mais desagregada.

Procedendo-se à publicação deste volume I quando está em curso a elaboração do Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado, pensamos ainda que poderá constituir um elemento útil na integração sectorial e regional que o PRO.DES.RE.DI. procura conseguir.

O Presidente

*Manuel Carlos Lopes Porto*

(Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto)



**I**

**ANÁLISE ECONÓMICA E SOCIAL**





## 1. CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS DESEQUÍLIBRIOS

### 1.1 ASPECTOS FÍSICOS

A Região Centro ocupa uma área de 23 270 Km<sup>2</sup>, superior a 1/4 da do Continente abrangendo duas unidades geomorfológicas distintas : a Orla Litoral e o Maciço Antigo.

A primeira, constituída por rochas sedimentares (areias, argilas, arenitos e calcários), apresenta uma topografia pouco movimentada, destacando-se as superfícies de enchimento do Baixo Vouga e do Baixo Mondego e algumas superfícies de abrasão marinha. No seu conjunto acompanham, em largos trechos, o litoral e contrastam com relevos mais vigorosos, predominantemente calcários, como sejam as serras dos Candeeiros (613 m), Sicó (553 m) e Boa Viagem (214 m) .

**A superfície da Região Centro é superior a 1/4 do Continente**

No Maciço Antigo, onde os xistos e os granitos são as rochas predominantes, surgem superfícies aplanadas (planaltos), os relevos de dureza e as bacias de abatimentos. Nas superfícies aplanadas pela erosão ao longo dos anos salientam-se, pela sua extensão, o planalto da Beira Alta (com cerca de 350 m), o da Guarda (com cerca de 600 m) e o da Beira Baixa (com cerca de 350 m). Os relevos existentes devem-se à diferenciação litológica e/ou ao jogo de falhas antigas em diferentes momentos da geo-história, sobressaindo : as serras da Estrela (1 991 m), Açor (1 340 m) e Lousã (1 204 m), de orientação NE-SO, que pertencem à Cordilheira Central; as serras de Montemuro (1.382 m), Freita (1.098 m), Caramulo (1.071 m) e Bucaço (549m), que limitam a Oeste o planalto da Beira Alta e outras, disseminadas pela Região, como sejam Gardunha (1.227 m), Alveólos (1.084 m), Malcata (1.075 m), Marofá (976 m), Muradal (912 m) e Penha Garcia (757m). Para norte e para

sul da Cordilheira Central ocorrem bacias de abatimentos (Cova da Beira, Arganil, Poiães, Seia e Celorico da Beira entre outras) onde se desenvolvem actividades agrícolas e uma ocupação humana mais intensas.

A Região Centro é atravessada sensivelmente a meio, com orientação NE-SO, pela principal cadeia montanhosa do País, destacando-se a Serra da Estrela que constitui a sua principal elevação.

A Região Centro é atravessada sensivelmente a meio, com orientação NE-SO, pela principal cadeia montanhosa do País, destacando-se a Serra da Estrela que constitui a sua principal elevação.

Os principais rios que percorrem a Região são : o Mondego, com 220 Km de percurso e 6 772 Km<sup>2</sup> de área de bacia hidrográfica, tendo como principais afluentes, na margem direita, o Dão e o Criz e, na margem esquerda, o Alva, o Ceira e o Arunca; o Vouga, com 136 Km de extensão e 3 656 Km<sup>2</sup> de bacia hidrográfica, tem como principais afluentes e sub-afluentes, na margem direita, o Sul, o Caima e o Ul e, na margem esquerda, o Águeda, o Marnel, o Agadão, o Alfusqueiro e o Cértima; o Liz, com 48 Km de percurso e uma bacia hidrográfica pouco extensa, tem como principal afluente, na margem esquerda, o Lena. Completam a rede hidrográfica da Região alguns afluentes do rio Tejo na sua margem direita (Erges, Pónsul, Zêzere e Ocreza) e do rio Douro na sua margem esquerda (Águeda, Côa, Távora e Paiva).

As lagoas glaciárias da Serra da Estrela (sendo a principal a lagoa Comprida) e outras de origem marinha e fluvio-lacustre (donde se destaca a Pateira de Fermentelos), encontram-se entre os principais acidentes lacustres existentes na Região.

O half-delta de Aveiro destaca-se pelas características muito específicas que apresenta, cobrindo uma área total de 11 000 ha, 6 000 dos quais se encontram permanentemente cobertos de água.



A inexistência de infraestruturas suficientes de retenção e armazenamento de águas, associada à morfologia acidentada do Interior da Região, determina que os recursos hídricos sejam rapidamente drenados para o Litoral, onde se formam os aquíferos subterrâneos mais significativos. A disponibilidade de água no Litoral não é porém maior por esse facto, visto que aí se exercem maiores pressões sobre os recursos existentes, dada a maior densidade populacional e o mais intenso grau de industrialização.

A Região sofre influência de seis bacias hidrográficas (vidé Qd. 1) e, segundo Henriques (IED,1985) é na bacia da Estremadura (que abrange quatro concelhos da sub-região do Pinhal Litoral), que maiores carências se podem sentir, visto que a taxa de cobertura das necessidades pelas disponibilidades de água, para um nível de confiança de 0,95 é de 65% no ano 2000 e 114% no ano 2020 nessa bacia. São também sobejamente conhecidas as dificuldades da sub-região do Baixo Vouga em assegurar um abastecimento eficaz de água às populações.

QUADRO 1— Relação entre disponibilidades garantidas e necessidade de água (nível de confiança = 0.95)

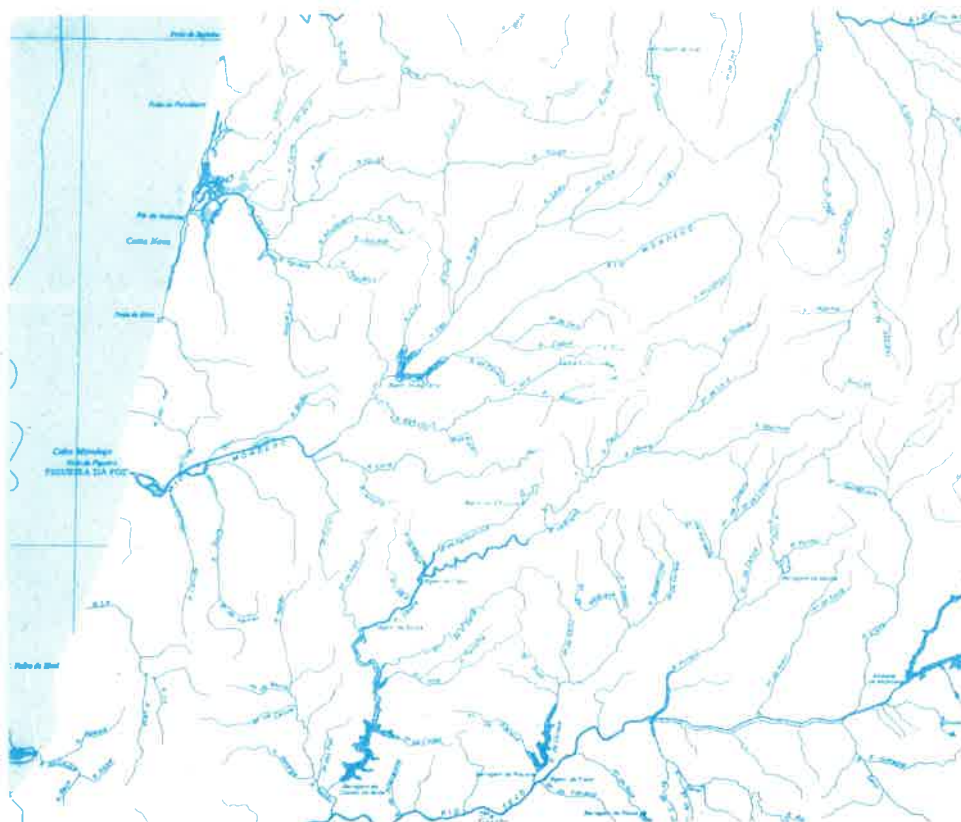
Bacias	Area Total (Km2)	Area na Região (Km2)	Ano 2000	Ano 2020
Tejo 2	9892	8086	2.64	3.37
Mondego	6589	6589	2.18	2.86
Vouga	3869	3511	1.08	1.38
Douro 3	3788	3392	5.72	5.83
Estremadura	8026	554	1.84	2.36

Fonte: Henriques IED,1985.

Os recursos hídricos constituem uma potencialidade muito importante da Região Centro e o seu melhor aproveitamento e gestão justifica amplamente os investimentos já efectuados e a efectuar em infraestruturas hidráulicas.

Os recursos hídricos constituem uma potencialidade muito importante da Região Centro

PRINCIPAIS RIOS





**Os aproveitamentos hidro-agrícolas representam uma área essencial de investimento na Região**

De facto, os aproveitamentos hidroagrícolas representam uma área essencial de investimento na Região e por isso, não é de estranhar o peso significativo que esses projectos têm assumido, tanto por parte da Administração Central (barragens e aproveitamentos de natureza hidroagrícola) como da Administração Local (abastecimentos de água e drenagens de esgotos).

Além dos investimentos já realizados, com destaque para os regadios do Baixo Mondego e da Cova da Beira, importa prosseguir outras obras neste domínio. Estão entre estas o Baixo Vouga, que, pela superfície a poder ser beneficiada e os pequenos regadios, pelo grande impacto e baixo investimento que representam no seu conjunto, devem merecer particular atenção.



A Região Centro apresenta um clima temperado (na transição entre o temperado Atlântico e o Mediterrânico) existindo áreas, embora de difícil delimitação, com características climáticas diferentes, determinadas por factores como a altitude, a disposição do relevo e a proximidade do mar.

Assim, enquanto os principais relevos, opondo-se à passagem de massas de ar húmido, proporcionam o aparecimento de áreas mais pluviosas, a proximidade do mar tem um efeito moderador sobre as amplitudes térmicas.

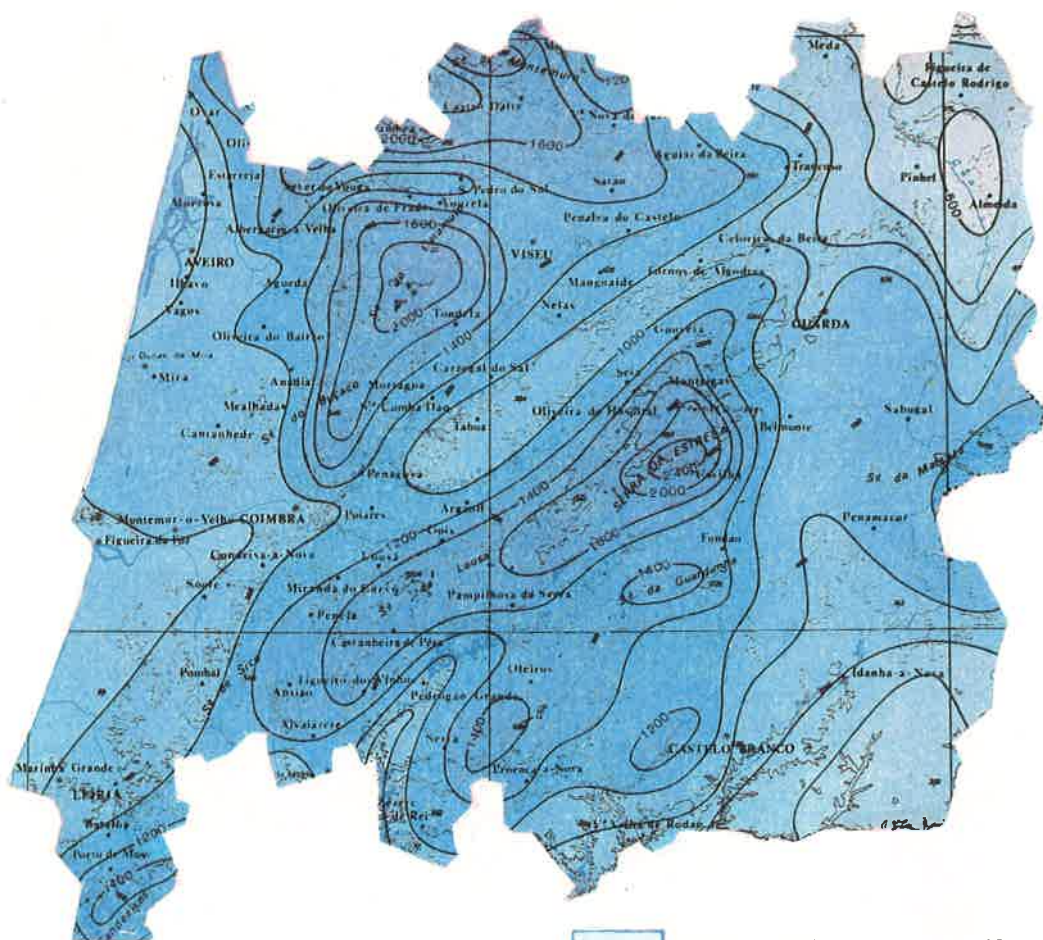
**A distribuição das temperaturas, no período que corresponde sensivelmente às últimas três décadas, apresenta valores médios anuais em redor dos 16° C**

A distribuição das temperaturas, no Litoral e nas áreas de baixa e média altitude do Interior, no período que corresponde sensivelmente às últimas três décadas, apresenta valores médios anuais sem grandes disparidades em redor dos 16°C (Coimbra 15,9° C e Castelo Branco 15,6° C); os valores mais baixos e as maiores amplitudes térmicas registaram-se em áreas de maior altitude (Penhas Douradas 8,9° C e Guarda 10,5° C). No mesmo período, as precipitações sob a forma de chuva, em geral muito desigualmente reparti-



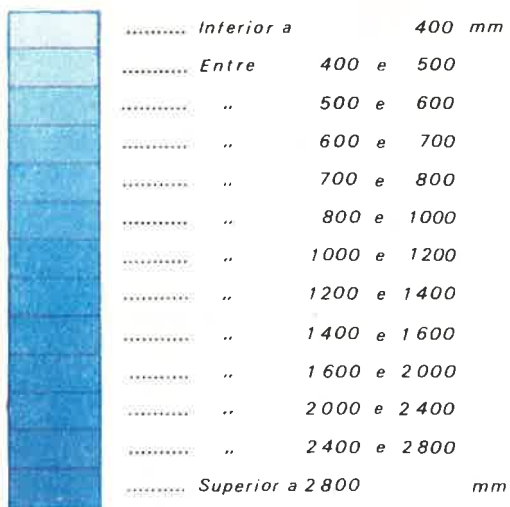


PRECIPITAÇÃO - Quantidade total

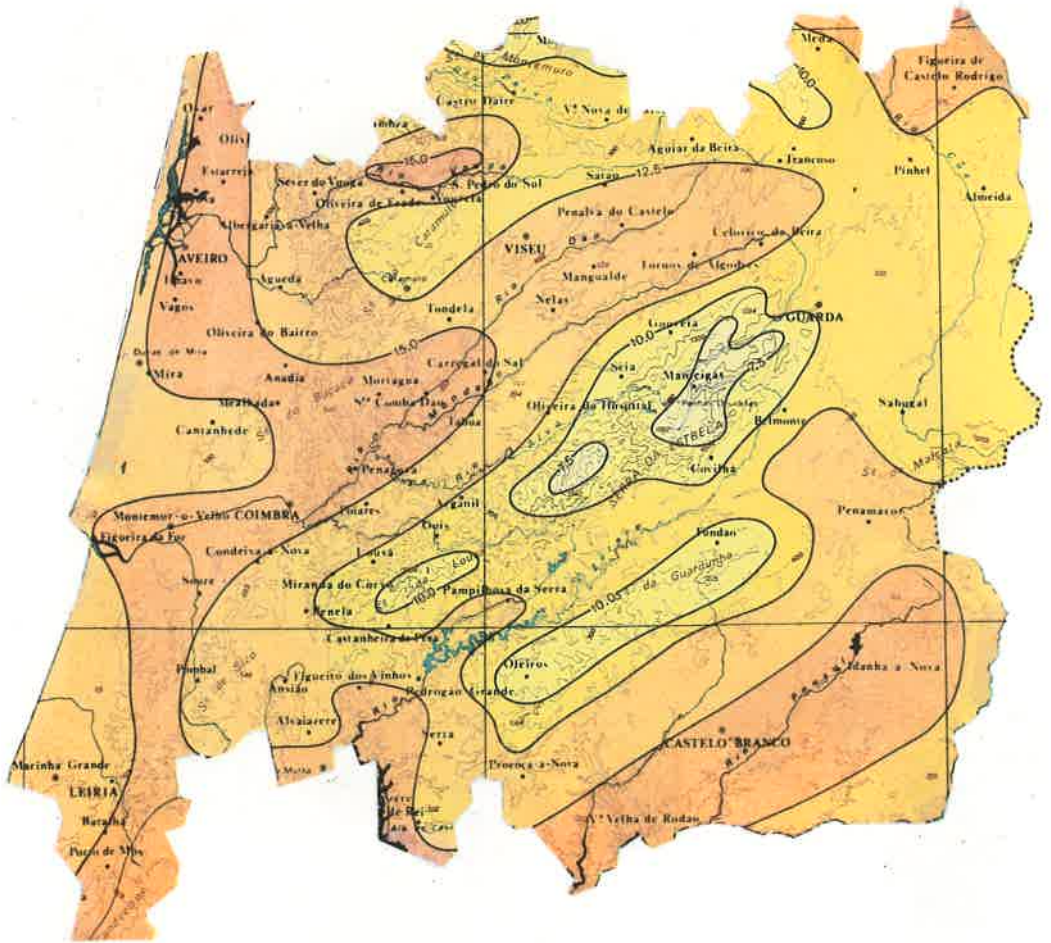


VALORES MÉDIOS ANUAIS  
(mm)  
PERÍODO 1931-1960

Estações meteorológicas ⊙

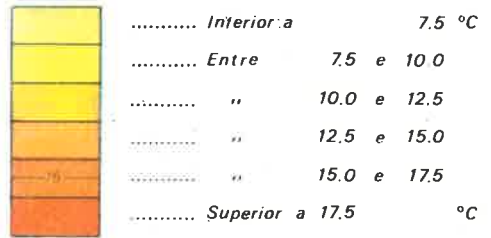


TEMPERATURA - Média diária do ar



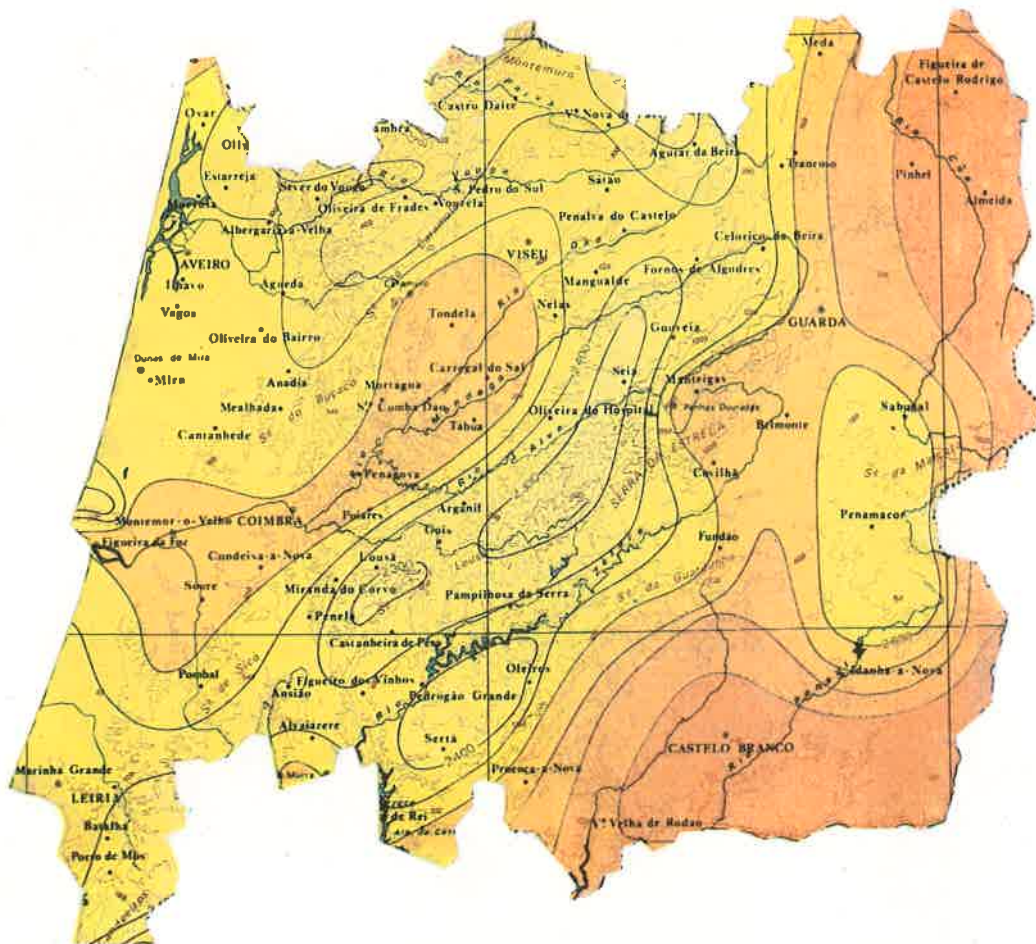
VALORES MEDIOS ANUAIS  
(°C)  
PERÍODO 1931-1960

Estações meteorológicas \*





# INSOLAÇÃO



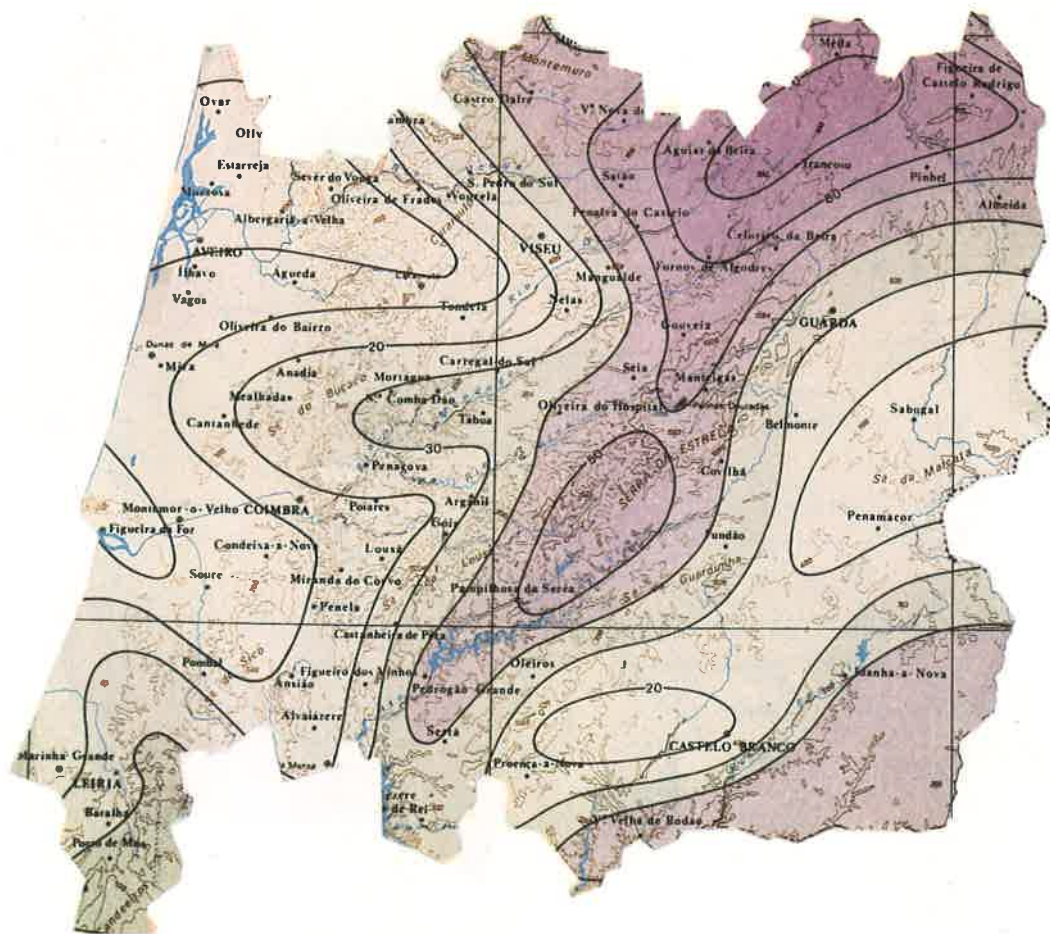
VALORES MÉDIOS ANUAIS  
(hora)  
PERÍODO 1931-1960

Estações meteorológicas 



.....	Inferior a	2 000 horas
.....	Entre	2 000 e 2 100
.....	..	2 100 e 2 200
.....	..	2 200 e 2 300
.....	..	2 300 e 2 400
.....	..	2 400 e 2 500
.....	..	2 500 e 2 600
.....	..	2 600 e 2 700
.....	..	2 700 e 2 800
.....	..	2 800 e 2 900
.....	..	2 900 e 3 000
.....	..	3 000 e 3 100
.....	Superior a	3 100 horas

GEADA - Número de dias do Ano



VALORES MEDIOS ANUAIS  
(dia)  
PERÍODO 1941-1960

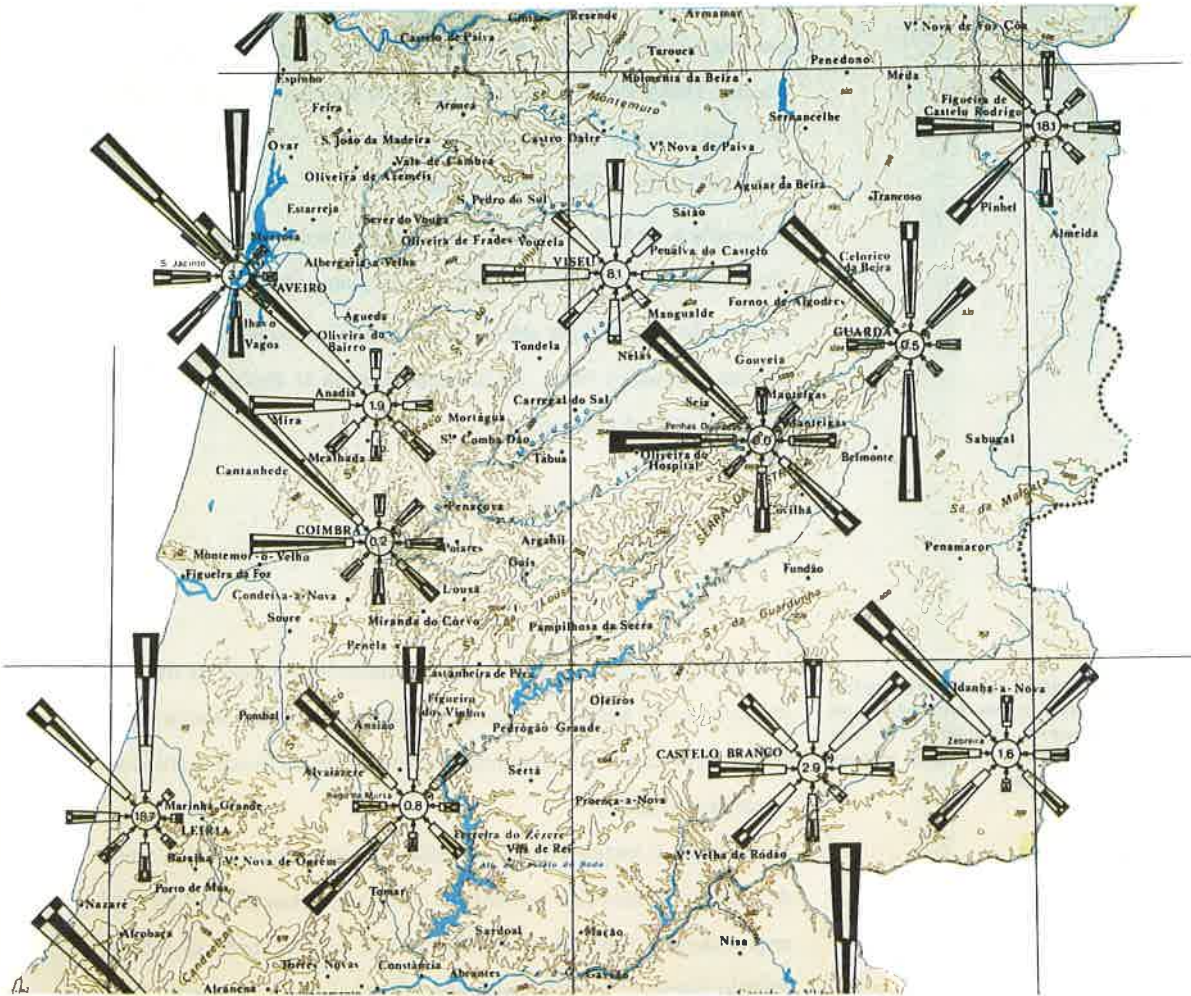
Estações meteorológicas ☉



- ..... Inferior a 1 dia
- ..... Entre 1 e 5 dias
- ..... " 5 e 10
- ..... " 10 e 20
- ..... " 20 e 30
- ..... " 30 e 40
- ..... " 40 e 50
- ..... " 50 e 60
- ..... " 60 e 70
- ..... " 70 e 80
- ..... Superior a 80 dias



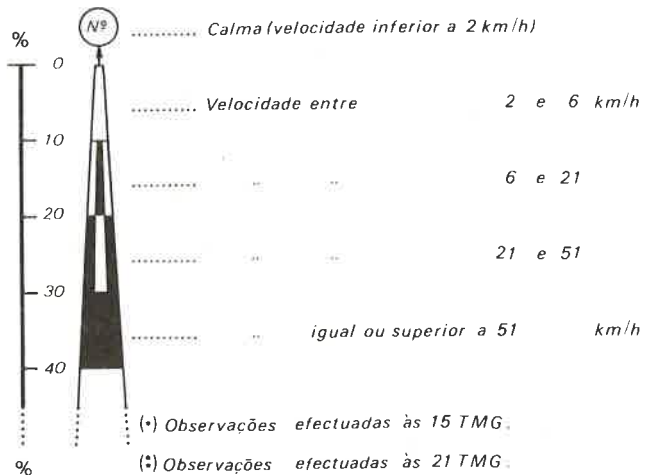
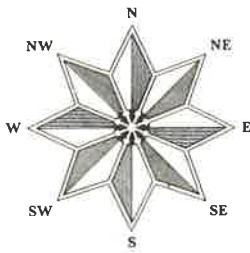
DIRECCÃO E VELOCIDADE DO VENTO



VALORES MEDIOS ANUAIS

(% e km/h)

PERÍODO 1951-1960





das ao longo do ano, atingiram valores mais elevados (acima dos 1000 mm) nas regiões montanhosas do Interior (Penhas Douradas: 1.916,3 mm; Guarda: 1194,9 mm) do que nas restantes estações (Figueira da Foz: 627,1mm; Castelo Branco: 827,3mm; Marinha Grande: 855,8 mm ; Aveiro: 913,5mm e Coimbra: 961,6 mm).

A ocorrência de neve verifica-se quase exclusivamente nas regiões montanhosas do Interior (Penhas Douradas: 34 dias/ano e Guarda: 10 dias/ano); A formação de geada, por último, ocorre com maior frequência no Interior (Penhas Douradas e Viseu : 58 dias/ano e Guarda 31 dias/ano) do que no Litoral (Aveiro: 5 dias/ano) .



**A Região é uma das áreas do País particularmente bem dotadas em minerais metálicos e não metálicos e em águas minero-medicinais.**

A Região é uma das áreas do País particularmente bem dotadas em minerais metálicos e não metálicos e em águas minero-medicinais. Apesar disso, porém, reconhece-se que os recursos do subsolo ainda não estão suficientemente bem estudados.

A existência de minerais metálicos verifica-se sobretudo no Interior, sendo de destacar, as minas de volfrâmio e urânio na Panasqueira e Urgeiriça, respectivamente ; ocorrem ainda dispersas pelo Interior, jazidas de estanho e titânio. Estima-se que o valor acrescentado actual, associado às actividades de extracção e transformação dos minerais metálicos, é significativamente baixo quando comparado com as potencialidades da Região neste tipo de recursos.

A existência de minerais não-metálicos verifica-se tanto no Litoral como no Interior. No Litoral os mais representados são as areias, os calcários, os caulinos e as argilas, comuns ou refractárias; no Interior, os quartzos e os feldspatos (especialmente abundantes nas áreas do Dão-Lafões e do norte da Raia) e as argilas comuns.

A ocorrência de águas minero-medicinais, em particular as de valor terapêutico, é notável, situando-se na Região nove das vinte mais importantes fontes termais do País.

De facto, a qualidade dos minerais não metálicos e das águas da Região determinam em grande parte a localização de um importante ramo de indústria cerâmica e do termalismo.



Apenas 20% dos solos tem aptidão agrícola; dos 60% que se consideram com aptidão florestal, apenas 38% têm tal ocupação, sendo esta desproporção muito mais flagrante no Interior do que no Litoral.

Apenas 20% dos solos têm aptidão agrícola; dos 60% que se consideram com aptidão florestal, apenas 38% têm essa ocupação.

Embora os solos com aptidão agrícola se situem sobretudo no Litoral (sobressaindo os Vales do Vouga, Mondego e Liz e uma parte considerável da Região Demarcada da Bairrada), devêm destacar-se, no Interior, a Cova da Beira, a Campina da Idanha e uma série de pequenos vales no Dão-Lafões e na Serra da Estrela.

Um dos principais recursos regionais é a floresta. Com efeito, localizam-se na Região 8 500 Km<sup>2</sup> de área florestal, ou seja, 33% da área florestal do País. A área florestal actual é, mesmo assim, muito inferior à área de aptidão florestal, grande parte da qual é objecto de indesejável utilização agrícola. As espécies mais representadas são o pinheiro bravo e o eucalipto, presentes de um modo mais ou menos regular em toda a Região. Para além destas, destaca-se a presença nas sub-regiões do Dão-Lafões e do norte da Raia de bosques de carvalhos e castanheiros e no sul da Raia de sobreiros e de azinheiras.

Nos últimos anos a Região tem sido muito atingida por incêndios florestais.

O eucalipto é a espécie que domina nas novas plantações.

Nos últimos anos a Região tem sido muito atingida por incêndios florestais, flagelo que afectou mais de 3.000 Km<sup>2</sup> da respectiva área ( o mau ordenamento da floresta e os fogos são dois fenómenos que tendem a associar-se e que, infelizmente, coexistem na Região). Por outro lado, não tem havido esforços correspondentes de florestação. Tendo em consideração estes dois factores e o consumo normal deste produto em termos anuais nota-se que não tem havido contrapartida em termos de repovoamento. Verifica-se por fim uma tendência marcante para a plantação do eucalipto, espécie de crescimento mais rápido e que domina na novas plantações.

QUADRO 2 - ÁREA ARDIDA NA REGIÃO CENTRO

	82	83	84	85	86	87	Total
C.F. VISEU	0	31 449	57 365	83 981	52 267	27 437	252 500
C.F. COIMBRA	18 438	19 390	1 888	31 476	12 910	-	84 102
TOTAL	18 438	50 839	59 253	115 457	65 117	27 437	336 602

Fonte: Circunscrições Florestais (C.F.) de Coimbra e Viseu.

Notas : 1— Apenas se consideram, para a área abrangida pela C.F.C., as áreas ardidas superiores a 1 ha.

2 — Os valores nulos correspondem a dados não disponíveis.

3 — Não estavam disponíveis dados respeitantes a C.F. da Marinha Grande, à qual pertencem 4 concelhos da Região Centro.

<>

Existem condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento da aquacultura.

Existe uma razoável dotação de recursos piscícolas em águas litorais, menos expressiva em águas interiores, mas que em ambos os casos apresenta condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento da actividade da aquacultura (designadamente junto à foz do Mondego, na ria de Aveiro e em

albufeiras e outros cursos de água). Tal como os recursos do subsolo, porém, também os recursos do mar carecem de uma mais rigorosa inventariação e de um maior empenhamento da Administração na orientação da sua exploração.

Apesar de estar por definir uma informação actualizada relativa à fauna marinha, existem sintomas que apontam para uma rápida diminuição das existências de carapau e pescada (dado o excesso de capturas juvenis) e da estabilidade das de sardinha, faneca e safio (embora, no que respeita à sardinha, porque se trata de uma espécie pelágica, a flutuação das existências seja normalmente grande).

## 12. ASPECTOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEAMENTO

A Região Centro é constituída por 77 municípios, que pertencem a 6 distritos (apenas dois completos, Coimbra e Castelo Branco) e que estão englobados em 18 agrupamentos de concelhos. Em cada agrupamento funciona um Gabinete de Apoio Técnico, (GAT) que presta serviços essencialmente nas áreas de elaboração de projectos de infraestruturas e de programas de desenvolvimento. Desde a sua criação, em 1976, têm desenvolvido uma actividade apreciável, orçada para 1986 e ao nível do projecto em 9,6 milhões de contos, a preços correntes, (salientado-se 4,1 milhões de contos respeitantes a habitação e equipamentos colectivos e 4,5 a redes públicas).

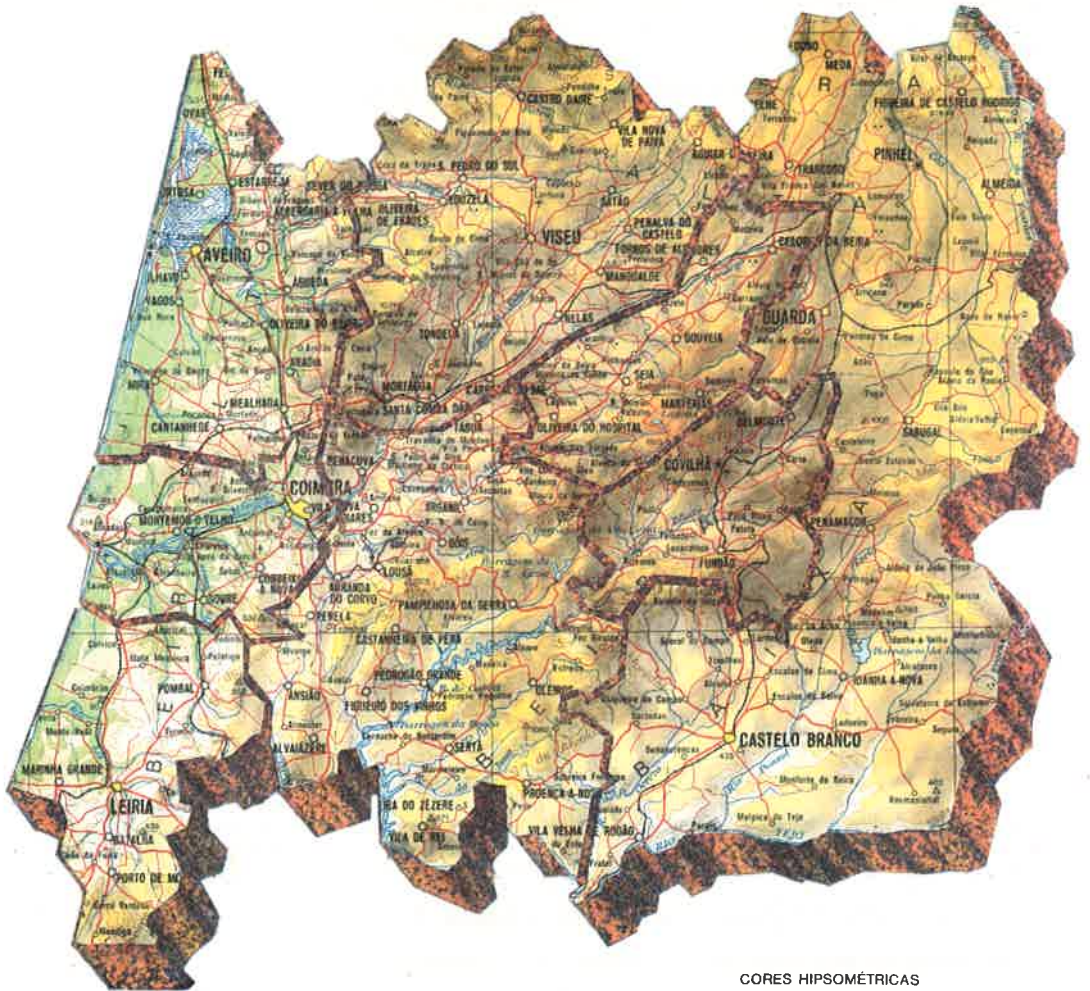
Por outro lado, a Região Centro encontra-se definida em oito sub-regiões programa, cada uma de delimitação próxima das chamadas unidades territoriais estatísticas de nível 3 (NUT 3), e que são o Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior, Pinhal Litoral, Raia e

A Região Centro é constituída por 77 municípios que estão englobados em 18 agrupamentos de concelhos.

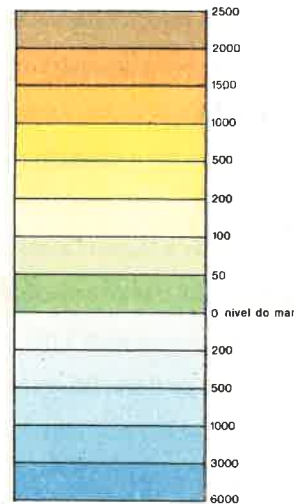
A Região Centro encontra-se definida em oito sub-regiões programa que são o Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior, Pinhal Litoral, Raia e Serra da Estrela.



## DIVISÃO ADMINISTRATIVA



CORES HIPSOMÉTRICAS



Serra da Estrela. A algumas destas sub-regiões correspondem Associações de Municípios e é nesta escala intermunicipal e numa perspectiva de desenvolvimento integrado que têm sido elaborados programas e submetidos os projectos das autarquias ao FEDER, através da CCR Centro.

Daquelas sub-regiões, o Baixo Mondego e a Cova da Beira foram dotadas desde 1986 de Gabinetes Coordenadores, com Programas Integrados de Desenvolvimento Regional (PIDR's), para efeitos do plano de investimentos da Administração Central, por ter sido reconhecida centralmente a relevância da actividade a desenvolver. O Baixo Vouga encontra-se dotado de um Gabinete de Estudo instituído desde 1984 e existem Associações de Municípios e alguns Gabinetes de Coordenação já criados, nas sub-regiões da Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinhal Interior e Raia.

### 1.3. POPULAÇÃO E POVOAMENTO

A população da Região Centro (1.750.885 habitantes em 1981), corresponde a 19% do total do Continente. Esta relação tem vindo a diminuir ao longo do tempo. De facto, em 1864, ano do primeiro recenseamento português, aquela relação era de 29%, tendo sido de 24% em 1950 e 20% em 1970.

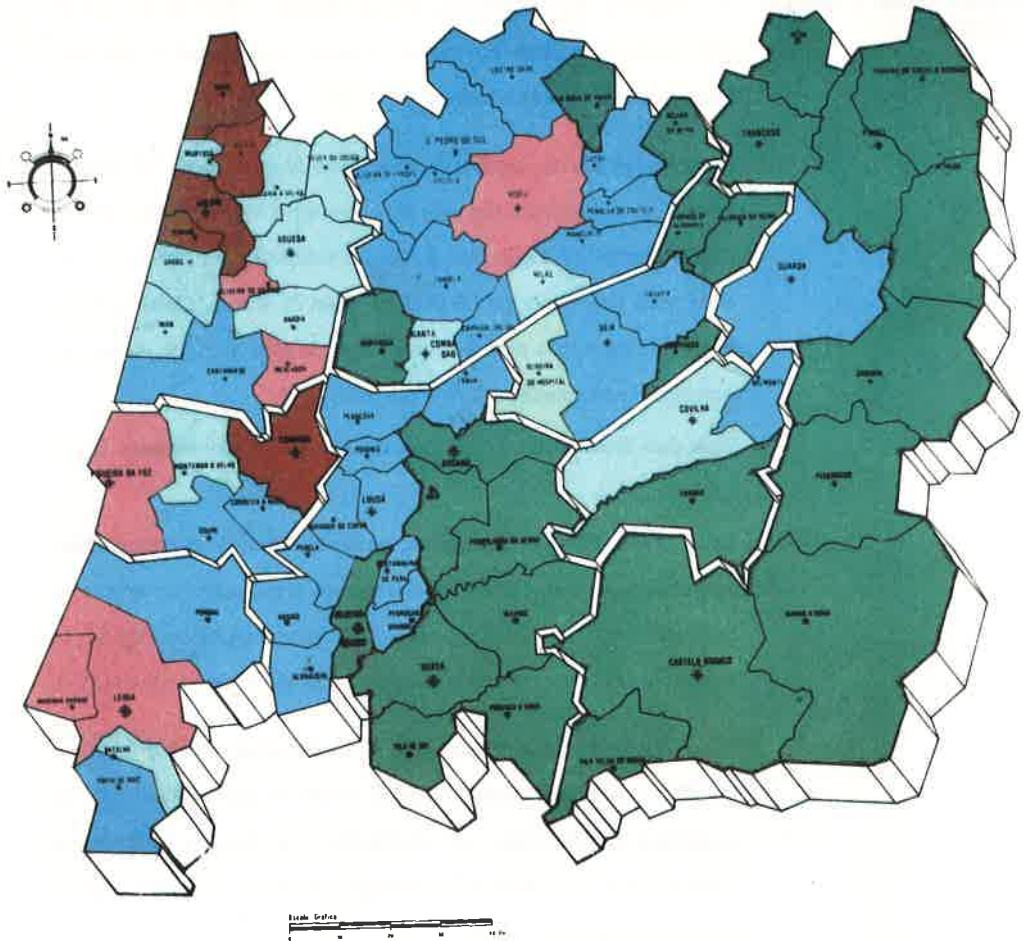
A população da Região Centro (1.750.885 habitantes em 1981) corresponde a 19% do total do Continente.

A evolução recente da população na Região apresenta dois períodos distintos. O primeiro período, até 1973, em que foi particularmente afectada pelo intenso movimento migratório (em grande parte emigração para o estrangeiro e, em menor grau, para Lisboa) tendo diminuído de cerca de 12% o número dos seus habitantes; de facto, a Região Centro contribui com cerca de 30% para a emigração legal nos anos 60 (a nível do Continente) e com



DENSIDADE POPULACIONAL

- 1981 -



Habitantes p/ km 2





A Região Centro contribuiu com cerca de 30% para a emigração legal nos anos 60 (a nível do Continente) e com mais de 40% se considerarmos também a emigração clandestina.

mais de 40% se considerarmos também a emigração clandestina.

O segundo período, a partir de 1973, em que a população tem crescido, verificando-se um aumento de cerca de 8% (em grande parte devido ao retorno de portugueses das ex-colónias), embora bastante inferior ao de cerca de 18% verificado no País, em virtude da maior atracção que os principais centros têm continuado a exercer.

A sub-região Litoral, constituída pelo Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, representa um terço da superfície e 48,2% da população da Região Centro (correspondente a 843.389 habitantes). O Interior, constituído pelas sub-regiões do Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinhal Interior e Raia representa dois terços da área e 51,8% do total da população (correspondente a 907.496 habitantes).

Estas duas áreas evidenciaram comportamentos evolutivos recentes distintos.

Entre 1970 e 1981, o Litoral registou um aumento de 15% (da mesma ordem de grandeza do conjunto do País), enquanto a evolução do Interior se caracterizou por uma diminuição de 2%. O valor desta diminuição foi, no entanto, muito menos acentuado do que o verificado na década de 60 (18%).

A sub-região do Baixo Vouga (15,2%), seguindo-se o Baixo Mondego (12,2%) e o Pinhal Litoral (11,6%), foram as que apresentaram os acréscimos populacionais mais significativos na Região, localizando-se todas no Litoral. As perdas mais importantes ocorreram no Interior, particularmente na parte sul da Raia.

As áreas do Interior menos afectadas pelo decréscimo de população são as atravessadas pelas principais vias de circulação rodó e ferroviária (E.N.-17 e linha da Beira Alta, respectivamente).

Em 1990 a população da Região Centro deverá elevar-se a 2 milhões de pessoas.

De 1981 e até 1990, ano em que a população da Região Centro deverá elevar-se a cerca de 2 milhões de habitantes, estima-se um acréscimo populacional

da ordem das 200 mil pessoas para o conjunto da Região, o qual deverá ser partilhado entre todas as sub-regiões, incluindo as do Interior.

<>

A população da Região é um pouco mais envelhecida que a do País, repartindo-se nas percentagens de 24%, 62% e 14% pelos grupos das idades <14, 15-64 e > 65 anos, respectivamente, sendo os números correspondentes para o País de 25%, 63% e 12%. Não obstante, tem-se verificado um aumento do grupo etário dos mais idosos relativamente ao dos mais jovens. É porém no Interior que o envelhecimento da população se apresenta mais nítido, sendo a estrutura percentual dos grupos etários referidos de 23%, 60% e 17%, quando no Litoral esses valores são de 25%, 63% e 11%.

O envelhecimento gradual que a população da Região Centro tem registado requer que no futuro seja prestada particular atenção aos extractos etários mais avançados.

**O envelhecimento gradual que a população da Região Centro tem registado requer que no futuro seja prestada particular atenção aos extractos etários mais avançados.**

<>

Em termos de habilitações, verifica-se que a Região Centro se encontra também numa situação menos favorecida do que a da média do País. Em 1981 29% da respectiva população era analfabeta e apenas 6% e 1,3% possuía diplomas do ensino secundário unificado e superior, respectivamente, enquanto os valores correspondentes para o País eram de 26%, 8% e 1,6%.

A reduzida taxa de urbanização onera significativamente a instalação de infraestruturas sociais básicas, que os municípios têm de suportar.

Tem sido nos centros urbanos que se tem registado o maior crescimento populacional e nestes nos mais populosos, bem como em áreas de maior dinamismo industrial. Ainda assim, porém, é muito elevada a dispersão por pequenos núcleos, em resultado da grande percentagem da população rural da Região e da reduzida dimensão das suas cidades. Com efeito, cerca de 15% da população distribui-se em aglomerados de menos de 100 habitantes, contra 12% que reside em centros de mais de 10 000 habitantes. A reduzida taxa de urbanização onera significativamente a instalação de infraestruturas sociais básicas que os municípios têm de suportar.

A hierarquia da rede urbana deverá concorrer para uma maior coerência do sistema de povoamento através do reforço da malha, de forma a evitar a desertificação das áreas com menos perspectivas de desenvolvimento.

Consideram-se quatro categorias principais de centros, cujos equipamentos e consequentes funções não são exclusivas de cada nível, apontando antes para frequentes situações de complementaridade, em articulação com as categorias específicas de cada centro e/ou do território sob a sua influência dominante.

Na Região Centro, Coimbra (98 368 habitantes), face à sua localização, infraestruturas e equipamentos, é a cidade que oferece as condições mais favoráveis - mesmo únicas, em termos de rede urbana a nível regional.

A dimensão demográfica e a tipologia de equipamentos do nível subregional (II) aponta depois para duas situações: a relativa a centros que por serem sedes de distrito detêm equipamento específico deste nível (Aveiro com 40 924 hab., Viseu com 36 868 hab., Leiria com 31 212 hab., Castelo Branco com 23 264 hab., e Guarda com 18 059 hab.); e a que corresponde às cidades da Covilhã (30 487 hab.) e Figuerira da Foz (22 170 hab.), identificados por centros subregionais complementares. Estes, não apresentando a capacidade de polarização espacial das sedes de distrito justificam, face à sua dimensão urbana, e às características específicas das suas funções mais

importantes (industrial na Covilhã, turística e portuária na Figueira da Foz), oferecem igualmente condições para a implantação de equipamento específico subregional.

O nível supraconcelhio, o terceiro da hierarquia (III), corresponde às sedes de agrupamento de concelhos; trata-se de centros que apresentam alguma dinâmica económica e funcional, no contexto da área onde se inserem, e uma posição central relativamente aos conjuntos de concelhos com que mantêm relações funcionais. Das sedes de concelhos que integram este nível refiram-se em primeiro lugar os casos de Águeda e Seia que, pela sua dimensão demográfica e pela sua dinâmica de desenvolvimento, apresentam maiores capacidades de expansão; depois casos como os de Arganil, Figueiró dos Vinhos, Lousã, S. Pedro do Sul e Santa Comba Dão que, embora mais dependentes do sector primário, têm evidenciado também capacidade de atracção de investimentos industriais de pequena e média dimensão; por último, centros como Pinhel e Trancoso, com base económica predominantemente agrícola e silvícola (Sertão), devem ser reforçadas pela implantação de equipamentos, como forma de se obter uma mais equilibrada distribuição de serviços e bens, essenciais à actividade económica e às populações.

As restantes sedes de concelho da Região estarão ao nível concelhio (IV), observando-se todavia mesmo aqui casos de excepção, isto é, centros que em função do seu dinamismo e dimensão demográfica, se distinguem dos concelhos propriamente ditos, podendo funcionar como alternativa aos de nível superior (III e II), particularmente no que diz respeito à desconcentração de equipamentos. Estão nestas condições Ovar, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Gouveia, Oliveira do Hospital e Fundão, entre outros.



#### 1.4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O total dos activos na Região (705 000, 18% do Continente), situa-se ligeiramente abaixo do valor relativo à população total (19%) e a taxa de desemprego (5,5%) é inferior à média do Continente (7,0%).

A importância do emprego no sector secundário entre a Região e o Continente é sensivelmente a mesma (36,2% contra 38,8%), ao contrário do sector primário (32,0% contra 19,3%) e do sector terciário (31,8% contra 41,9%).

Da comparação das percentagens da distribuição dos activos por sectores, entre a Região e o conjunto do Continente, verifica-se que a importância do secundário é sensivelmente a mesma (36,2% na Região contra 38,8% no Continente), ao contrário dos activos afectos ao sector primário (32,0% na Região, contra 19,3% no Continente) e terciário (31,8% na Região contra 41,9% no Continente).

O aumento de cerca de 101 700 activos que se registou na última década, resultou, em termos da estrutura de distribuição por sectores, de um ganho nos sectores secundário (de 9 pontos) e terciário (de 5 pontos) e de uma perda no primário (de cerca de 14 pontos).

Apesar de no primeiro semestre de 1987 se verificar um desajustamento significativo na Região Centro entre a procura (51 863) e a oferta (1 468) de emprego, de o subsídio de desemprego não cobrir senão cerca de 32% do saldo global dos pedidos de candidatos desempregados, e de se terem registado cerca de 670 processos relativos a trabalhadores de empresas com salários em atraso, as acções recentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) a favor do emprego e da formação profissional e a própria dinâmica comunitária nesta área, permitem antever resultados bastante animadores no futuro para a Região Centro. A seguir apresentam-se os programas de emprego e de formação profissional em curso, em 1987, na Região Centro, patrocinados pelo IEFP.

Reconhece-se o maior interesse à execução de todas as acções que promovam a divulgação, o esclarecimento e a dinamização, a programas de apoio ao emprego e à formação profissional na Região Centro.

Por outro lado, reconhece-se o maior interesse à execução de todas as acções que promovam a divulgação, o esclarecimento e a dinamização, a programas de apoio ao emprego e à formação profissional na Região Centro.

Quadro nº 3 - Programas de Emprego e Formação Profissional em 1987

ÁREA DO PROGRAMA	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
I— EMPREGO	1.Ocupação temporária de jovens (OTJ)	realização de programas ocupacionais organizados por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que satisfaçam necessidades colectivas
	2. Apoio a Trabalhadores Desempregados de Longa Duração (ATD)	realização de programas de apoio a trabalhadores desempregados com 25 e mais anos, que procura proporcionar esquemas de protecção no desemprego mantendo os trabalhadores no mercado de trabalho
	3.Conservação do Património Cultural (CPC)	realização de acções de formação profissional a desempregados de longa duração de 25 e mais anos, possibilitando-lhes quer um emprego estável quer a criação do próprio emprego
	4. Apoio ao Artesanato	atribuição de incentivos à criação e manutenção de postos de trabalho
	5. Subsídio Complementar	atribuições de subsídios complementares a estagiários de cursos de formação profissional de duração não inferior a 4 meses
	6. Apoio às Iniciativas Locais de Emprego (ILE's)	atribuição de incentivos à criação de iniciativas geradoras de postos de trabalho com viabilidade económica e social

Quadro nº 3 - Programas de Emprego e Formação Profissional em 1987

ÁREA DO PROGRAMA	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
	7. Formação de Agentes de Desenvolvimento	incentivar o aparecimento de novas iniciativas locais e garantir o desenvolvimento das já existentes
	8. Criação do próprio emprego para ex-estagiários de Formação Profissional (CPEF)	criação do próprio emprego para ex-estagiários com cursos de formação profissional do IEFP, em actividades para as quais receberem formação e que tenham garantia de viabilidade
	9. Apoio à Contratação	incentivo a criação de empregos de duração indeterminada quer para jovens, quer para desempregados de longa duração
	11. Apoio à Criação do Próprio Emprego para Subsidiados	
II—REABILITAÇÃO	1. Apoio técnico e financeiro ao Centros de Emprego Protegido (CEP)	situação de aprovação dos projectos da Associação dos deficientes de Ilhavo, da ARCIL da Lousã e do Lar de St. Bárbara de Penamacor e estudo o da Associação dos deficientes de Viseu
	2. Apoios a conceder pelas Delegações Regionais do IEFP	apoio às instituições no âmbito de preparação pré-profissional (D.N. nº 388/79) que se encontram ainda em definição
	3. Programa de Integração Socio-Profissional (D.N. nº 52/82)	eliminação das barreiras que se deparam aos deficientes na sua integração nos quadros normais das empresas

Quadro nº 3 - Programas de Emprego e Formação Profissional em 1987

ÁREA DO PROGRAMA	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
III-FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1. Acções de Formação	formação desenvolvida nos Centros de Formação Profissional de Coimbra e da Guarda. Paralelamente, iniciação de contactos com outros Centros Protocolares e a Renault Portuguesa para a instalação de pólos de formação nos Centros de Formação Profissional de Coimbra e Seia.
	2. Programa de Formação em Alternância (aprendizagem)	formação em que se destacaram como principais actividades a Metalomecânica, os Serviços e a Construção Civil e como principais Centros de Emprego envolvidos os de Aveiro, de Coimbra e de Viseu.
	3. Programa de Formação em Cooperação (D.L.165/85)	

Fonte: Relatório da Delegação do Centro do IEFP (1º Semestre de 1987)



Uma acção particularmente importante para o crescimento do investimento privado na Região Centro e que corresponde a uma dificuldade que tem sido detectada, designadamente pela própria Comissão de Coordenação, ao abrigo de um programa de dinamização do investimento privado que conta com a cooperação Alemã, consiste em disponibilizar um número suficiente de quadros técnicos com formação específica para postos de trabalho de qualificação intermédia nas empresas. Efectivamente, a Região apresenta uma cobertura por infraestruturas de formação ainda não totalmente satisfatória nas diversas profissões de nível intermédio.

**A Região apresenta uma cobertura por infraestruturas de formação ainda não totalmente satisfatória nas diversas profissões de nível intermédio.**

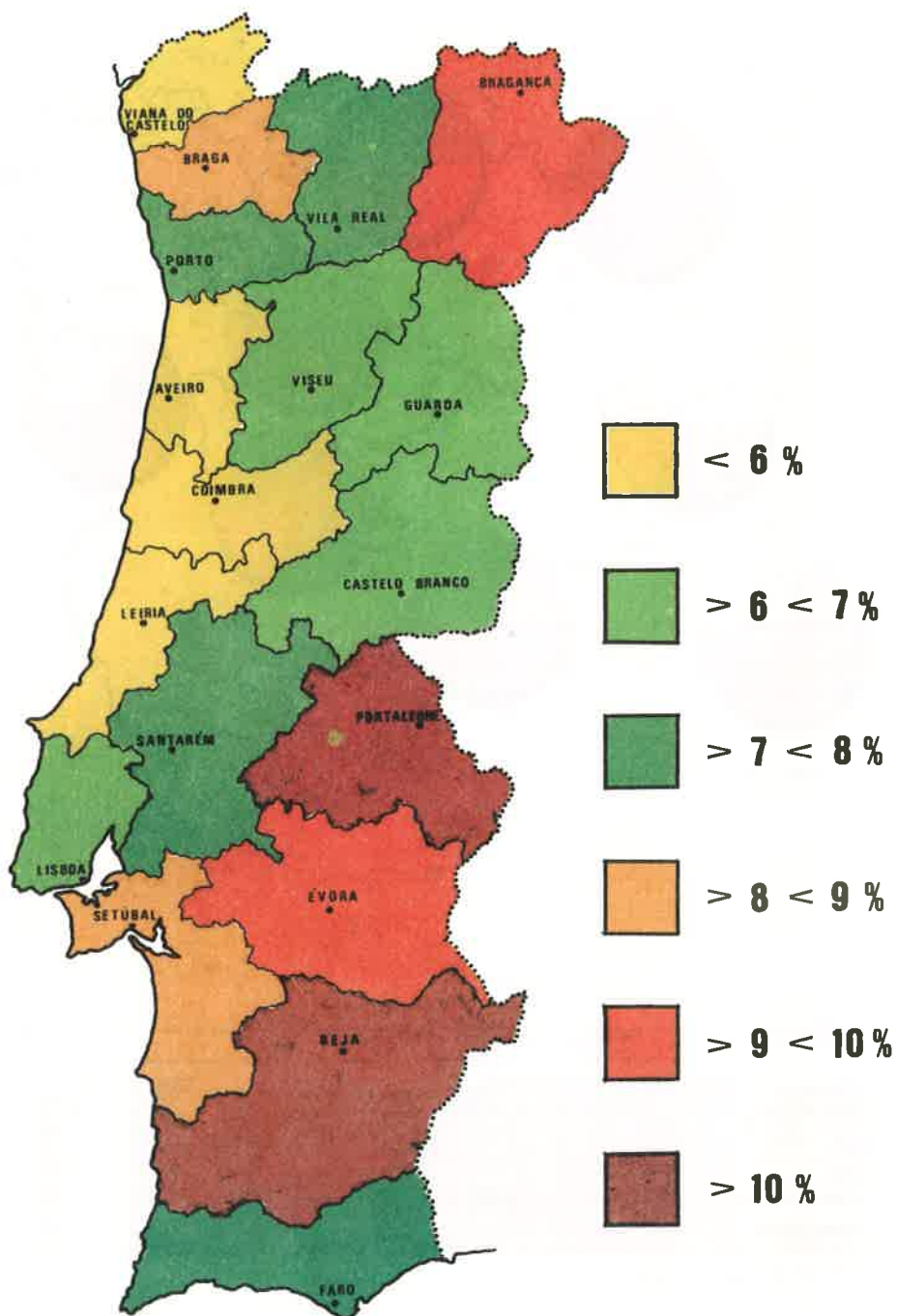
A formação profissional em agricultura para além da que é dada pela Extensão Rural, sómente dispõe de infraestruturas em Aveiro, Coimbra, Guarda, Idanha-a-Nova, Lousã (silvicultura) e Viseu; o sector vitivinícola da Região, por sua vez, justifica, pela sua dimensão e pela carência de especialistas, esforços específicos em matéria de formação profissional, designadamente no que se refere à enologia; para a formação em pescas, dispôr-se-à provavelmente de uma Escola de Pesca na Figueira da Foz; a formação em Indústria apenas dispõe de infraestruturas em Coimbra e Guarda, abrangendo um leque relativamente amplo de profissões; a formação em saúde (técnicos de enfermagem) é proporcionada em Coimbra (bem como a de diagnóstico e de terapêutica), Guarda, Leiria e Viseu; a formação em administração é proporcionada em Coimbra (funcionários municipais).

Existem também dois Centros Protocolares de Artesanato em Coimbra e o Inter-Empresas da Beira Serra em Arganil. O primeiro é sectorial e o segundo polivalente.

Prevê-se ajuda a construção de três novos Centros para a Região situados em Aveiro, Águeda, Castelo Branco e Viseu, os três primeiros com a ajuda da Comunidade Económica Europeia.

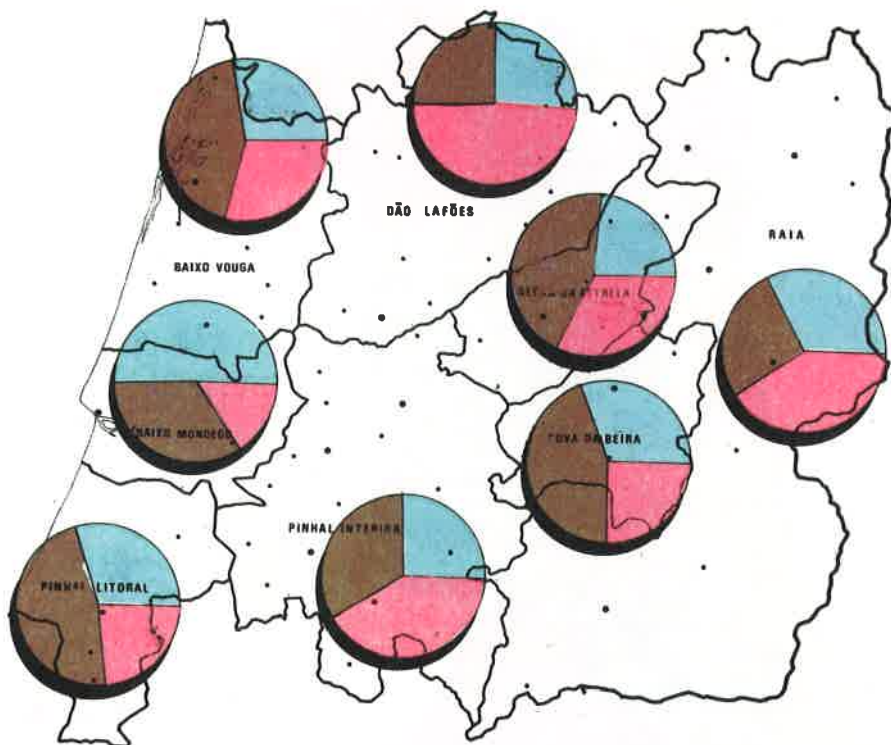
A evolução recente das disponibilidades em infraestruturas de formação foi

## TAXA DE DESEMPREGO



## ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA

- 1981 -



QUADRO Nº 2	**POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES(1981)**							
	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	TOTAL	%
BAIXO VOUGA	47830	29.35	89100	42.44	45961	28.21	182951	24.45
BAIXO MONDEGO	15746	15.83	33897	33.65	51096	50.72	100739	15.11
PINHAL INTERIOR	28710	40.87	21374	32.71	17252	28.42	65346	9.80
DÃO - LAFÕES	56111	49.12	28172	24.66	29949	26.22	114232	17.14
PINHAL LITORAL	19111	22.75	38504	47.02	25398	30.23	84013	12.60
RAIA	28018	40.49	18407	26.60	22769	32.91	69194	10.38
COVA DA BEIRA	8954	24.51	16192	44.32	11390	31.17	36536	5.48
SERRA DA ESTRELA	10885	32.44	14752	43.99	7810	23.57	33557	5.03
REGIÃO CENTRO	213365	32.01	241468	36.23	211735	31.78	666568	100.00
CONTINENTE	711132	19.43	1429191	39.05	1519818	41.52	3659940	

FORTE: INE, Recenseamento da População

insuficiente, devendo, no entanto, sublinhar-se a que se verificou para a formação em profissões como a agricultura e a administração municipal (que há escassos anos não eram facultadas).

## 1.5. AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

A contribuição da Região Centro para o total do Produto Agrícola Bruto (PAB) nacional é de 23,5%.

A contribuição da Região Centro para o total do PAB nacional é de 23,5%.

No conjunto do PAB nacional, o contributo mais importante em termos relativos é proveniente do subsector florestal ( e também do animal ) quando comparado com o do subsector vegetal. Em termos absolutos, porém, o valor do PAB vegetal quase iguala o da soma dos outros dois.

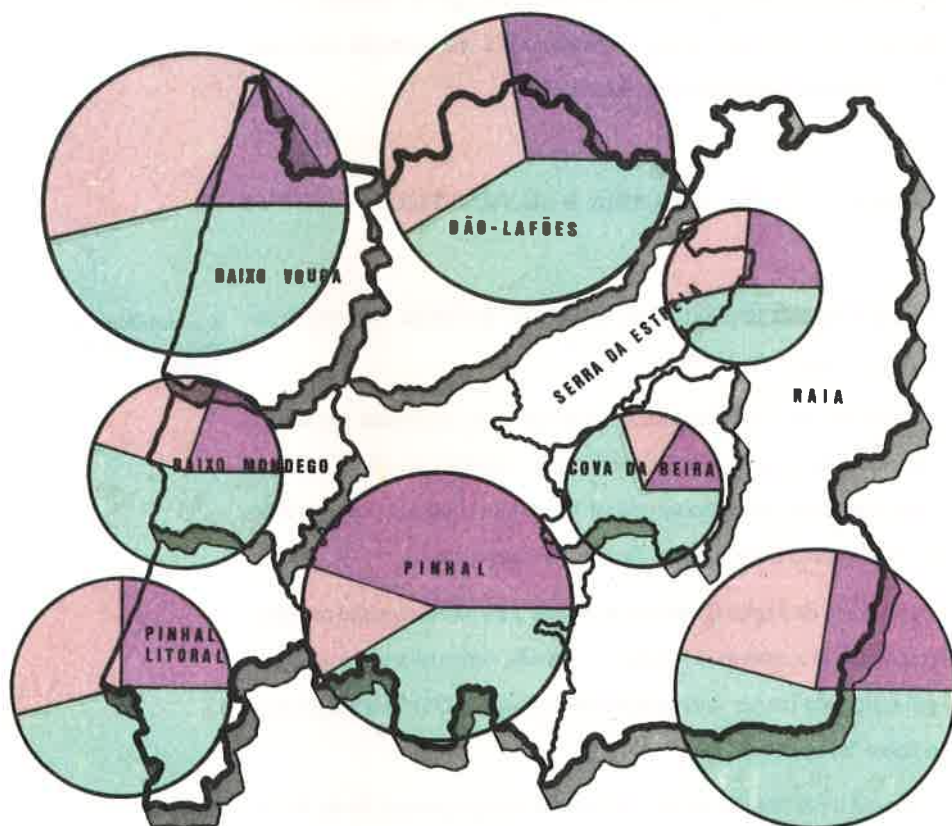
O contributo da Região Centro foi de 36,4% para o PAB florestal nacional, destacando-se a madeira de pinheiro e a resina, com maior expressão, nas sub-regiões do Interior, (designadamente o Pinhal, o Dão-Lafões e a Raia), e Baixo Vouga, no Litoral.

O contributo da Região Centro para o PAB animal nacional, foi de 30,7%, sobretudo com a carne de bovino e leite de vaca ( Baixo Vouga), mas também com pequenos ruminantes, suínos, aves de capoeira e ovos (espalhados por todo o Interior, embora com grande destaque no Dão-Lafões e, com menos evidência, na Cova da Beira).

Quanto ao PAB vegetal, a Região Centro contribui com apenas 17,8% para a formação do seu valor nacional, evidenciando-se, porém, o milho (particularmente expressivo no Baixo Vouga e Dão-Lafões), o arroz (no Baixo Mondego), o vinho (no Dão-Lafões e no Baixo Vouga — Bairrada) e os hortícolas, a batata e as frutas, o azeite e a azeitona, relativamente bem distribuídos por toda a Região, à excepção destes últimos que aparecem significativamente mais concentrados na Raia.



## PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO

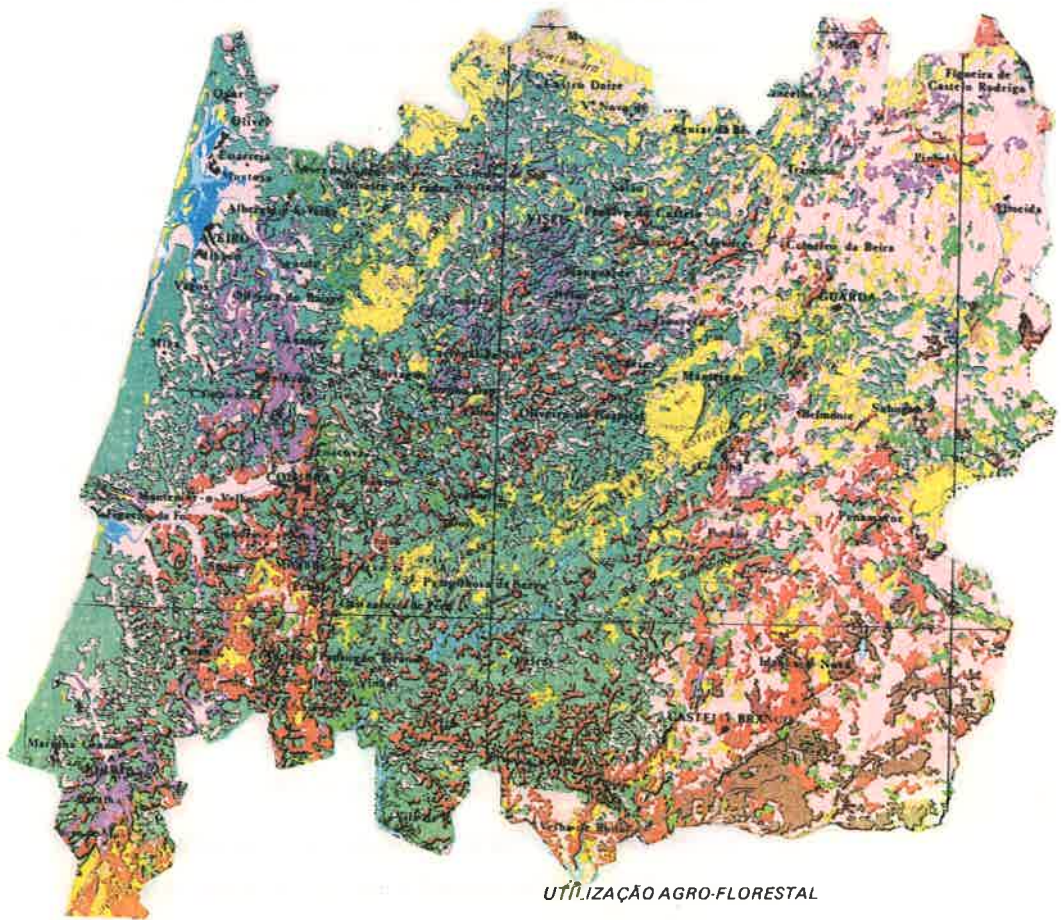


QUADRO Nº	**PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO** (média 1979/80/81)				
	P. A. B. VEGETAL	P. A. B. ANIMAL	P. A. B. FLORESTAL	P. A. B. TOTAL	%RC
BAIXO VOUGA	2608951	2032631	997854	5639436	19.88
BAIXO MONDEGO	1307530	594983	480823	2383336	8.40
PINHAL INTERIOR	1807464	599812	1945240	4352516	15.35
DÃO - LAFÕES	2195155	1634774	1513607	5343536	18.84
PINHAL LITORAL	1453984	871498	753943	3079425	10.86
RAIA	2481816	1075934	1060912	4618662	16.29
COVA DA BEIRA	1049350	198152	247732	1495234	5.27
SERRA DA ESTRELA	662051	377140	409148	1448339	5.11
REGIÃO CENTRO	13566301	7384924	7409259	28360484	100.00
% REG./CONT.	17.81	30.74	36.41	23.53	---
CONTINENTE	76156437	24022800	20349319	120528556	---

FONTE:  
O Produto Agrícola Bruto no Continente no Trínio 79/80/81  
D.C.P.



CARTA AGRÍCOLA E FLORESTAL



UTILIZAÇÃO AGRO-FLORESTAL

UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA

- Culturas Arvenses .....
- Cultura Arbustiva .....
- Culturas Arbóreas .....

UTILIZAÇÃO FLORESTAL

- Povoamentos de Folhosas .....
- Povoamentos de Resinosas .....

Consociações Arvense-arbóreas .....

Consociações Arbóreo-arvenses .....

INCULTOS .....

OUTRAS UTILIZAÇÕES

Salinas e Sapais .....

Áreas Sociais .....

Rios, Lagoas e Albufeiras .....

TIPOS DE UTILIZAÇÃO DO SOLO

Entre 7 a 8 blocos por exploração (cuja área média é de 3,5 ha).

A grande fragmentação e dispersão das parcelas (entre 7 a 8 blocos por exploração) que constituem as explorações agrícolas (cuja área média é de 3,5 ha) são as principais características estruturais que são apontadas como condicionantes ao desenvolvimento e modernização do sector. Na ausência de acções de emparcelamento ou de outras formas de associação, fica assim muito comprometida a exequibilidade das explorações.

Por outro lado, as actuais estruturas de abastecimento e de escoamento são débeis, para o que contribui a fraca organização cooperativa. As dificuldades económico-financeiras e a falta de técnicos qualificados que de um modo geral se verificam nas cooperativas faz com que as suas condições de funcionamento sejam normalmente deficientes. O exemplo porventura mais relevante deste tipo de sociedades, que é o das adegas cooperativas, revela carências organizativas, comerciais e, em geral, de incapacidade de valorização unitária suficiente para os produtos que elaboram. O fenómeno das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, por sua vez, constitui uma excepção importante às características gerais apontadas para as organizações cooperativas, e o seu fortalecimento progressivo poderá ser avaliado pelos movimentos de fundos efectuados na Região Centro (8,2 milhões de contos de depósitos e 5,5 milhões de contos de empréstimos efectuados em 1985, contra 2,2 e 2,6 milhões, respectivamente, em 1983).

A inexistência de uma rede regional de abate, a falta de armazéns e silos de cereais e batata, estações hortícolas e frutícolas, constituem também estrangulamentos de vulto.

Existem, no entanto, alguns programas de investimento com vista ao melhoramento daquele tipo de infraestruturas, os quais, têm importante impacto ao nível da Região Centro.

Referimo-nos, essencialmente, aos programas que têm sido aprovados pelas Comunidades Europeias. De facto, desde as Ajudas de pré-Adesão, até aos apoios a partir de 1 de Janeiro de 1986, que os programas aprovados pela CEE têm tido o maior significado. Neste último caso, destacam-se os

programas aprovados ao abrigo do Regulamento (CEE) 355/79 (sobre a transformação de produtos agrícolas e da pesca) designadamente os Programas Específicos Sectoriais (PES), de âmbito nacional, que poderão vir a ter grande impacto no desenvolvimento das indústrias agro-alimentares da Região Centro, como são nomeadamente os casos, entre outros, dos vinhos de qualidade produzidos em regiões demarcadas (Dão e Bairrada, enquanto outras regiões mais pequenas -Pinhel, Castelo Rodrigo, Cova da Beira e Lafões - iniciam os primeiros passos no sentido da sua demarcação), dos mercados de origem (com localização prevista pelas respectivas comissões instaladoras nas sub-regiões do Dão-Lafões, Cova da Beira e, por último, abrangendo ambas as sub-regiões do Baixo Vouga e do Baixo Mondego), dos frutos e hortícolas frescos e transformados, do leite e lacticínios, e do arroz.

Dos projectos de investimento privado localizados na Região Centro apresentados ao abrigo do Regulamento (CEE) 355/79, foram aprovados até final do mês de Julho de 1987 cerca de 6,3 milhões de contos, correspondendo a mais de 1/3 do total nacional. Os ramos de actividade mais contemplados foram, por ordem decrescente, os lacticínios, as carnes, a hortofruticultura e os vinhos, que representavam, em conjunto, quase 80% do investimento.

Existem, no entanto, carências significativas noutros tipos de infraestruturas rurais, como são os casos da rede viária, da electrificação e do aproveitamento dos pequenos regadios. Mas também estas infraestruturas têm sido, justamente, objecto de projectos de candidatura a significativos financiamentos do FFOGA (sobretudo da parte de entidades privadas, mas também públicas), tendo em atenção os Regulamentos (CEE) 797/85 (melhoramento da eficácia das estruturas da agricultura), e 3228/85 (que institui um Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa vulgarmente conhecido por PEDAP ).Neste último caso deverá ser destacado, pelo seu peso relativo no conjunto do Regulamento e pelas po-

Até final de Julho de 1987 foram aprovados 6,3 milhões de contos (1/3 do total nacional ) de projectos 355/79 localizados na Região.

tencialidades sectoriais da Região Centro, o Programa de Acção Florestal - PAF.

**A Região contribuiu com cerca de 20% dos projectos nacionais (797/85) a favor do jovem agricultor.**

Relativamente ao Regulamento (CEE) 797/85, a Região Centro contribuiu até ao primeiro semestre de 1987, para a apresentação de cerca de 15% do número total de projectos apresentados a nível nacional (cerca de 6 000) e de cerca de 12% do valor do investimento que eles representavam (aproximadamente 37 milhões de contos). Dos projectos aprovados a favor do jovem agricultor, contaram-se cerca de 20% em número e 18% em valor, relativamente aos totais do Continente, (que foram respectivamente de 770 e de cerca de 5,0 milhões de contos), enquanto dos montantes aprovados a favor do agricultor (não jovem) aquelas percentagens eram de 18% e de 14%, sendo os valores totais para o Continente de 1 545 projectos no montante de 6,9 milhões de contos.

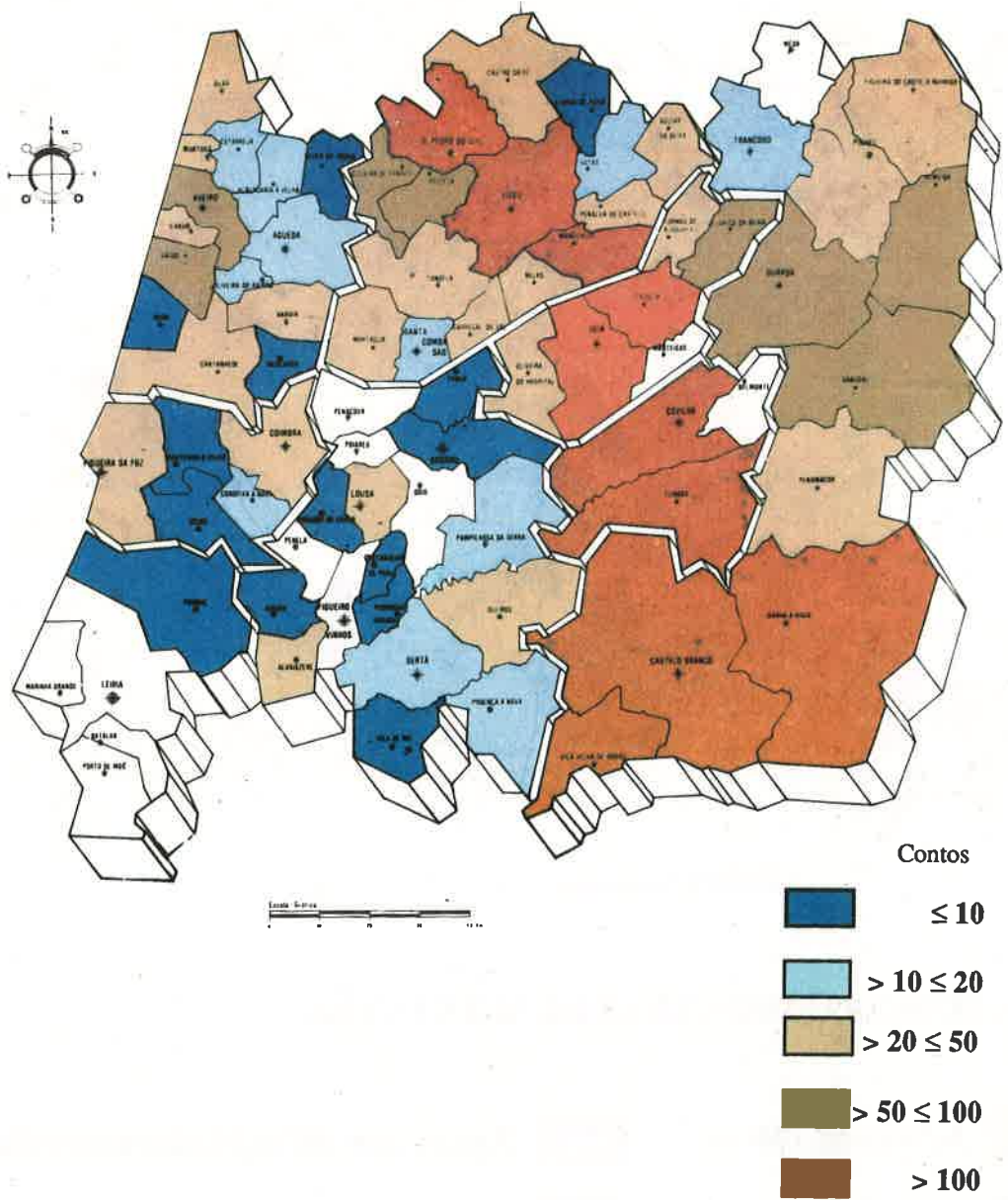
Quanto aos projectos apresentados ao PEDAP, a Região Centro contribuiu, até final do mês de Julho de 1987, com projectos num montante de cerca de 1,5 milhões de contos, dos quais cerca de 2/3 se referem ao programa florestal, destacando-se, em seguida, o referente ao programa de caminhos rurais. Além destes programas foram também apresentados projectos no âmbito da electrificação rural, da recuperação dos regadios tradicionais e da olivicultura.

No que respeita à mecanização verifica-se, na Região Centro, uma situação de desfavorecimento relativamente à média do Continente quanto à existência de alguns equipamentos decisivos (como tractores, motocultivadores, debulhadoras, ceifadoras e ordenhadoras), o que resulta, em boa parte, das dificuldades de crédito que têm sido sentidas pelos beneficiários, apenas com melhores perspectivas depois da adesão.

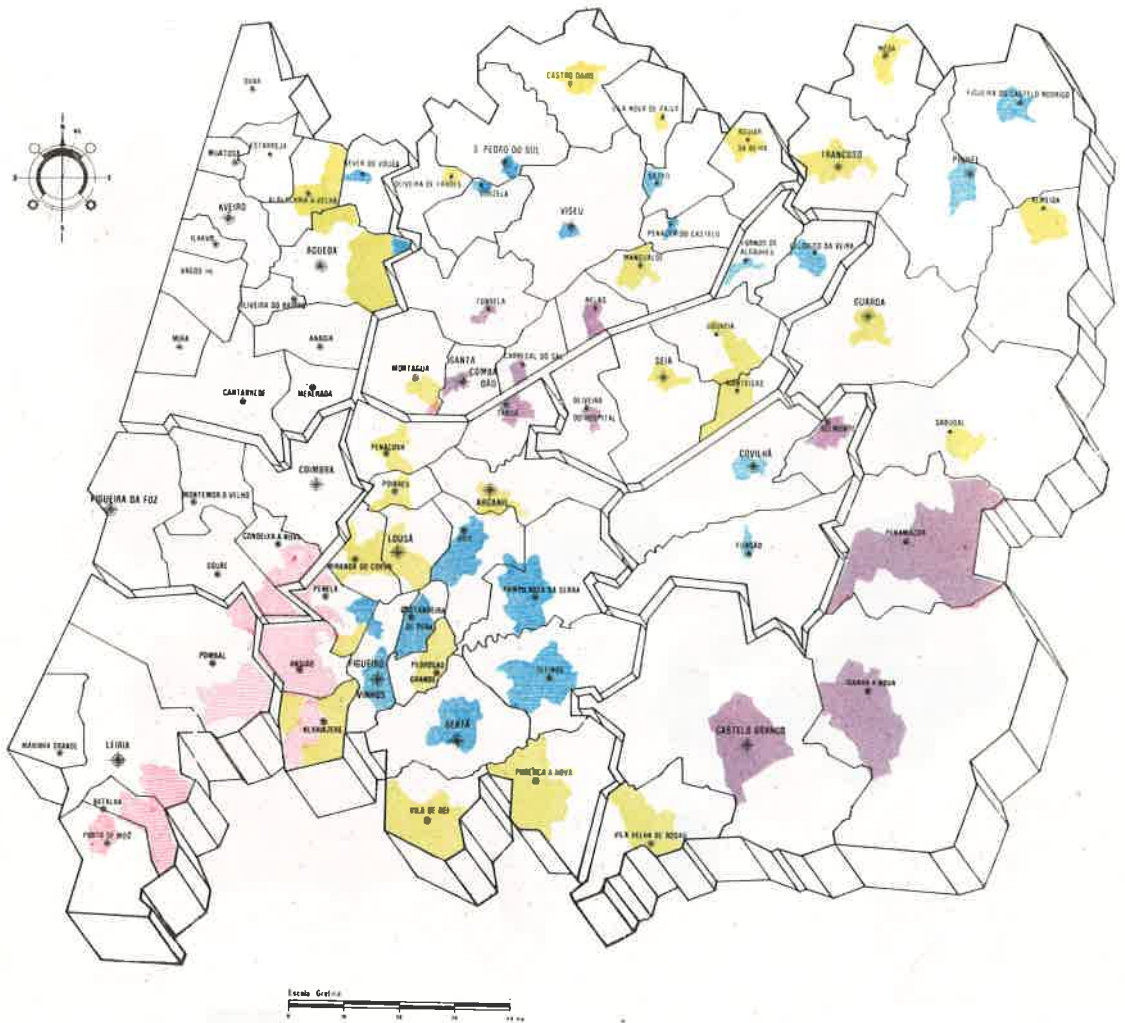
Através da implantação dos projectos de investimento candidatos ao Programa VALOREN (relativo à valorização do potencial energético endógeno) e também de alguns dos novos programas do PEDAP (concretamente o dos novos regadios, o dos regadios individuais, o da produção de



PROJECTOS SUBMETIDOS AO REG (CEE) 797/85



**CARTOGRAMA DAS ZONAS DESFAVORECIDAS DE MONTANHA**



**ZONAS DESFAVORECIDAS DE MONTANHA**

- |   |                 |   |                                    |
|---|-----------------|---|------------------------------------|
|  | Acima de 700 m  |  | Zonas com dificuldades específicas |
|  | Entre 400 e 700 |  | Zonas ameaçadas de despovoamento   |

cereais e forragens e o de agrupamentos de defesa sanitária), espera-se que a área irrigada possa aumentar substancialmente. A situação relativa da Região no Continente é porém já favorável (34% contra 23% da área agrícola), mesmo sem contar com algumas grandes infraestruturas hidráulicas em curso no Baixo Mondego e na Cova da Beira e em estudo no Baixo Vouga (para um total de cerca de 50 000 ha).

## 1.6. PESCA

A importância dos portos de pesca da Região Centro (Aveiro e Figueira da Foz) à escala do Continente, apresenta valores de algum modo diferenciados consoante seja analisada em termos do número de embarcações (cerca de 10%), da tonelagem de arqueação bruta (cerca de 30%) ou do volume e valor total do pescado descarregado (cerca de 22%) no conjunto.

Significa isso que, de um modo geral, as embarcações dispõem de um dimensionamento acima da média, o que de resto está, de certa forma, associado ao facto de os tipos de pesca praticados na Região com maior peso relativo no Continente (em termos do volume de pescado fresco descarregado), serem os do Arrasto Costeiro (com cerca de 28%), do Alto (22%) e do Cerco Costeiro (15%), sendo o tipo de pesca Artesanal pouco importante (3%).

Entre os portos da Figueira da Foz e de Aveiro existem por sua vez diferenças significativas, quer quanto aos tipos de pesca praticados, quer quanto às espécies capturadas. Com efeito, na Figueira da Foz a pesca do Cerco assume o primeiro lugar em tonelagem a nível do Continente, representando a sardinha aí descarregada entre 20 a 25% do total do Continente. Por outro lado, em Aveiro desembarca cerca de 75% do total da pesca longínqua do Continente (a seguir vêm Lisboa com 15% e Viana com 8%) sendo as espécies mais representativas o bacalhau (a que correspondem

O tipo de pesca praticado na Região com maior peso relativo no Continente é o do Arrasto Costeiro (cerca de 28%).

**Os produtos aprovados em 1986 na Região no âmbito da renovação da frota representaram 38% do valor total do continente.**

**A aquacultura é uma actividade a que reconhecem enormes potencialidades na Região.**

cerca de 46% das capturas do Continente e que ascenderam a 1.700 ton. em 1985), o “redfish” (27% das capturas totais e 9 651 ton), a solha, a pescada e a pota.

O apoio dos fundos estruturais, suscitado pela adesão à Comunidade Económica Europeia, poderá traduzir-se a médio prazo numa acentuada modernização do sector, designadamente por via da construção de navios de pesca na Região Centro, cuja necessidade é de resto amplamente reconhecida. Assim, foram apresentados em 1986, da parte da iniciativa privada, 32 projectos num total de cerca de 2,4 milhões de contos, dos quais foram aprovados 13, correspondendo a cerca de 1,2 milhões de contos. Estas aprovações representaram, por sua vez, 38% do valor total de projectos aprovados para o Continente no âmbito da renovação da frota .

No que respeita aos projectos industriais de pesca (essencialmente transformação do pescado), foram submetidos ao Reg. (CEE) 355/77 6 projectos num total de cerca de 1,7 milhões de contos, a maioria dos quais aguarda ainda decisão, com localização principalmente em Tondela (70%) e na Figueira da Foz (25%), mas também na Murtosa e em Aveiro.

A aquacultura é, por seu lado, uma actividade a que se reconhecem enormes potencialidades de desenvolvimento na Região Centro, quer em zonas de Litoral (sobretudo Aveiro e Figueira da Foz), quer em zonas de Interior (lagoas, albufeiras e outros cursos de água). A confirmá-lo estão os projectos em curso, públicos e privados.

Entre os primeiros podem mencionar-se os 3 projectos que constituem uma das componentes do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego, já aprovados pelo Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de 1986. São eles: 1º - “Estudos e protecção dos recursos piscícolas do estuário do Mondego” em que se inclui o estudo da ictiofauna do estuário já iniciado pelo Centro de Investigação Pesqueira de Aveiro (CIPA) e que conta com a colaboração



do Departamento de Zoologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

2º - “Fomento da aquacultura no estuário do Mondego” em que se inclui a construção de um Centro Experimental de Aquacultura e Formação Profissional num terreno de 4 ha cedido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz ao Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP), cujo projecto, elaborado pelo CIPA, aguarda parecer do Departamento de Aquacultura do INIP em Lisboa; e,

3º - “Construção de um Posto do INIP na Figueira da Foz” cujo projecto foi elaborado pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Figueira da Foz.

No que respeita aos projectos privados localizados na Região, verificaram-se oito candidaturas em 1986 que foram todas aprovadas (cerca de 32 000 contos) e que representaram 20% dos investimentos totais de projectos aprovados no Continente.

Deve ainda destacar-se a produção de sal na Região Centro, sobretudo através da exploração de sal marinho, cujos principais salgados (Aveiro e Figueira da Foz) representam, em conjunto, cerca de 10% da produção do Continente (cerca de 213.000 ton em 1985). Aguarda-se, por outro lado, um incremento significativo na exploração das jazidas de sal gema na zona de Pombal.

A actividade de exploração de salinas tem deparado com dificuldades importantes, designadamente em resultado do baixo valor unitário do produto e da existência de formas de exploração e de circuitos de comercialização menos adequados. A essas dificuldades associam-se outras de âmbito local, como é o caso na Figueira da Foz, em que as obras de regularização fluvial e de aproveitamento hidroagrícola do Mondego, provocando maior assoreamento ao longo do estuário dificultam a penetração das marés. Daí a proposta apresentada para a inclusão no PIDDAC, a partir de 1989, do projecto de dragagem entre o porto e o limite fluvial (Cinco Irmãos).

Os projectos privados de aquacultura aprovados em 1986 localizados na Região representaram 20% do total para o Continente.

## 1.7. INDÚSTRIA

A indústria transformadora da Região Centro, em relação ao total do Continente, representava em 1982 e 1983, aproximadamente 20% do emprego, 20% do Valor Bruto da Produção (VBP) e do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 30% do investimento em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

A evolução recente das existências em capital fixo tem registado um aumento sensível (cerca de 5% ao ano), significativamente superior ao verificado para o Continente (4,1%) e destinando-se essencialmente a investimento em construções e em máquinas e veículos.

No Litoral concentra-se a maioria do nº de estabelecimentos (61%) da Região Centro, do emprego (68%), dos VBP e VAB (cerca de 77% em ambos os casos) e da FBCF (mais de 90%).

No Litoral concentra-se a maioria do número de estabelecimentos (61%) da Região Centro, do emprego (68%), dos VBP e VAB (cerca de 77% em ambos os casos) e da FBCF (mais de 90%). No Interior, embora a localização industrial seja de menor dimensão, existem importantes pólos de concentração industrial, como são exemplo os casos da Covilhã, Seia, Gouveia e Castelo Branco.

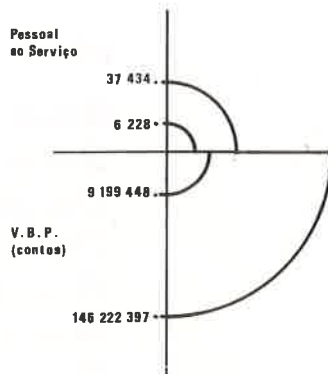
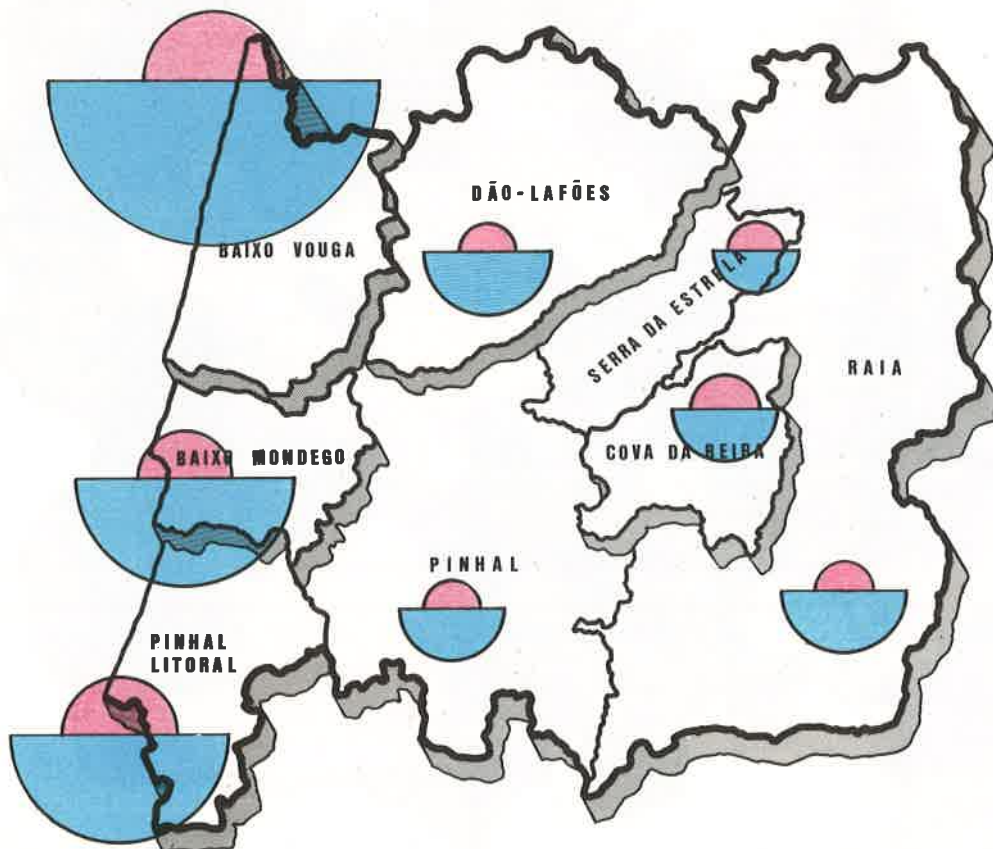
Em termos de emprego, os têxteis, as cerâmicas, as metalomecânicas e as alimentares, que no conjunto absorvem 3/4 do emprego total da indústria transformadora, são os sectores mais significativos.

A pasta de papel, com lugar muito destacado, mas também as cerâmicas e as metalomecânicas são, em termos de FBCF, os mais representativos, absorvendo 9/10 do total da Região.

Quanto aos VBP e VAB, torna-se mais fácil referir os sectores cujos valores são menos expressivos, isto é, as metalúrgicas e as indústrias de madeira, na medida em que, para os restantes, não é muito significativa a dispersão entre os seus níveis relativos, sendo pois todos igualmente relevantes.

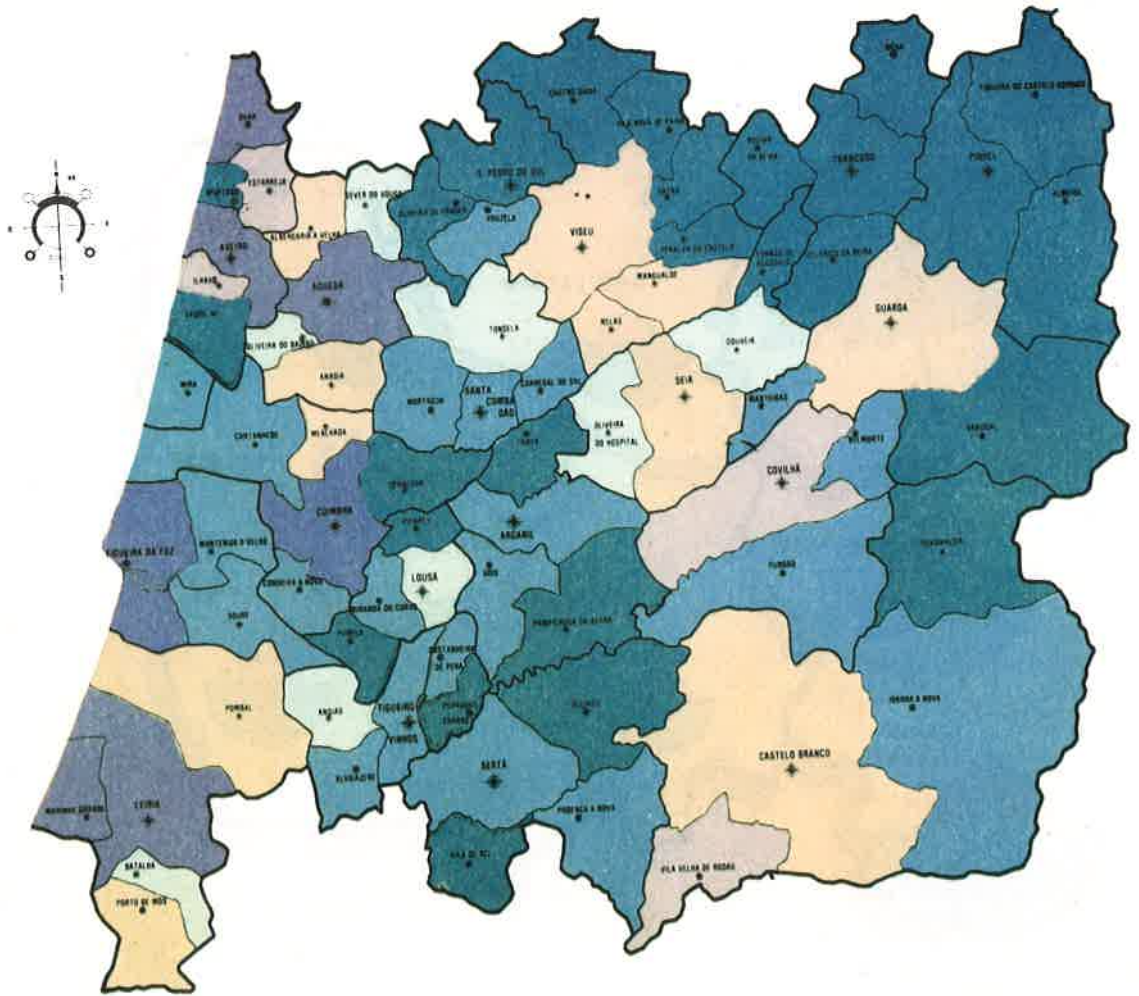
Os têxteis de lanifícios, o vidro, a reparação e construção naval e o sector

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO/EMPREGO



VAB DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (por Concelho)

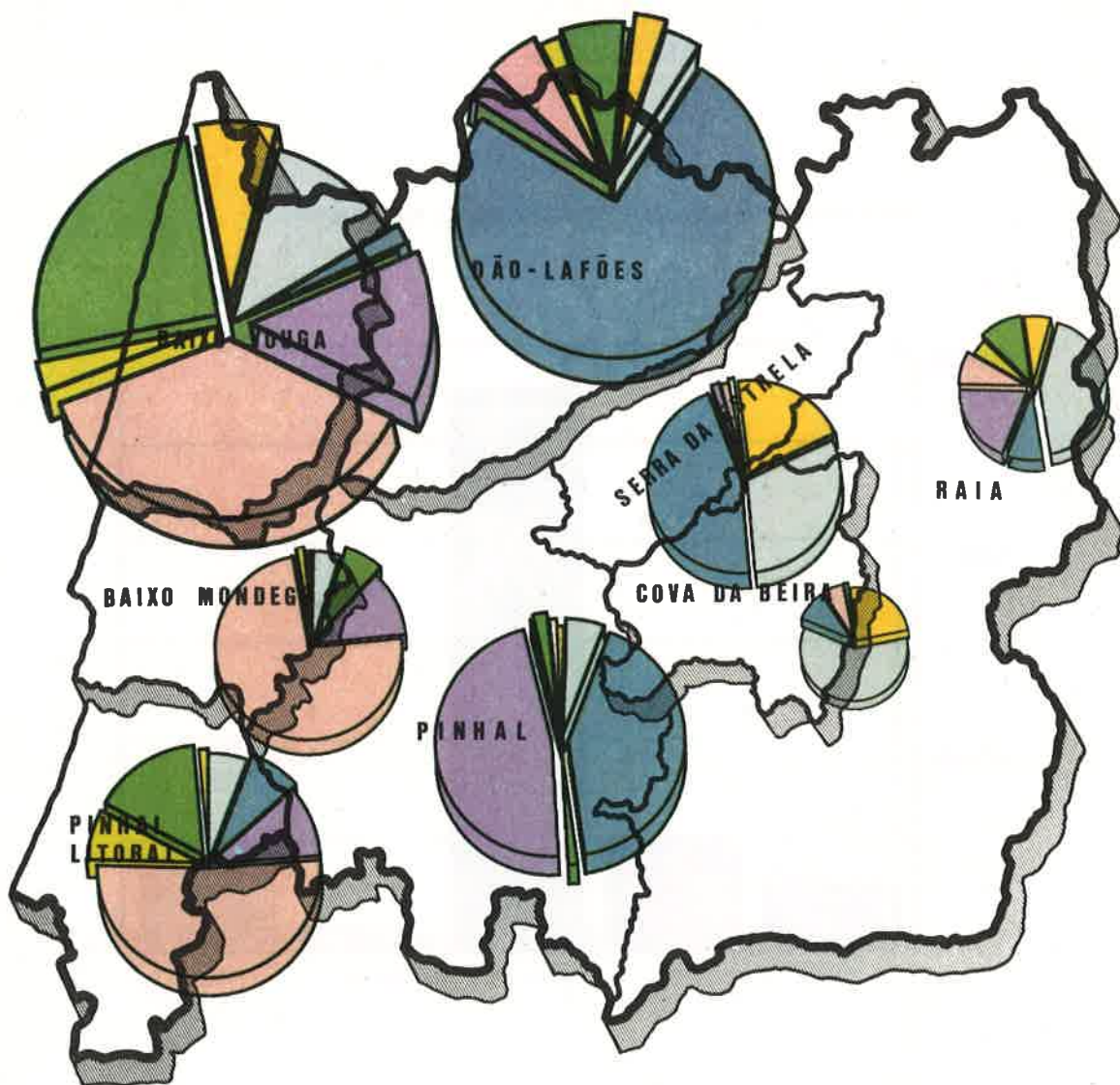
- 1984 -



Legenda: (10<sup>4</sup> Escudos)

- 0-100
- 101-500
- 501-1 000
- 1 001-2 000
- 2 001-5 000
- 5 001-10 000
- >10 000





	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
BAIXO VOUGA	1,132,134	1,916,924	776,000	26,202	2,145,540	3,328,763	654,998	4,022,181	0	15,819,870
BAIXO MONDEGO	340,031	182,961	0	172,855	412,774	2,835,497	98,771	35,058	0	3,886,370
PINHAL LITORAL	81,708	327,318	492,111	0	803,378	2,977,162	411,808	967,841	0	5,689,330
DÃO-LAFÕES	456,966	487,794	9,169,214	83,241	156,481	831,036	176,221	809,801	19,988	12,164,364
SERRA DA ESTRELA	828,825	1,269,243	1,989,025	0	80,128	48,808	0	0	49,750	4,157,830
RAIA	134,372	931,122	189,600	0	412,280	171,602	88,801	220,794	0	2,142,260
PINHAL INTERIOR	30,844	339,887	2,146,689	77,373	2,892,862	78,558	0	110,718	80,310	6,171,153
COVA DA BEIRA	284,400	737,189	112,356	0	0	78,958	0	19,304	0	1,207,931
REGIAO CENTRO	2,970,648	8,186,250	14,080,980	418,346	6,928,311	12,396,568	1,272,172	6,740,361	216,804	51,298,772

Nota: dados referentes às datas de Set/86, Mar/87, Jun/87

Unidade: Milhares de Escudos

- 3.1 - Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos
- 3.2 - Indústrias Têxteis, de Vestuário e de Couro
- 3.3 - Indústrias de Madeira e de Cortiça
- 3.4 - Indústrias de Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações
- 3.5 - Indústrias Químicas dos Derivados de Petróleo e do Carvão e dos Produtos de Borracha e de Plástico

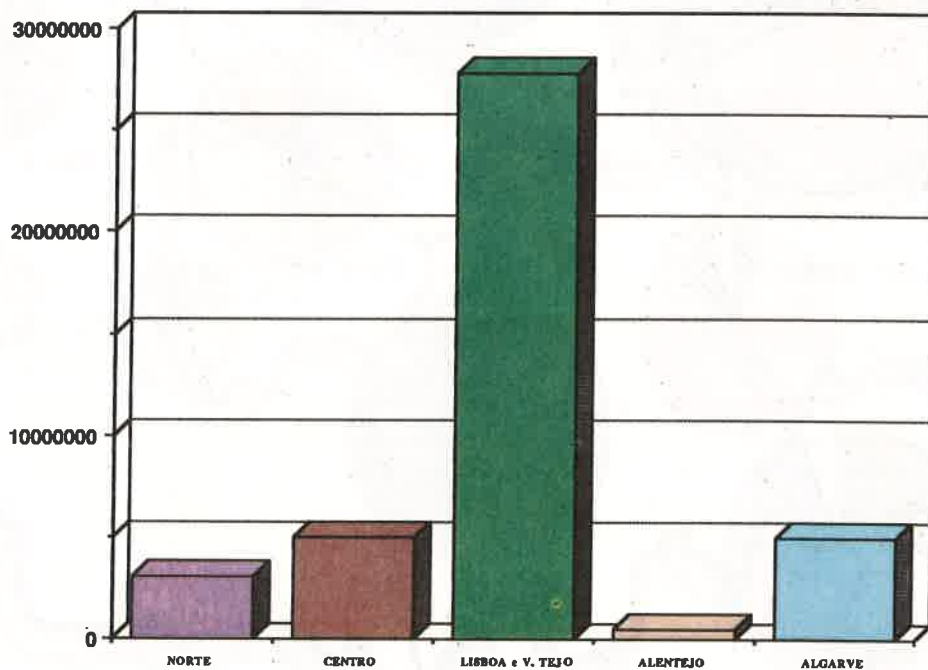
- 3.6 - Indústrias dos produtos Míserais Não-Metálicos, com excepção dos Derivados do Petróleo Bruto e do Carvão
- 3.7 - Indústrias Metalúrgicas de Base
- 3.8 - Indústrias de Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamento, Equipamento e Material de Transporte
- 3.9 - Outras Indústrias



## INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

## INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO ( Jan. a Set./87 )

Contos

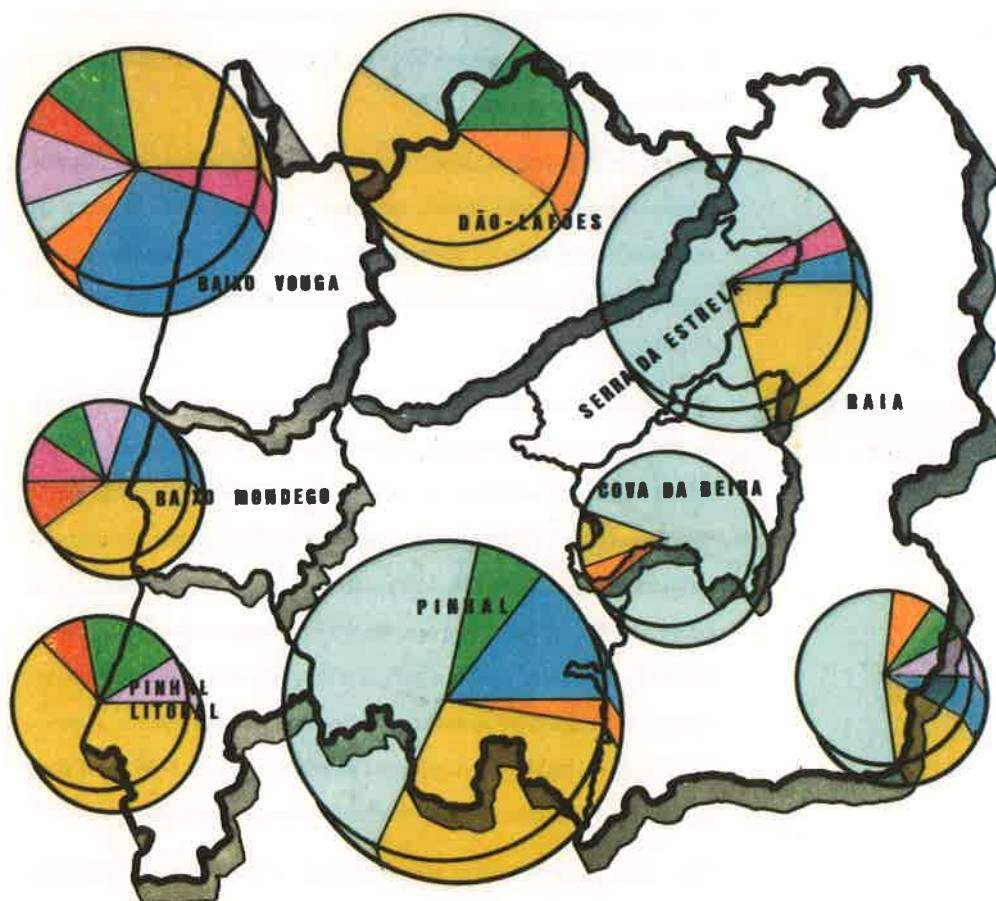


Reg. NORTE	Reg. CENTRO	Reg. de LISBOA e VALE do TEJO	Reg. do ALENTEJO	Reg. do ALGARVE
3047599	5025505	27754662	448437	4951638

Fonte: Instituto do Investimento Estrangeiro

Valores: MILHARES DE ESCUDOS

## INTENÇÕES DE CANDIDATURA AO VALOREN



QUADRO Nº	** LISTA DE INTENÇÕES DE CANDIDATURA AO VALOREN ** POR PARTE DE ENTIDADES PÚBLICAS								
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
BAIXO VOUGA	1	5	0	1	2	1	2	5	18
BAIXO MONDEGO	0	4	0	0	1	1	1	2	10
PINHAL INTERIOR	0	12	0	19	3	0	0	6	41
DÃO - LAFÕES	0	10	0	5	3	0	0	0	20
PINHAL LITORAL	0	7	0	0	2	0	1	0	11
RAIA	1	2	0	7	1	0	1	1	13
COVA DA BEIRA	1	2	0	10	0	0	0	0	13
SERRA DA ESTRELA	0	5	0	17	5	1	0	1	24
REGIÃO CENTRO	3	42	0	58	10	2	3	10	132

- I- Biogás
- II-Biomassa Florestal e Resíduos sólidos urbanos
- III-Energia Eólica
- IV-Energia Mini-Hídrica Térmica
- V-Energia Solar
- VI-Energia Solar Fotovoltáica
- VII-Utilização racional de Energia
- VIII-Misto Solar-Biomassa
- IX- Total

Fonte: CCRC, VALOREN



mineiro, são os ramos que têm conhecido problemas particularmente graves, embora normalmente pontuais. Isto não significa que outros sectores não venham a conhecer situações mais ou menos problemáticas, sobretudo se as respectivas empresas não se adaptarem e acompanharem a modernização tecnológica.

O afluxo de investimento estrangeiro, potenciado pela adesão de Portugal às Comunidades Europeias poderá, entretanto, constituir mais um factor de relevo na recuperação de algumas das empresas da Região Centro, economicamente-viáveis mas com dificuldades de natureza e profundidade diversas.

**Ao abrigo do SEBR, foram apresentados 67,4 milhões de contos de projectos de Set/86 a Set/87.**

As intenções de investimento industrial apresentadas ao abrigo do Sistema de Estímulos de Base Regional (SEBR) no período de Setembro 1986 a Setembro de 1987, revelaram um total de 67,4 milhões de contos, (a que se associam cerca de 10.000 postos de trabalho), particularmente concentrados no Baixo Vouga (36%), Dão-Lafões (20%), Pinhal Interior (13%) e Pinhal Litoral (12%), que absorviam cerca de 4/5 das intenções de investimento na Região. Esta situação, poderá significar o início de uma tendência do investimento industrial mais acentuada que anteriormente no Interior, o que, a concretizar-se, traduzirá sem qualquer dúvida uma maior eficácia do novo Sistema de Estímulos em favor do desenvolvimento regional.

Nos anos mais próximos, perspectivam-se investimentos significativos, sobretudo no sector das cerâmicas, das metalomecânicas, dos moldes para plásticos, das confecções e das madeiras. Tratam-se, em larga medida, dos sectores onde a Região apresenta vantagens comparativas no mercado alargado.

No que respeita às intenções de candidatura a investimentos participados pelo Programa VALOREN (Valorização do Potencial de Desenvolvimento Endógeno), a situação até finais de Junho de 1987 era de um total de cerca de 4,6 milhões de contos, repartidos por cerca de 150 intenções de investimento, 3/4 das quais com origem nas sub-regiões do Interior. Por

outro lado, a componente energética de maior significado naquele volume total de intenções, era a mini-hídrica (39%), seguida da biomassa florestal e dos resíduos sólidos urbanos (31%).

A Região Centro representa, por sua vez, cerca de 27% do potencial energético nacional em utilização racional de energia e 21% do potencial nacional em energias novas e renováveis.

## 1.8. TURISMO

A dotação da Região Centro em equipamentos e infraestruturas turísticos deve ser analisada em função dos recursos turísticos existentes. Em conformidade com o Plano Nacional de Turismo (PNT 1985-88) será realizado um inventário exaustivo desses recursos, trabalho a que se reconhece o maior interesse. A Região Centro reúne atractivos turísticos suficientes para desenvolver tanto uma procura interna, como para polarizar fluxos do estrangeiro, de onde podemos destacar o clima ameno e o património natural e cultural (construído e vivido).

Do património natural, podemos destacar: as praias da zona de Aveiro, Mira, Figueira da Foz e S. Pedro de Muel; a Serra da Estrela (única zona do País onde é possível a prática de desportos de Inverno); os excelentes recursos em águas minero-medicinais, que determinam a existência de várias estâncias termais com destaque para Curia, Luso, Monfortinho, Monte Real e S. Pedro do Sul que são cinco das onze que o Plano Nacional Turístico aponta, em todo o país, como prioritárias para o desenvolvimento do termalismo; as melhores grutas cársicas do País localizadas no maciço calcário; a caça e pesca e uma grande diversidade de paisagens multifacetadas (litoral/interior, montanha/vale, floresta/mar).

O património cultural construído, reúne conjuntos de grande monumentalidade (mosteiro da Batalha e da Universidade de Coimbra, por exemplo),

*A Região Centro reúne atractivos turísticos suficientes tanto para desenvolver uma procura interna, como para polarizar fluxos do estrangeiro.*

ruínas romanas (Conímbriga, etc.) e, disseminadas pela Região, aldeias e vilas medievais, castelos, igrejas, capelas, solares e casas apalaçadas, além de certos conjuntos urbanos ou pertencentes a arquitectura tradicional.

O testemunho do entrecruzar de civilizações e de artes e mesteres antigos que foram transmitidos ao longo do tempo, constituem um riquíssimo património cultural vivido que, na Região, tem concretização em feiras, festas e romarias, no folclore, na gastronomia e no artesanato.

Acabamos de apresentar importantes factores que contribuem não só para a animação turística, essencial para o aumento da estadia média dos turistas na Região e do seu grau de satisfação, mas também para atenuar o fenómeno da sazonalidade.

Existem por outro lado potencialidades significativas na Região para se poder expandir o turismo em meio rural: turismo de habitação, turismo rural e agro-turismo.

No entanto subsistem alguns entraves à expansão da actividade turística.

No entanto, subsistem alguns entraves à expansão da actividade turística, de que se destacam:

- as deficiências no sistema de transportes e comunicações, que ditam o afastamento da Região do conjunto das áreas turísticas mais procuradas. Ressalte-se a inexistência de um aeroporto aberto a tráfego civil como um dos estrangulamentos mais graves;
- a indefinição da utilização de todo o espaço litoral e dos respectivos mecanismos de gestão, designadamente com vista à regulamentação de medidas de protecção a fenómenos de degradação resultantes das ameaças que representam as pressões urbano-industriais e turísticas menos adequadas;
- um incipiente sistema de promoção e animação turísticas nos mercados nacional e internacional;
- as lacunas em equipamentos e infraestruturas especificamente turísticas de qualidade, sobretudo ao nível de estabelecimentos hoteleiros (sendo os



casos mais graves o de Coimbra e de outros centros urbanos da Região), de recintos desportivos (designadamente campos de golfe), de salas de jogo (na Região existe um único Casino a funcionar, na Figueira da Foz), de centros de congressos e de empresas de serviços de apoio ao turismo; e

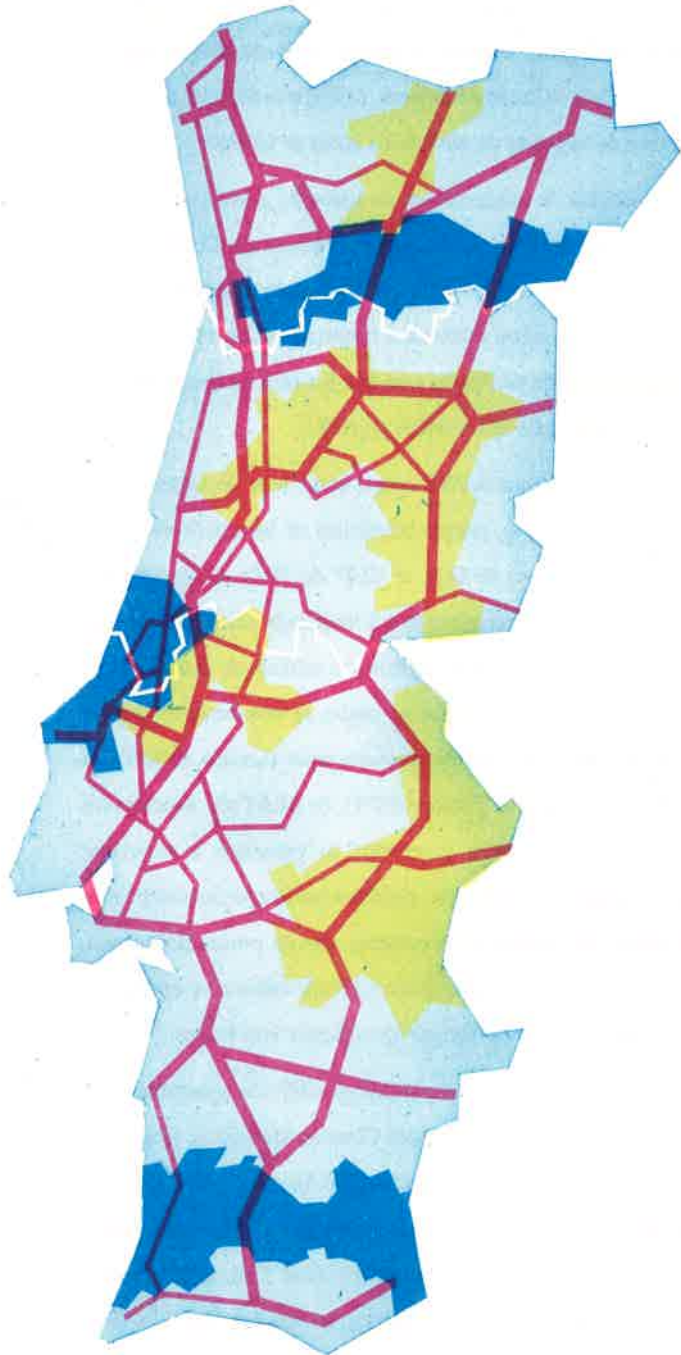
- a actual inexistência de infraestruturas de formação e reciclagem profissionais, que irá ser suprida pela Escola de Hotelaria de Coimbra (cuja execução está a decorrer desde 1983 e se prevê venha a ser brevemente concluída, sendo a última fase candidata a financiamento do FEDER), fundamental para que se crie na Região uma boa imagem no que se refere à hospitalidade e à qualidade dos serviços prestados.

Entre as diversas figuras que o PNT adopta como base do Ordenamento Turístico, devem salientar-se, porque beneficiam de incentivos ao desenvolvimento regional por via do D.N. nº 42/87 de 27 de Abril, além das estâncias termais, independentemente da sua localização (atendendo às suas importantes funções de termalismo estritamente médico, de termalismo de prevenção e recuperação e de turismo de saúde), os empreendimentos que se situam em Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico, (REAT), ou em Eixos de Desenvolvimento Turístico (EDT). As REAT são definidas em função das suas características e recursos se prestarem a programas específicos de turismo e os EDT são definidos em função da existência de eixos rodoviários que constituem importantes vias de penetração turística, de parques, reservas e áreas de grande sensibilidade ambiente e ecológica e na disponibilidade de recursos naturais ou culturais importantes.

Na sequência de uma acção recente (Abril de 1987) de levantamento de projectos e intenções turísticas junto das Câmaras Municipais, Comissões Regionais de Turismo, Direcções de Exploração Termal e outras entidades ligadas ao desenvolvimento do turismo na Região Centro, com vista à concretização do Programa Nacional de Interesse Comunitário para o Turismo, foi possível detectar 304 projectos e intenções, que é possível arrumar nos seguintes grupos: Infraestruturas Básicas; Equipamentos de

**Beneficiam de incentivos ao desenvolvimento regional, além das estâncias termais, os empreendimentos que se situam em REAT ou em EDT.**

## CARTOGRAMA COM REAT's e EDT's



 REAT - Região Específica de Aproveitamento Turístico

 EDT - Eixo de Desenvolvimento Turístico

Animação; Recuperação de Aglomerados Tradicionais, Edifícios e Monumentos; Meios de Alojamento e Restaurantes; Desenvolvimento Termal e Planos e Estudos Turísticos.

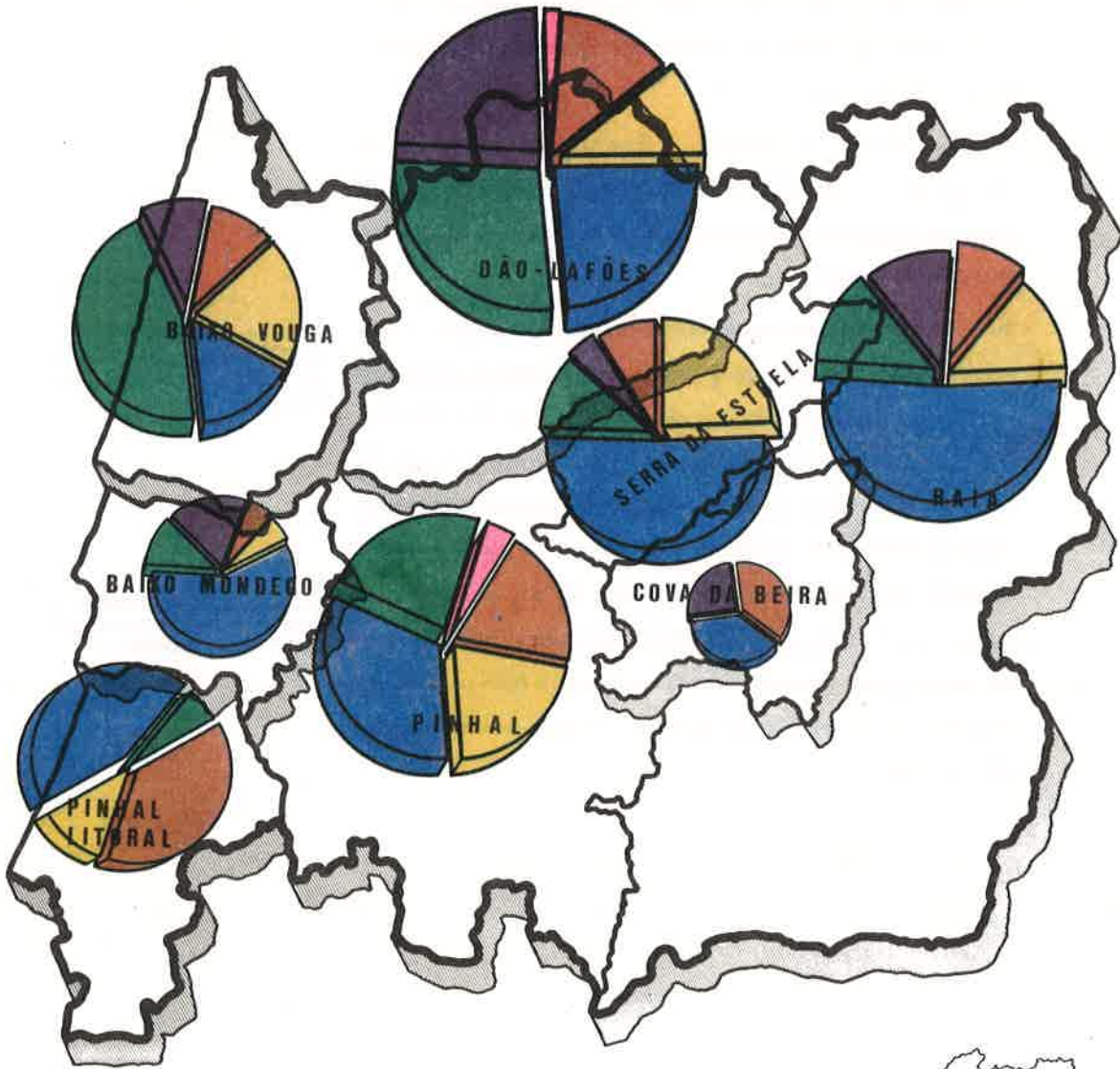
O maior número de projectos e intenções situa-se no grupo III (Recuperação de Aglomerados, Edifícios e Monumentos) e no grupo IV (Meios de Alojamento e Restaurantes), e nas sub-regiões do Dão-Lafões, Raia e Pinhal Interior.

Em relação ao turismo estrangeiro, verifica-se que a Costa de Prata, onde se insere a faixa costeira da Região Centro, é das regiões mais procuradas (4,5 milhões de dormidas em 1985 para um total nacional de 41,8 milhões) a seguir ao Algarve e à Costa de Lisboa. Naquela região, o meio de alojamento com maior quantidade de dormidas em 1985 foi o campismo (30,8%), logo seguido da hotelaria (29,2%) que, de um modo geral, foi sempre o meio de alojamento mais procurado nas outras regiões. Por sua vez, as taxas de ocupação quarto e cama (entre os 30 e 35%), são em regra bastante inferiores aos valores médios nacionais (que oscilam entre 40 e 60%) o que aponta claramente para a necessidade de aumentar o tempo de estadia dos turistas que nos visitam.

A Costa de Prata, onde se insere a faixa costeira da Região Centro, é das regiões mais procuradas por estrangeiros.

As taxas de ocupação quarto e cama são em regra inferiores aos valores médios nacionais.

## INTENÇÕES TURÍSTICAS



	"PROJECTOS E INTENÇÕES TURÍSTICAS" NA REGIÃO CENTRO						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
BAIXO VOUGA	2	4	3	3	0	0	20
BAIXO MONDEGO	1	1	10	2	3	0	17
PINHAL INTERIOR	10	11	17	13	5	2	52
DÃO - LAFÕES	10	8	16	21	18	1	76
PINHAL LITORAL	13	4	15	2	0	0	34
RAIA	5	7	27	7	6	0	52
COVA DA BEIRA	3	0	3	0	2	0	6
SERRA DA ESTRELA	4	11	23	5	2	0	45
REGIÃO CENTRO	48	46	115	58	33	3	304

Fonte: Câmaras Municipais, inquérito de Maio de 1987

- I-Infraestruturas Básicas
- II- Equipamento de animação
- III- Recuperação de Aglom. Tradicionais, Edifícios e Monumentos
- IV- Meios de Alojamento e Restaurantes
- V- Desenvolvimento Termal
- VI- Planos e Estudos Turísticos
- VII- Total



## 1.9. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E DE COMUNICAÇÕES

As infraestruturas rodoviárias, embora assegurando uma cobertura aceitável, não satisfazem os modernos critérios de rapidez, comodidade e segurança de tráfego.

O número de quilómetros de estradas nacionais localizadas na Região Centro é de 6 400 (cerca de 1/3 do valor para o Continente), enquanto o de estradas e caminhos municipais (ambos pavimentados) e de vias florestais é, respectivamente, mais de 5 000, mais de 4 000 e cerca de 2 500 Km, correspondendo neste último caso a 46% do valor do Continente.

A rede rodoviária da Região, como toda a rede de estradas portuguesas, foi planeada em 1945 e executada, pelo menos até 1965, de acordo com normas de traçado extremamente rígidas e hoje completamente desactualizadas e sem qualquer referência a estimativas quantificadas do nível e tipo de procura a que estaria sujeita. Depois de 1965 foram construídas variantes aos troços mais congestionados (designadamente da E.N. 1) e um certo número de novos troços, conformes às novas exigências da circulação rodoviária.

As condições do tráfego rodoviário são extremamente deficientes sobre a actual rede de estradas nacionais nos itinerários principais (IP's) e complementares (IC's), do Plano Rodoviário Nacional (PRN), deficiências que explicam as grandes dificuldades de circulação inter e intraregionais, bem como as ligações ao estrangeiro.

O facto de se localizar na Região a mais importante fronteira terrestre nacional de trânsito de mercadorias (Vilar Formoso), ainda agrava a situação, que também poderia ser de algum modo melhorada através da abertura de novos postos fronteiriços (Barca d'Alva, Penamacor e Mon-

O número de Km de estradas nacionais (6.400) localizadas na Região é de cerca de 1/3 do Continente.

Atribui-se um impacto muito significativo à abertura de novos postos fronteiriços.



fortinho), a que se atribui, de resto, um impacto muito significativo, designadamente em toda a sub-região da Raia.

No que respeita aos fluxos do tráfego rodoviário de mercadorias inter e intraregional, verifica-se que em 1983 foi bastante mais elevado o volume de cargas e descargas efectuadas no interior da própria Região (36 000 x 10<sup>3</sup> ton) do que entre a Região e o resto do Continente (8 500 x 10<sup>3</sup> ton).

**Os principais eixos de circulação rodoviária da Região encontram-se no Litoral, onde se verifica algum congestionamento e/ou degradação.**

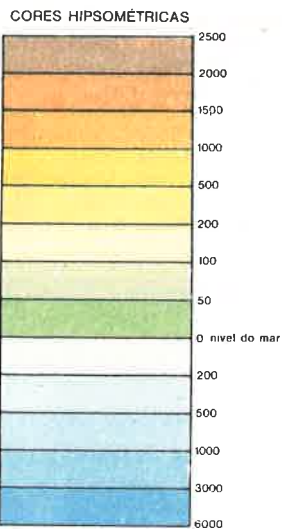
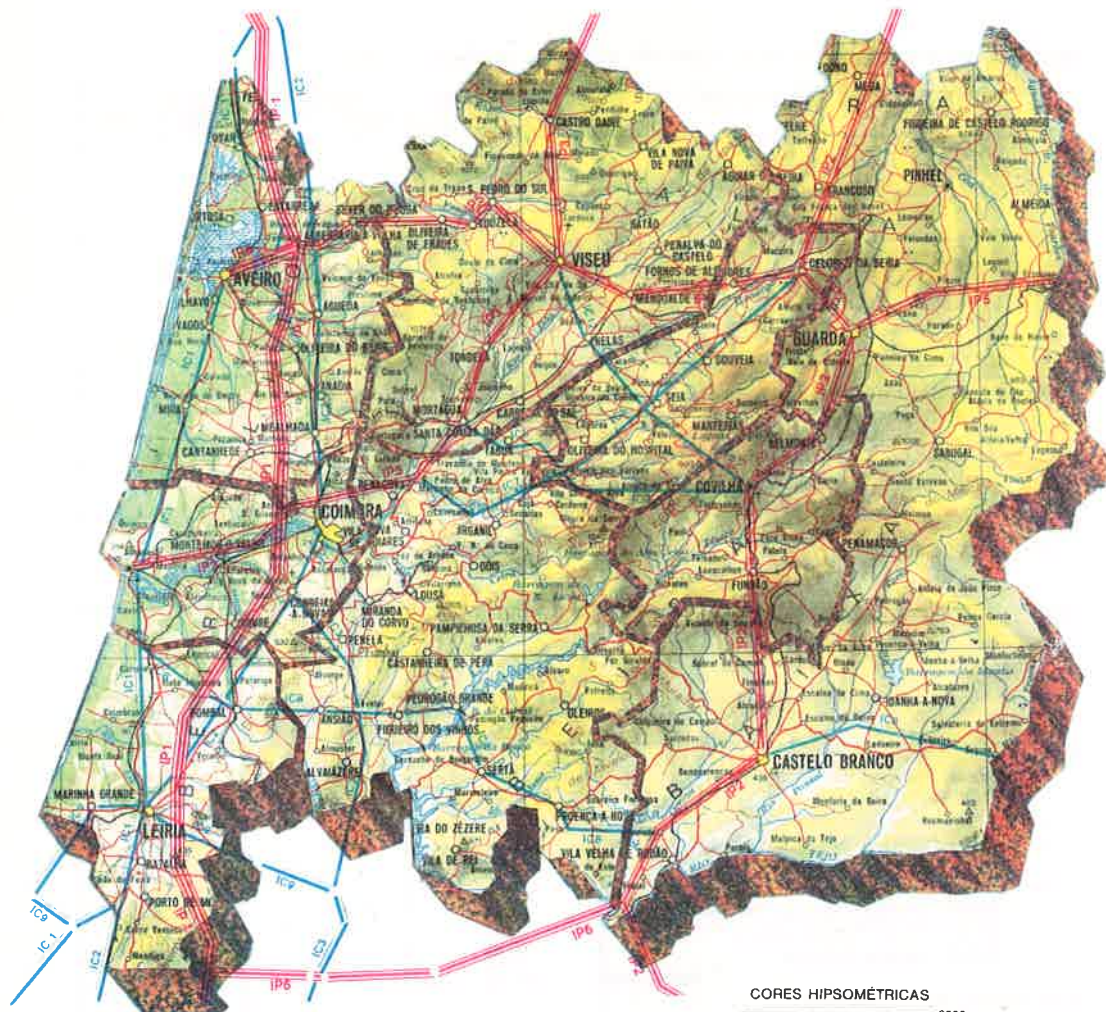
Os principais eixos de circulação rodoviária da Região encontram-se no Litoral onde se verifica algum congestionamento e/ou degradação; constituem exemplos o IP1 em todos os troços ainda não servidos por auto-estrada (particularmente para sul de Coimbra) os IC1, IC2 e IC3; no Interior, os níveis de acessibilidade internos e externos são muito baixos, o que se deve ao estado e à densidade da rede existente e ao tipo de traçado e perfil das estradas.

Nas outras estradas nacionais, as condições de tráfego são ainda piores, por se encontrarem fortemente degradadas. Devido, em parte, às condições apresentadas, o número de acidentes de viação na Região Centro ronda os 20% do Continente (percentagem que correspondeu, em 1982, à 13 000 acidentes).

As estradas e caminhos municipais apresentam uma situação comparativamente melhor, devido aos esforços das autarquias e, nos últimos anos, às participações do FEDER (cerca de 2 milhões de contos de compromissos aprovados até princípios de 1988).

A aplicação do PRN acarretará um sensível melhoramento das condições de tráfego oferecidas sobre os percursos correspondentes a itinerários definidos como rede nacional.

Consequentemente, pode vir a implicar um agravamento das condições oferecidas sobre as que são desclassificadas pelo PRN e que ascendem a cerca de 3 000 Km, na Região Centro.



} Auto-Estrada.....  
 } Outros.....  
 }  
 Itinerár. Complementares.....

## Incidência do Plano a Médio Prazo (1987-90) da J.A.E. na Região Centro

ITINERARIOS PRINCIPAIS	EXTENSAO (km)	EM CURSO	OBRAS A LANÇAR EM ...			
			1987	1988	1989	1990
<b>Novos Traçados:</b>						
IP2 / IP5 - EN16 - Celorico da Beira, Guarda	21.0	X				
IP2 - EN18 - Alpedrinha, Castelo Branco	25.0			X		
EN18 - Variante de Castelo Branco	8.0	X				
IP3 - EN2 - Variante do Fail	9.0	X				
EN2 - Fail, Tondela	9.0				X	
EN2 - Tondela, S. C. Dão	10.0				X	
EN111 - Raiva, Trouxemil	23.0	X				
EN111 - Acessos à A.E. do Norte, Geria	4.0		X			
EN111 - Geria, S.ta Eulália	35.0					X
EN111 - S.ta Eulália, Figueira da Foz	13.0		X			
IP5 - EN16 - Aveiro, Albergaria-a-Velha	23.0		X			
EN16 - Albergaria-a-Velha, Viseu	57.0	X				
EN2 e EN16 - Variante de Viseu	19.0	X				
EN16 - Mangualde, Celorico da Beira	33.0	X				
EN16 - Guarda, Vilar Formoso	36.0	X				
<b>Sub-Total</b>	<b>325.0</b>					
<b>Reabilitação de Pavimentos:</b>						
IP3 - EN2 - Lamego, Viseu	55.0	X				
<b>Sub-Total</b>	<b>55.0</b>					
<b>TOTAL</b>	<b>380.0</b>					

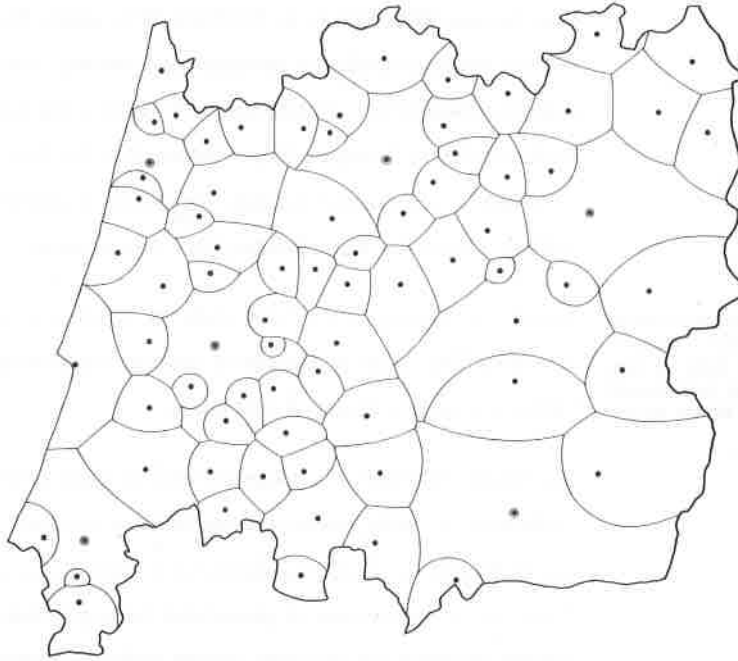
Nota: O IP5 é o único Itinerário Principal pronto em 1988 na sua íntegra.

ITINERARIOS COMPLEMENTARES	EXTENSAO (km)	EM CURSO	OBRAS A LANÇAR EM ...			
			1987	1988	1989	1990
<b>Novos Traçados:</b>						
IC1 - EN109 - Variante da Gândara dos Olivais	8.0		X			
EN109 - Gala, Leirosa	12.0	X				
IC2 - EN1 - Coimbra, Sargento-Mor	7.0			X		
IC7 - EN2-3 e EN17-2 - Raiva, Catraia dos Poços	12.0		X			
EN230 - Venda das Galizas, Vide	20.0					X
IC8 - EN237 - Pombal, Pontão	29.5	X				
EN237 - Pontão, Pedrogão Grande, Sertã	48.5		X			
EN241 - Sertã, Proença-a-Nova	23.0			X		
IC9 - EN242 - Variante de Leiria	6.0					X
<b>Sub-Total</b>	<b>166.0</b>					
<b>Reabilitação de Pavimentos:</b>						
IC1 - EN109 - Mira, Figueira da Foz	37.0	X				
EN109 - Vagos, Aveiro e Angeja, Estarreja	23.0		X			
IC2 - EN1 - Vários Troços	118.0	X				
IC3 - EN110 - L. D. Santarém, Pontão	23.0			X		
EN110 e EN347 - Pontão, Condeixa	12.0		X			
IC9 - EN113 - Leiria, EN346	20.0	X				
EN242 - Pataias, Marinha Grande	12.0		X			
IC12-EN231 - Viseu, Nelas	22.0	X				
EN231 - Nelas, Seia	20.0			X		
<b>Sub-Total</b>	<b>287.0</b>					
<b>TOTAL</b>	<b>453.0</b>					

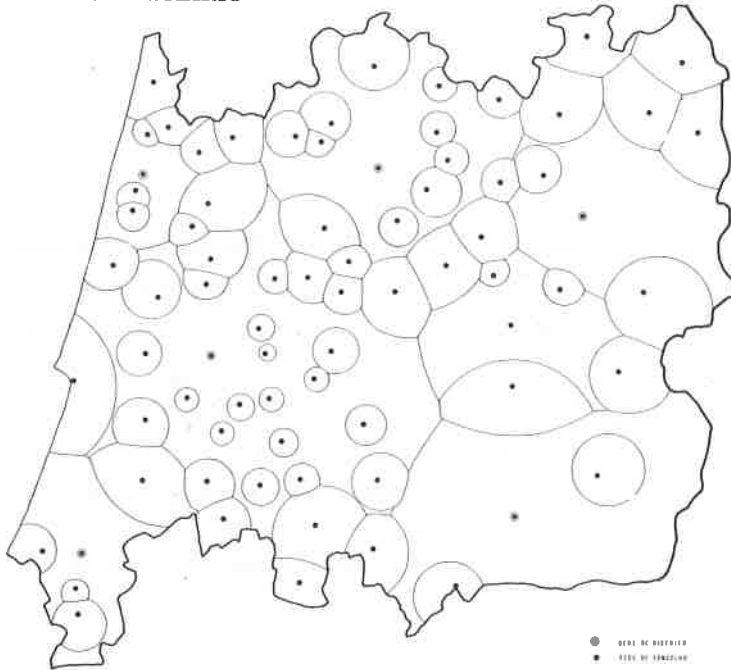
FONTE: Junta Autónoma de Estradas (JAE), 1987

# ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS SEDES DE CONCELHO

COM BASE NA POPULAÇÃO



COM BASE NO TERCIÁRIO



● SEDE DE MUNICÍPIO  
● SEDE DO TERCIÁRIO



A conclusão da auto-estrada Lisboa/Porto (IP1) e das vias rápidas Aveiro/Vilar Formoso (IP5), Figueira da Foz/Viseu (IP3); Castelo Branco/Guarda (IP2) e a melhoria significativa das ligações de Coimbra à Covilhã (IC7), a Celorico da Beira (IC6) e a Castelo Branco (IC8), bem como da ligação entre Figueira de Castelo Rodrigo e Castelo Branco (E.N. 221, E.N. 324 e E.N. 233), dado o seu interesse regional, são elementos necessários a uma melhoria efectiva das acessibilidades inter e intra regionais.

**A manutenção em bom estado de conservação das ligações rodoviárias inter sedes de concelho é condição fundamental para uma melhor eficácia da rede urbana.**

Também a manutenção em bom estado de conservação das ligações rodoviárias inter sedes de concelho é condição fundamental para uma melhor articulação e eficácia da rede urbana.

São bastantes as empresas de transportes rodoviários que actuam na Região e cobrem, de um modo satisfatório, as necessidades existentes. Nota-se, nos últimos tempos, um esforço significativo de investimento na melhoria das frotas, que se encontravam na generalidade bastante envelhecidas, com veículos modernos que permitem oferecer melhor comodidade e maior segurança e rapidez dos serviços.



Apesar do traçado da rede ferroviária apresentar uma razoável cobertura regional, o estado em que se encontram as vias não permite satisfazer critérios mínimos de segurança, rapidez e comodidade de tráfego.

A linha do Norte é a única que apresenta características de traçado, desenho e sinalização (via dupla e electrificada) que possibilita serviços de passageiros e de mercadorias conformes aos padrões aceitáveis.

As restantes linhas ferroviárias, designadamente as da Beira Alta, Beira



Baixa e Oeste não apresentam características compatíveis com as necessidades actuais. O seu interesse regional deve implicar uma atenção particular, nomeadamente quanto ao respectivo traçado e o tráfego inter-cidades, de modo a permitir que o comboio passe a desempenhar as funções de transporte que parece particularmente apto a assegurar.

As linhas ferroviárias da Beira Alta, Beira Baixa e Oeste não apresentam características compatíveis com as necessidades actuais.

A linha da Beira Alta, que serve de escoamento a um importante itinerário internacional, não reúne as características técnicas adequadas: não é electrificada e em cerca de 40% da sua extensão os carris, que têm cerca de 55 anos de uso, tem uma capacidade de 40 kg/m, o que se traduz em velocidades comerciais médias da ordem dos 30 km/h.

A linha da Beira Alta foi, entretanto, objecto de um projecto de investimento (de cerca de 4,5 milhões de contos) candidato ao compromisso FEDER 1987, com vista à redução do tempo de percurso (redução de 30 minutos no itinerário Lisboa/Guarda em comboios directos), melhoria das condições de segurança e fiabilidade, melhoria da qualidade dos serviços e aumento da capacidade de débito da linha.

A linha do Oeste apresenta características do mesmo tipo e velocidades comerciais médias da mesma ordem das da Beira Alta.

Os bilhetes de passageiros vendidos em 1982 nas estações da área da Região ascende a 2,2 milhões (cerca de 10% do valor relativo ao Continente) e o movimento de mercadorias, nas estações que servem as capitais de distrito, representou no mesmo ano cerca de 162 000 ton (aproximadamente 12,4% do valor para o Continente).

**A Região dispõe de dois portos, localizados em Aveiro e na Figueira da Foz, de apreciável importância pesqueira e comercial.**

A Região dispõe de dois portos, localizados em Aveiro e Figueira da Foz, de apreciável importância pesqueira e com um movimento comercial que representa 3,9% do conjunto de cargas e descargas de mercadorias para o Continente em 1986.

O cais do porto comercial de Aveiro tem uma extensão de 400 m (ficará com 500 na sequência das obras em curso), movimentando cerca de 1 milhão de ton/ano, o que representa 2,5 % do movimento de mercadorias registado nos portos do País (brevemente poderão ser 2 milhões de ton/ano). O porto dispõe de estaleiros de reparação naval mas os cais não dispõem dos equipamentos de terra adequados. O sector pesqueiro do porto é constituído por um cais com 1.950 m de extensão, para embarcações de pesca do bacalhau e uma doca antiga para pesca costeira, situada junto à cidade de Aveiro.

O sector comercial do porto da Figueira da Foz tem um cais com a extensão de 360 m (460 m, na sequência dos melhoramentos em curso) e movimenta cerca de 600.000 ton/ano (sobretudo em madeiras e pasta de papel), ou seja, 1,4% do movimento de mercadorias registado nos portos do País (em breve passarão a ser 1 milhão de ton/ano). Dispõe também de estaleiros de reparação naval e os cais, na sequência dos melhoramentos em curso, começam a possuir os equipamentos de terra necessários. O seu sector pesqueiro é constituído por uma moderna doca para barcos de pesca costeira e correspondentes equipamentos de apoio (como o edifício da lota, por exemplo).

**As importantes obras portuárias em curso na Região podem alargar a sua área de influência a empresas das províncias espanholas de Cáceres e de Salamanca.**

As importantes obras portuárias em curso na Região, associadas ao crescimento económico previsível nos próximos anos, podem alargar significativamente a área de influência daqueles portos, de modo a servirem mesmo empresas das províncias espanholas de Cáceres e de Salamanca.



A Região dispõe de seis aeródromos civis localizados em Coimbra, Covilhã, Guarda, Leiria, Monfortinho e Viseu, e, de dois militares, em Monte Real e S. Jacinto. Dispõe ainda de um pequeno aeródromo na Lousã, como infraestrutura de combate a incêndios.

A abertura do aeroporto de Monte Real à aviação civil seria a hipótese mais adequada para dotar a Região Centro de uma infraestrutura de apoio às necessidades decorrentes do seu desenvolvimento económico e social.

A abertura do aeroporto de Monte Real à aviação civil seria a hipótese mais adequada para dotar a Região de uma infraestrutura de apoio às necessidades de desenvolvimento.

Dos seis aeródromos civis, com pequenas dimensões e insuficientemente equipados, apenas os de Covilhã e Viseu são servidos por vôos internos regulares, prevendo-se que o de Coimbra o venha a ser em breve, e que outros possam vir a aparecer de modo a reforçar a rede regional.

O tráfego aéreo no interior da região é pouco significativo (26 aviões em 1982 na ligação entre Viseu e Covilhã), mas já representa cerca de 15% do tráfego total do Continente (que foi de 1 964 aviões), considerando as ligações com outras regiões (sempre a partir dos dois aeródromos, de Viseu e da Covilhã).



A rede de infraestruturas de comunicação postal (317 estações em 1985 na área da Direcção Regional dos Correios do Centro) cobre todas as freguesias; a de comunicação telefónica, totalmente automatizada, corresponde a uma densidade telefónica (1 telefone/100 habitantes) de 8,4 e a de comunicação por telex (1 por 10 000 habitantes) de 10,4.

A expansão recente das infraestruturas de comunicação postal foi pequena, devendo acentuar-se os esforços no sentido de modernizar as estações, diversificar os serviços (cobranças postais, correio acelerado, etc.) e elevar a percentagem de correspondência entregue no dia seguinte.

**É do maior interesse que a instalação dos novos serviços públicos de telecomunicações venha a processar-se a ritmo acelerado.**

A evolução das infraestruturas de comunicação telefónica foi grande, embora, nos demais países comunitários, os indicadores sejam ainda bastante mais favoráveis; é do maior interesse que a instalação de novos serviços públicos de telecomunicações em perspectiva (videotex, chamada de pessoas e serviço móvel terrestre) venha também a processar-se a um ritmo acelerado.

De facto, a taxa de crescimento do número de postos principais nos últimos 15 anos foi de 7% ao ano e registou-se uma diminuição do tempo médio de espera pela instalação de um posto principal que é agora de cerca de 10,3 meses (23 meses em 1982). Também a percentagem da lista de espera em função do parque existente, apesar do aumento considerável que este registou, tem vindo a diminuir, passando de 20% em 1980 para 8,9% em 1985, o que leva a uma duplicação da densidade telefónica no último decénio (mas que ainda está distante do valor médio de 3% nos países da CEE).

### 1.10. CONDIÇÕES DE VIDA

**A evolução recente aponta para um aumento significativo da população servida por infraestruturas básicas, salientando-se o empenhamento dos municípios e as participações do F.E.D.E.R.**

A população servida por infraestruturas de abastecimento de água era de 866.200 habitantes em 1981 (50% da população total da Região mas, actualmente, eleva-se a cerca de 70%); os valores correspondentes para a recolha de lixo eram de 912.600 (52%) e para drenagem de esgotos 409.900 (23%).

A evolução recente aponta para um aumento significativo das taxas de população servida, que será certamente ainda reforçada no futuro em virtude

do empenhamento dos Municípios e das comparticipações do FEDER neste domínio.

O Litoral e o Interior apresentavam (em 1981) taxas de cobertura idênticas, no que respeita ao abastecimento de água; o Litoral encontrava-se em melhor situação no que respeita à recolha de lixo (58% da população servida, contra os 46% do Interior).

Relativamente à drenagem de esgotos, passava-se o contrário (27% no Interior e apenas 20% no Litoral).

O abastecimento de electricidade é bastante melhor que o de outro tipo de infraestruturas básicas, apresentando, no entanto, algumas deficiências a nível rural. Com efeito, a população servida é de 1,6 milhões de habitantes, ou seja, 93% dos habitantes da Região. O Litoral apresenta uma cobertura de 98% e o Interior 87%. As maiores carências ao nível sub-regional existem no Pinhal Interior, onde a taxa de cobertura é de 82%.



Para a realização daquelas infraestruturas (de abastecimento de água, de recolha do lixo, de drenagem de esgotos e de fornecimento de electricidade) muito tem contribuído a actuação dos Municípios. De facto, no conjunto das despesas locais efectuadas na Região Centro (cerca de 20 milhões de contos em 1986) as despesas de investimento são a categoria mais importante, absorvendo, em regra, cerca de metade do montante dispendido pelos Municípios. São infelizmente muito mais baixas as percentagens de investimento nos níveis mais elevados da Administração.

**As despesas de investimento têm absorvido cerca de metade do montante dispendido pelos municípios da Região Centro.**

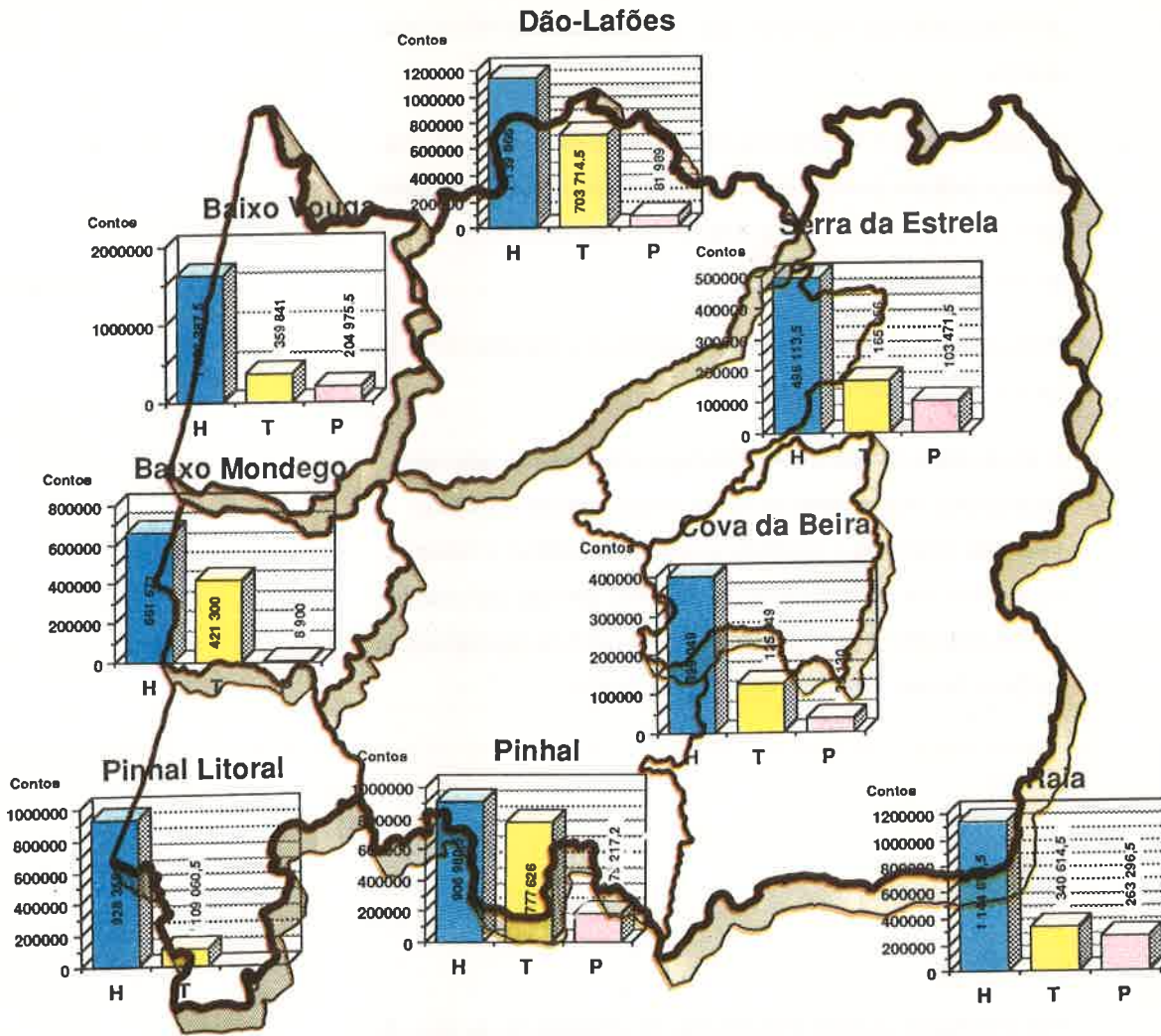


**PARTICIPAÇÃO F.E.D.E.R.**

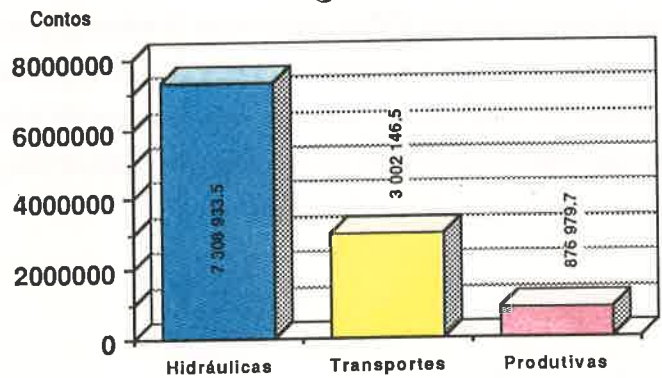
72

(nos projectos Municipais)

(86+87+88)



**Região Centro**



**Quadro 4-Peso do investimento no conjunto das despesas:  
Administração Central e Local** (milhões de contos)

	A. Central	%	A. Local	%	A. Local / RC	%
<b>83</b>						
DT	949,4		64		16,12	
FBCF	38,7	4,0	29,1	45,4	9,27	57,5
<b>84</b>						
DT	1172,9		71,5		18,27	
FBCF	41,2	3,5	30	41,9	9,01	49,3
<b>85</b>						
DT	1418		87		21,9	
FBCF	51,36	3,6	34	39,1	10,37	47,5

DT - Despesas totais

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

Fontes: Relatórios do Banco de Portugal; CCRC

Numa análise mais detalhada sobre a repartição do investimento municipal na Região, em 1984, verifica-se que quase 70% do montante global foi investido em Construções Diversas, representando as infraestruturas de Arruamentos e Viação Rural e de Saneamento Básico os dois principais subsectores. Aí são efectuados respectivamente 35,8% e 25,6% do total de investimentos municipais. Assumem ainda valores significativos os investimentos em outros edifícios (15,3%), onde sobressaiem as Escolas e Instalações Desportivas e Recreativas com mais de 1/3 daquela rubrica.

Desde a data de adesão à CEE até ao início de 1988, o FEDER aprovou comparticipações para investimento dos Municípios da Região Centro, no total de cerca de 7,2 milhões de contos, 63% dos quais para infraestruturas hidráulicas, 27% para infraestruturas de transporte e 10% para infraestruturas de apoio directo à actividade produtiva.

Até ao início de 1988 o FEDER aprovou comparticipações para investimento dos Municípios da Região Centro no total de cerca de 7,2 milhões de contos.

Nos últimos anos anteriores à data de adesão verificou-se, porém, que o peso dos investimentos nas despesas locais tinha vindo a diminuir (taxas de crescimento negativas), o que resulta, quer da redução importante do Fundo de Equilíbrio Financeiro em termos reais e do recurso ao crédito, quer, porventura, de uma maior necessidade de assegurar a exploração de investimentos passados.

O ensino pré-primário, oficializado em 1974, conta com um número apreciável de estabelecimentos, correspondendo a 43% do total do País.

A rede de escolas primárias é a mais extensa, contando com 2 820 estabelecimentos, muitos dos quais bastante degradados, representando 29% da rede nacional.

O ensino preparatório, cuja rede abrange todos os concelhos, conta com 120 estabelecimentos (em 24 dos quais é igualmente ministrado o ensino secundário), correspondendo a 25% do total dos do País. É de referir ainda a existência de 428 estabelecimentos de ensino com recurso à Tele-Escola.

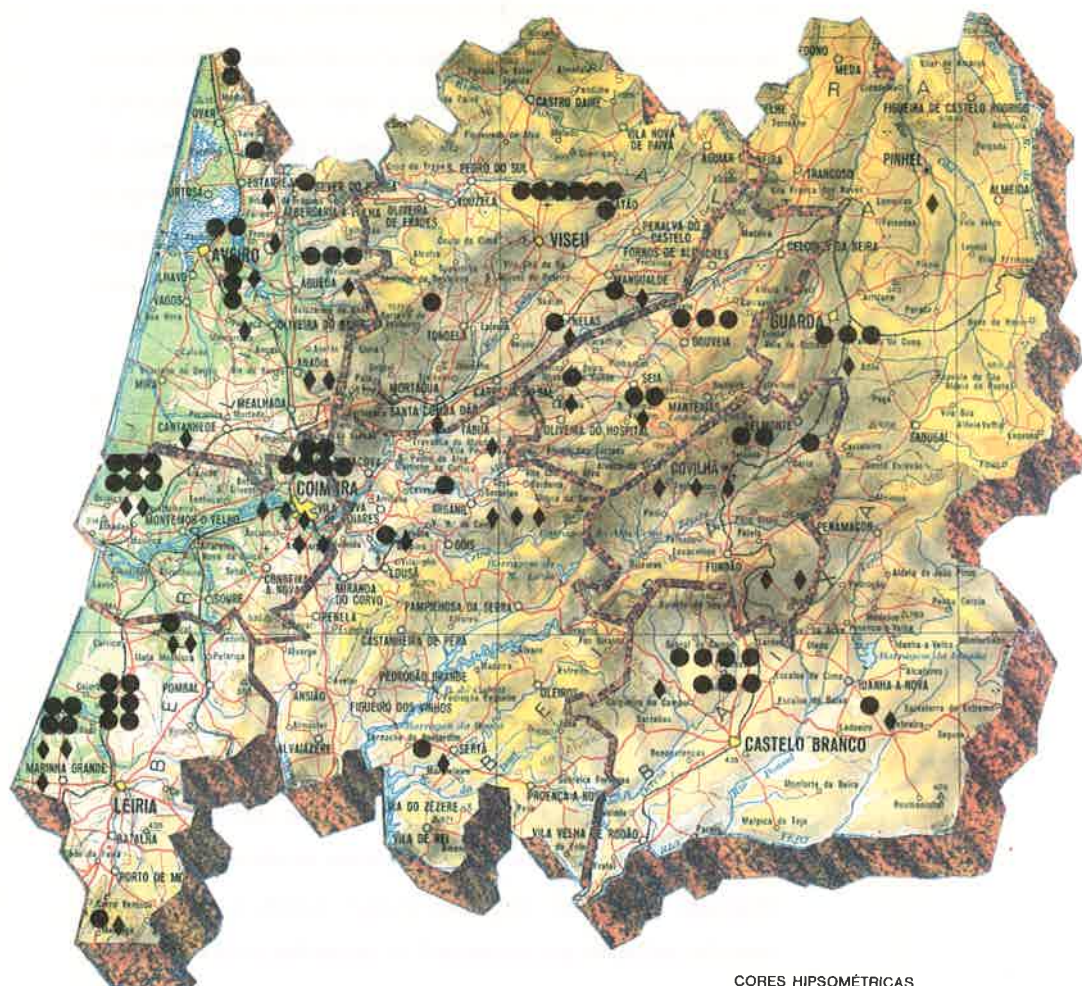
O ensino secundário, com uma rede que serve também todos os Municípios, conta com 89 estabelecimentos (dos quais, em 24, é também ministrado o ensino preparatório, e em 65 são também ministrados os cursos unificado e complementar), correspondendo a 21% do total dos do País.

Na maioria dos estabelecimentos a dimensão é insuficiente, sendo o número de alunos bastante superior àquele para que o edifício tinha sido concebido. A adicionar a este problema, podemos referir a falta de equipamentos laboratoriais e outros (em alguns casos praticamente inexistentes) e a dificuldade de fixação de professores qualificados no Interior.

**O ensino profissional e técnico-profissional, que teve início em 1983 e é ministrado em estabelecimentos do ensino secundário, disseminados pela Região da Centro, contava em 1986/87 com 27 tipos de cursos.**

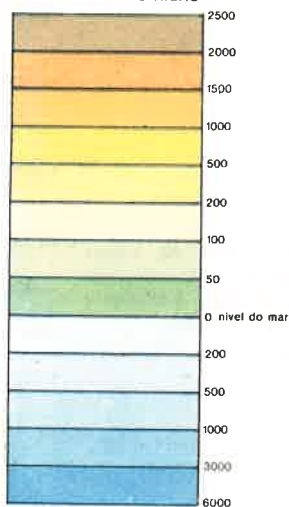
O ensino profissional e técnico-profissional, que teve início em 1983 e é ministrado em estabelecimentos do ensino secundário, disseminados pela Região, contava em 1986/87 com 27 tipos de cursos (sendo 12 profissionais distribuídos por 28 escolas, e 15 técnico-profissionais distribuídos também por 28 escolas), envolvendo 4 814 alunos (1 256 nos profissionais, dos quais 468 em estágio e 3.558 nos técnico-profissionais), em especialidades de acordo com as necessidades das áreas onde se inserem e com as respectivas disponibilidades em instalações, equipamentos e pessoal docente qualificado.

## EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL



◆ ..... Cursos profissionais  
 ● ..... Cursos técnico-profissionais

CORES HIPSEMÉTRICAS



O ensino superior conta com 17 estabelecimentos que no seu conjunto facultam quase todo o tipo de formações: as Universidades de Coimbra (com 12 000 alunos), Aveiro (1 500 alunos) e Beira Interior ( 600 alunos); o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra; os Institutos Superiores de Contabilidade de Aveiro e Coimbra; as Escolas Superiores de Tecnologia de Leiria, Viseu e Guarda; as Escolas Superiores Agrárias de Castelo Branco e Coimbra; as Escolas Superiores de Educação de Castelo Branco, Guarda, Leiria , Viseu e Coimbra, e a Universidade Católica de Viseu.

A evolução recente das disponibilidades de infraestruturas de ensino de todos os tipos foi apreciável, sobretudo a nível do ensino pré-primário (cujo ritmo de crescimento do número de estabelecimentos tem sido de 22% ao ano), secundário, complementar e superior.



A Região conta com uma extensa rede de cuidados de saúde primários, com centros de saúde e extensões que cobrem todos os Municípios e algumas freguesias. Existem, por outro lado, hospitais concelhios em 60 dos 77 concelhos da Região, que dispõem de 23% do total das camas existentes nos hospitais concelhios do País.

A rede de cuidados de saúde diferenciados é extensa, sendo constituída por um hospital central em Coimbra e hospitais especializados em Coimbra (e Cantanhede), e por hospitais distritais distribuídos por toda a Região.

O número total de camas disponíveis em 1985, englobando cuidados de saúde primários e secundários, é de 6.216.

O número total de camas disponíveis em 1985, englobando cuidados de saúde primários (1140) e cuidados de saúde secundários (5076), é de 6 216, não se considerando as dos Centros de Saúde Mental, e dos Hospitais Psiquiátricos do Sobral Cid e Lorvão.



O Litoral apresenta um valor de 4,3 camas/1 000 habitantes superior ao do Interior (2,8 camas/1 000 habitantes). O valor médio da Região é de 3,6 camas/1 000 habitantes. As sub-regiões que se apresentam pior servidas são as do Pinhal Litoral e Interior com 1,2 camas/1 000 habitantes.



Em 1979, a Região detinha um rendimento disponível per capita de 92 contos (no Interior apenas 86), valor inferior à média do Continente (100 contos). No que respeita à formação de poupanças, o seu peso na Região é maior que o da média do Continente.

**A formação de poupanças na Região é maior do que a média do Continente.**

Com efeito, nesse ano, não obstante a maior importância que assumem na Região as remessas dos emigrantes relativamente ao Continente (respectivamente 23% do rendimento disponível - 26% no Interior e 21% no Litoral - contra 13%), as receitas de capital representavam 7,6% do rendimento disponível (Interior e Litoral apresentavam os valores de 7,7% e 7,4%, respectivamente), enquanto no Continente eram de 6,7%.

Resulta então que o índice de consumo da população na Região Centro está abaixo do valor médio para o Continente. De facto, para cerca de 19% da população do Continente, a Região não dispunha senão de 17% do poder de compra (em 1984).

Se nos detivermos na análise de alguns outros indicadores do nível de vida e de consumo da população para a Região Centro e para o Continente, podem mencionar-se os seguintes:

\* veículos automóveis por 100 habitantes (em 1981) - 10,1 para a Região Centro (11,6 no Litoral e 8,5 no Interior) - e 10,3 para o Continente;

\*consumo doméstico de electricidade (em 1983) - 1,96 MWh/100 habitantes, para a Região Centro (2,4 MWh no Litoral e 1,5 MWh no Interior) - e 3,29 MWh/100 habitantes para o Continente;

\* consumo de água anual per capita (em 1983) - 35,8 1000m<sup>3</sup>/100 habitantes, para a Região Centro (43,7 1000m<sup>3</sup> no Litoral e 27,8 1000m<sup>3</sup> no Interior) - e 43,1/100 habitantes para o Continente;

\* número de editores e livreiros da Região Centro inscritos na respectiva Associação (em 1985) - cerca de 12% do total do Continente (711);

\* número de bibliotecas escolares da Região Centro (em 1985) - cerca de 29,5% do total do Continente (644);

\* número de museus da Região Centro (em 1985) - cerca de 20,6% do total do Continente(214)

\* número de sessões de cinema na Região Centro (em 1985) - cerca de 9% do total do Continente;

\* número de espectadores de cinema na Região Centro (em 1985) - cerca de 12,9% do total do Continente (18 milhões aproximadamente);

\* número de aparelhos de TV licenciados ou registados (em 1985) - cerca de 23% do total do Continente (aproximadamente 1,6 milhões);

\* número de publicações de imprensa periódica da Região Centro (em 1984) - cerca de 21,3% do total do Continente (972);

\* número de atletas inscritos no INATEL da Região Centro (em 1984/85) - cerca de 34,7% do total para o Continente (143 057);

\* número de campeonatos oficiais realizados pelo INATEL da Região Centro (em 1984/85) - cerca de 29% do total do Continente (341 distritais).

## 2.EFEITOS DE MEDIDAS POLÍTICAS RECENTES

Consideram-se, neste ponto, os efeitos que correspondem às principais medidas de política, que foram tomadas no período correspondente, essencialmente nos últimos 10 a 15 anos.

Analisar-se-ão essas medidas (e seus efeitos) discriminadas por sectores de actividade económica. Na ausência de disponibilidade de informação estatística, apenas é possível detectar alguns dos efeitos que têm vindo a sentir-se com maior destaque.

No sector da agricultura registaram-se medidas de dois tipos: de âmbito nacional e incidência regional, e de âmbito especificamente regional, isto é, específico das áreas de actuação das Direcções Regionais de Agricultura da Beira Litoral e da Beira Interior.

Do primeiro grupo devem salientar-se as seguintes:

**Medidas do sector da Agricultura de âmbito nacional e incidência regional:**

i) A instituição do Sistema Integrado de Financiamento da Agricultura e das Pescas (SIFAP), com o objectivo da concessão de crédito bonificado para o desenvolvimento dos sectores da agricultura e da pesca. O SIFAP veio a mostrar-se desajustado e o objectivo não terá sido atingido, senão em situações pontuais, dificilmente quantificáveis. Por um lado, verificou-se o predomínio de operações de curto prazo, sem incidência no investimento; por outro lado, as operações de longo prazo em pouco beneficiaram a Região. As linhas de crédito não tinham em conta o período de recuperação do investimento, normalmente extenso, pois apontavam para investimentos de curta duração.

**SIFAP**

ii) O lançamento do Programa de Calagens e Fertilização (PROCALFER em cooperação com o AID), com o objectivo de aumentar os níveis de produção e de produtividade da terra, através da difusão da utilização de correctivos calcários e fertilizantes. O programa tem tido problemas de falta de meios

**PROCALFER**

materiais e humanos - estes sobretudo a nível da extensão rural. No entanto, há sintomas de que os projectos que o constituem se encontram num ritmo de execução razoável.

**RICA**

iii) O lançamento da Rede de Informação e Contabilidade Agrícola (RICA com apoio da CEE), com o objectivo de instalar e acompanhar o funcionamento da contabilidade das explorações agrícolas. A rede foi iniciada em 1980 e encontra-se em bom ritmo de execução, tendo inclusivamente fornecido já informação relevante para alguns projectos regionais.

**SIMA**

iv) O lançamento do Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA com o apoio da CEE), com o objectivo de promover uma melhor informação sobre o funcionamento dos mercados agrícolas. O serviço, que pelas suas características será necessariamente centralizado, mas cujo produto é da maior importância para a Região, encontra-se em fase de instalação.

**PADAR**

v) O lançamento do PADAR, com o objectivo de proporcionar serviços de formação profissional e extensão rural a técnicos e agricultores. O programa, de grande dimensão, foi iniciado em 1984 e concluir-se-á em 1988 (de acordo com a programação inicial), encontrando-se, actualmente, em fase de arranque.

**Centros de formação profissional**

vi) Um projecto de instalação de centros de formação profissional com o apoio do Banco Mundial, do KFW (instituição de crédito alemã) e do Governo Norueguês. O projecto deu lugar à instalação dos centros de Gafanha (Aveiro), Loreto (Coimbra), Quinta das Relvas (Guarda), Couto da Várzea (Idanha-a-Nova) e Lousã (único específico do sector florestal) encontrando-se todos em funcionamento.

**Povoamento florestal**

vii) Um projecto de povoamento florestal (com o apoio do Banco Mundial), com o objectivo inicial de plantar 150 000 ha em todo o País (boa parte dos quais na Região). O projecto, que foi iniciado em 1980 e terminava em 1985 (de acordo com a programação inicial), teve efeitos muito reduzidos (por via da fraca adesão das populações, do tardio conhecimento das dotações do

Orçamento do Estado e da insuficiente dimensão das explorações), e tem vindo a ser reformulado no sentido de se ultrapassarem as dificuldades encontradas.

Do segundo grupo, o das medidas de âmbito especificamente regional, devem salientar-se as seguintes:

**Medidas do sector da Agricultura de âmbito especificamente regional:**

i) O lançamento do Projecto de Aproveitamento Hidro-Agrícola do Baixo Mondego (com o apoio do KFW), com o objectivo de dotar a área das infraestruturas de regularização de caudais, defesa contra cheias, e rega e enxugo dos campos, complementado com acções de reestruturação fundiária e extensão rural (que hoje continuam no âmbito do PIDR respectivo).

**Aproveitamento Hidro-Agrícola do Baixo Mondego**

O projecto, que foi iniciado em 1973 e se concluirá no próximo decénio (de acordo com as perspectivas actuais), conheceu alguns atrasos na componente primária das obras que, actualmente, se reconhecem em bom ritmo de execução; a componente secundária e as acções complementares deverão ser por sua vez aceleradas (apesar de isso parecer difícil, pelas implicações sociais que essas obras acarretam).

É importante notar que já se verificam efeitos significativos imputáveis às obras concluídas, designadamente no aspecto da defesa dos campos em relação a cheias de graves consequências.

ii) O lançamento do Projecto de Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira (com o apoio do KFW), com o objectivo de dotar a área das infraestruturas de regularização de caudais e rega de campos, depois complementado com acções de reestruturação fundiária e extensão rural (que hoje continuam no âmbito do PIDR respectivo).

**Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira**

O projecto, como o do Baixo Mondego, foi iniciado em 1973 e concluir-se-á no início da próxima década (de acordo com as perspectivas actuais); a componente primária das obras encontra-se ainda em ritmo atrasado de

execução, e a componente secundária e as acções complementares encontram-se muito atrasadas.

- Aproveitamento do Baixo Vouga**    iii) O projecto de estudo de aproveitamento agrícola do Baixo Vouga, para o qual foi criado o respectivo Gabinete e se apresentaram já oficialmente as propostas de realização de infraestruturas de rega, drenagem e de abastecimento de água à população, as quais se encontram em apreciação.
- Outros projectos e Programas aprovados e apoiados pelas Ajudas de Pré-Adesão foram:
- Viabilização de Empresas Leiteiras da Beira Litoral**    iv) O Programa de Viabilização das Empresas Leiteiras da Beira Litoral, com o objectivo de dotar as empresas de infraestruturas e equipamentos convenientes (no seu âmbito estão a ser instalados centros de inseminação artificial e melhoramento genético). O Programa encontra-se em bom ritmo de execução.
- PROLEITE**    v) O projecto de investimento da Cooperativa Agrícola da Beira Litoral (PROLEITE), que se encontra praticamente concluído.
- PROSERRA**    vi) O Programa de ovicultura do queijo da Serra da Estrela (PROSERRA), ainda em fase de arranque.
- UDACA**    vii) O centro de engarrafamento, armazenagem e comercialização de vinhos da União das Adegas Cooperativas do Dão (UDACA), em fase de adjudicação.
- Matadouros regionais**    viii) Os matadouros regionais de Oliveira do Hospital, do Zêzere e da Guarda, em fase de adjudicação.
- Equipamentos Vitivinícolas**    ix) A modernização tecnológica da Estação Vitivinícola da Beira Litoral e da Adega Cooperativa da Covilhã, cujos equipamentos se encontram adquiridos e as obras em concurso.
- PENAMACOOOP**    x) O projecto de conservação, transformação e comercialização de azeitona



de mesa (PENAMACOOOP), que veio a ser introduzido no Regulamento (CEE) 355 em Dezembro de 1986, aguardando ainda decisão.

xi) O projecto de recolha, tratamento e comercialização de leite (LACTICOOP), em bom ritmo de execução.

LACTICOOP

Como se pode constatar, muitas são as medidas em curso e que passam para o futuro como, de resto, muitas são também as medidas correspondentes a programas e projectos, cujos estudos se encontram concluídos e que aguardam entrada em execução, enquanto são poucas as já concluídas.



No sector da indústria devem destacar-se as seguintes medidas:

Medidas do sector da Indústria:

i) O lançamento do Sistema de Incentivos ao Investimento Industrial (SIII) é o estabelecimento de subsídios para a criação e/ou manutenção de postos de trabalho.

SIII

O sistema teve efeito positivo no que diz respeito à capacidade de autofinanciamento das empresas beneficiadas, mas como apenas eram elegíveis investimentos com rentabilidade assegurada, grande parte das empresas não foram abrangidas mantendo-se, pois, os seus problemas.

No entanto, como a ponderação regional prevista era o factor menos relevante, o sistema revelou-se ineficaz, no sentido da tentativa de diminuição dos desequilíbrios regionais, em termos de localização industrial.

Foram basicamente beneficiadas empresas dos sectores tradicionais e situadas em zonas de concentração industrial.

Também o lento processamento das candidaturas contribuiu para a pouca eficiência do sistema.

Substituído desde meados de 1986 pelo Sistema de Estímulos de Base Regional (SEBR), nem por isso foi reduzido o período de apreciação dos projectos, nem dado bastante relevo à componente regional dos investimentos (pelo menos, não tanto quanto deveria, para ser aprovado, desde logo, pela Comissão das Comunidades Europeias). Com o chamado sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) que, a par do Sistema de Incentivos ao Financiamento do Turismo (SIFT) e do Sistema de Incentivos ao Portugal Endógeno (SIPE), constituem um Programa Nacional de Incentivos à Actividade Produtiva, aprovado pela CEE e em vigor desde princípios de 1988, a ponderação Regional e o nível de comparticipações aparecem já mais acentuados (este último podendo atingir 70% das chamadas aplicações relevantes).

#### Parques e loteamentos industriais

ii) Implantação de grandes parques e de pequenos loteamentos industriais.

O primeiro parque industrial a ser lançado, localizado na Covilhã desde 1975, teve pouco impacto, podendo apontar-se para tal várias razões, como ter surgido em período e local de grande instabilidade económico-social, ter sido localizado em zona de fraca acessibilidade rodoviária e ferroviária e ainda não proporcionar a flexibilidade para a sua plena utilização (v.g. não se admitindo a compra dos lotes); os restantes encontram-se em construção em Coimbra, Condeixa, Guarda e Viseu (com apoio da CEE), estando o primeiro em fase atrasada (apesar da significativa procura de que tem sido alvo por parte das empresas) e os restantes em fase adiantada.

Os efeitos dos pequenos loteamentos industriais têm, igualmente, sido inferiores aos esperados, fundamentalmente também porque a instabilidade do período não favoreceu novos investimentos.

#### Apoios diversos à indústria

iii) Mais recentemente, nos anos de 1984 e 1985, foram publicados diversos diplomas de apoio à indústria, alguns de carácter financeiro e fiscal, que

entretanto se integraram no Sistema de Estímulos de Base Regional.

Quanto aos primeiros, referimo-nos, designadamente, aos Despachos nº 67 a 70 do MIE de 30 de Abril de 1985, sobre os programas de Apoio à Criação e Expansão de Empresas, com base em novas tecnologias e em recursos naturais, aos Contratos de Desenvolvimento Industrial e ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Interior e outros de carácter infraestrutural, que estão a ser retomados.

Quanto aos segundos, referimo-nos concretamente aos Centros Tecnológicos - tendo sido criado na Região Centro, em 1987, o da Cerâmica e do Vidro; aos Centros de Desenvolvimento Industrial do Interior (CDII) - para a Região Centro estão projectados CDII na Guarda, Viseu e Castelo Branco; à Rede de Extensão Industrial - REI, que se consubstancia em contratos celebrados entre as Associações Empresariais e o MIC e de que se prevê a criação, na Região, de 8 "nós" de uma primeira fase de 18, que cobrirão o País e virão a totalizar 30; e aos Centros de Informática e Apoio à Gestão (CIAG), de que está prevista a constituição de 7, dos quais 3 na Região Centro - Covilhã, Agueda e Castelo Branco.



No sector do saneamento básico (águas, esgotos e lixos), as principais medidas tomadas no período estiveram a cargo das autarquias locais e corresponderam à realização de importantes investimentos, justificados por uma situação inicial de grandes carências e possibilitados pelo desenvolvimento pleno de práticas descentralizadas (no período, estas infraestruturas passaram para a competência dos Municípios).

**Medidas no sector do Saneamento Básico**

Os efeitos destes investimentos traduziram -se por um aumento substancial

da população servida, particularmente em certas sub-regiões, tendo seguramente contribuído para melhorar a respectiva capacidade de atracção de novas unidades produtivas e para impedir o êxodo massivo da população para as áreas desenvolvidas do País.

A manutenção do nível de investimento nestas infraestruturas, e mesmo o respectivo aumento (provável, na sequência de financiamentos do FEDER), não será, no entanto, bastante para pôr cobro a situações de grande gravidade, como as que se registam, por exemplo, na sub-região do Baixo Vouga. Nestes casos, a intervenção da Administração Central será indispensável para pôr cobro às dificuldades actuais.



#### **Medidas no sector dos Transportes**

No sector dos transportes as principais medidas tomadas no período corresponderam à realização de um conjunto de investimentos em infraestruturas rodoviárias e portuárias.

No que respeita às infraestruturas rodoviárias, realizou-se a construção de alguns lanços previstos para integrar os itinerários principais tal como estão definidos na Revisão do Plano Rodoviário de 1985: os lanços do IP1 entre Condeixa e Mealhada e Aveiro e Carvalhos; alguns lanços do IP2, correspondentes às variantes da Covilhã e da Guarda; alguns lanços do IP3 entre Coimbra e Viseu; alguns lanços do IP5 (designadamente o troço de Celorico) e a construção da Ponte da Figueira da Foz.

Trata-se de investimentos que, se por um lado se reconhece que são do maior relevo para a Região, por outro, só muito parcialmente respondem às respectivas necessidades neste tipo de infraestruturas, seja porque não

abrançam o percurso completo dos itinerários em que se inserem, seja porque não integram outros itinerários da maior importância regional (caso do IP6 que, sobretudo de Poiães a Celorico, justificaria beneficiação).

No que respeita às infraestruturas portuárias, procedeu-se a uma ampla beneficiação dos dois portos da Região, Aveiro e Figueira da Foz.

No caso do porto de Aveiro, encontram-se já executadas as obras marítimas que correspondem a 80 ou 90% das obras da primeira fase do porto comercial.

As obras já realizadas permitiram que o movimento de mercadorias nele registado fosse em 1985, de cerca de 700 000 ton. (cerca de duas vezes mais do que em 1976) e em 1986, de cerca de 1 milhão de ton e permitirão, uma vez concluídas, que possa elevar-se a 2.000.000 ton.

No caso do porto da Figueira da Foz, encontram-se já executadas as obras marítimas (à excepção do cais comercial), enquanto as obras terrestres se encontram em curso de execução, tanto para o porto, comercial como para o porto pesqueiro.

As obras já realizadas permitiram que o movimento de mercadorias nele registado fosse em 1985, de cerca de 500 000 ton. (cerca de duas vezes e meia mais do que em 1976) e em 1986, de cerca de 600.000 ton e permitirão, uma vez concluídas, que possa elevar-se a 1 milhão de ton.

Em ambos os casos, a área de influência dos portos alargou-se ligeiramente, mas muito mais se poderá alargar no futuro, atingindo mesmo as zonas fronteiriças espanholas das províncias de Cáceres e Salamanca.

**Medidas no sector do Ensino**

No sector do ensino, as principais medidas tomadas no período foram as seguintes:

- i) a generalização dos ensinos secundário e unificado a toda a Região;
- ii) a eliminação, em 1975, do ensino técnico e profissional e sua reintrodução, em moldes de algum modo novos, em 1984;
- iii) o alargamento do ensino superior, que passou a contemplar um grande número de novas formações, designadamente nos diversos ramos da Engenharia e Economia, quer nas Universidades, quer nos Institutos Politécnicos.

Estas medidas tiveram por efeito, por um lado, um aumento substancial do nível médio das habilitações literárias da população da Região, da oferta de jovens técnicos de alta qualificação e da possibilidade de cooperação entre instituições de ensino superior e empresas da Região em domínios de tecnologia avançada. Daqueles jovens, estima-se que a Região absorveu uma boa parte, mais de metade dos licenciados com as novas formações. Por outro lado, aquelas medidas foram acompanhadas por uma redução da oferta de jovens técnicos de qualificação média, com as conseqüentes desvantagens para a oferta de quadros médios, situação que se tem procurado alterar nos anos mais recentes.

**Medidas no sector da Saúde**

No sector da saúde, as principais medidas tomadas no período foram as seguintes:

- i) O melhoramento das infraestruturas de prestação de cuidados de saúde ao nível do hospital central, com a construção em Coimbra de uma moderna



unidade com capacidade para 1 200 camas, em substituição do muito degradado e congestionado hospital antigo.

ii) A generalização das infraestruturas de prestação de cuidados de saúde ao nível dos hospitais distritais, estando actualmente assegurada uma cobertura da Região (recentemente procedeu-se à instalação de hospitais distritais em Anadia, Cantanhede, Estarreja, Fundão, Ovar, Pombal e Tondela, em substituição dos hospitais concelhios antes existentes nas mesmas localidades, e à repartição do de Aveiro por Aveiro e Águeda).

Estas medidas têm tido o efeito de contribuir para facilitar a acessibilidade a cuidados relativamente avançados de saúde e o descongestionamento, quer do hospital central, quer dos hospitais distritais mais antigos (apesar de no caso de Aveiro a experiência tentada não ter sido ainda totalmente bem sucedida), havendo necessidade de que sejam acompanhadas por outras medidas de reafecção e crescimento dos efectivos de pessoal médico e paramédico.



No sector da Administração, as principais medidas tomadas no período corresponderam à consolidação do processo de descentralização do poder central para os municípios e ao início do processo de desconcentração de algumas entidades ministeriais, instituições financeiras e empresas públicas (entre os quais, por se encontrarem já desconcentrados, se salientam as Direcções Regionais de Agricultura, o IFADAP, o IAPMEI, a EDP e os CTT).

**Medidas no sector da  
Administração**

Os efeitos da descentralização foram, em geral, muito positivos, correspondendo ao aumento substancial da população servida por infraestruturas

básicas; os efeitos da desconcentração têm-se manifestado pela prestação de melhor informação e apoio técnico aos agentes interessados, e pela promoção de projectos mais adequados às necessidades locais.



**Medidas no domínio do Ambiente** No domínio do ambiente, as principais medidas tomadas no período corresponderam à criação de parques e reservas naturais. Devem salientar-se entre eles, o Parque Natural da Serra da Estrela - instituído pelo D.L. nº 557/76 de 16 de Julho e D.L. nº 167/79 de 4 de Junho, envolvendo uma área de 100 000 ha; a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto - regulamentada pelos D.L. nº 41/79 e 55/80 de 6 de Março, abrangendo uma superfície de 666 ha; a Reserva Natural (parcial) da Serra da Malcata, criada pelo D.L. nº 294/81 de 16 de Outubro, abrangendo uma área de 21 759 ha e, ainda, a Área de Paisagem Protegida da Serra de Açor, instituída pelo D.L. nº 67/82 de 3 de Março e cuja área é de 1 158 ha.

Estão ainda, neste momento, propostas para apreciação governamental duas outras reservas naturais (Paúl de Arzila e Paúl de Madriz) e um Sítio Classificado (Montes de Sta. Olaia e de Ferrestelo), prevendo-se, num futuro próximo, a consideração de outros espaços, como sejam a Ria de Aveiro e a Pateira de Fermentelos.

Os efeitos destas medidas fizeram-se sentir pela inversão do processo de destruição do património natural, constituído pelos diferentes parques e reservas (que é notório, por exemplo, na Ria de Aveiro e na Pateira de Fermentelos), embora sem que sejam sensíveis as acções de promoção deste património.

### 3.POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A Região Centro apresenta uma série de potencialidades de desenvolvimento as quais se passarão a analisar as mais salientes.

As vantagens locativas constituem uma potencialidade de alguma forma associada à condição central da Região, próxima dos dois principais centros urbanos do País, o que a torna atraente para a localização das diversas actividades económicas.

**Vantagens locativas**

De facto, a grande proximidade aos principais aglomerados populacionais do País, ao permitir uma redução substancial dos custos de transporte e uma maior rapidez na colocação dos produtos (com destaque para aqueles que revelam características perecíveis), torna a Região particularmente atractiva para a localização de novas unidades produtivas e de serviços.

Paralelamente, a existência na Região do mais importante posto fronteiriço terrestre (de mercadorias) para a Europa, que é o de Vilar Formoso, e também de dois portos (Aveiro e Figueira da Foz), contribui para um fácil escoamento dos produtos para o exterior.



A médio prazo estarão concluídas importantes infraestruturas de transporte rodoviário (como é o caso do IP1- Lisboa/Porto; do IP2-Castelo Branco/Guarda ; do IP3- Figueira da Foz/ /Coimbra/Viséu; do IP5- Aveiro/Viséu/Guarda/Vilar Formoso), ferroviário (com destaque para a linha da Beira Alta que terá de ser objecto de consideráveis melhoramentos) e marítimo (portos de Aveiro e Figueira da Foz).

**Importantes infraestruturas de transporte rodoviário**

A execução destas obras permitirá aproveitar melhor as vantagens locativas

já referidas, pois melhorarão os acessos, possibilitando maiores velocidades, diminuindo as distâncias, permitindo, em suma, um acréscimo significativo das trocas comerciais. Por outro lado, o melhoramento da rede de transportes facilitará a aproximação entre o Litoral e o Interior, tornando-se este mais atractivo e garantindo-se um maior equilíbrio regional.



**Aproveitamento de recursos naturais**

De entre a variedade de recursos naturais e de produtos ligados ao seu aproveitamento existentes na Região Centro, devem destacar-se os seguintes:

- . a floresta e os produtos florestais, com maior incidência nas sub-regiões do Pinhal, Dão-Lafões, Pinhal Litoral e Serra da Estrela;
- . a pecuária e a silvo-pastorícia, dispersa por quase toda a Região;
- . a fruticultura, com maior expressão no Dão-Lafões e na Cova da Beira;
- . a agricultura em geral, com potencialidades dispersas por toda a Região, mas que estão particularmente concentradas, quer no Baixo Vouga quer nas áreas onde decorrem obras de irrigação, como são os casos da Cova da Beira, especialmente dotadas para a produção de frutas, e do Baixo Mondego, onde deverá ocorrer alguma reconversão cultural das áreas do arroz, a favor de cereais, forragens e horto-frutícolas;
- . a produção de leite e derivados, com destaque para a sub-região do Baixo-Vouga, mas que tem tido também relevância em todo o Litoral;
- . a produção de queijos regionais, com destaque para o da Serra da Estrela, o mais conhecido;

. os recursos marítimos, que embora não muito bem conhecidos, permitem que a actividade piscatória assuma um certo relevo. Com uma frota modernizada e mais bem dimensionada, poder-se-ão aproveitar muito melhor as riquezas marítimas até agora não exploradas;

. os recursos fluviais, cujo aproveitamento para a Aquacultura se torna cada vez mais importante, agora que esta actividade económica está em expansão e encontra na Região Centro, quer na Ria de Aveiro e no estuário do Mondego, quer nas albufeiras, óptimas condições;

. as águas minero-medicinais, dispersas por toda a Região Centro, mas devendo ser destacadas as sub-regiões do Pinhal Litoral (termas de Monte Real), do Dão Lafões (termas de S. Pedro do Sul, Serra da Estrela, Baixo Vouga e Baixo Mondego).

Reconhece-se que os recursos existentes que estão na base de transformação destes produtos devem o seu grande aproveitamento fundamentalmente à iniciativa privada, que, deve, no entanto, ser estimulada e acompanhada pelos serviços da Administração.



A Região Centro detém um elevado volume de mão-de-obra disponível, composta essencialmente por jovens, o que a torna uma mão-de-obra aberta à formação e à inovação, com grande capacidade de absorção de novos métodos de trabalho.

**Mão de obra disponível**

Este elemento deverá ser devidamente aproveitado, através do desenvolvimento dos sectores de maior valor acrescentado e pela modernização do sector agrícola, sector onde se deverá incentivar a instalação de jovens agricultores.

Deverão apoiar-se, por isso, as iniciativas locais que conduzam à criação de emprego com aproveitamento desta mão-de-obra disponível.



#### **Iniciativa empresarial**

Na Região Centro localizam-se focos muito importantes de iniciativa empresarial, associada, em alguns casos, já à existência de alguma tradição industrial, naturalmente maior em certas sub-regiões (é o caso do Baixo Vouga, do Pinhal Litoral, da Cova da Beira e do Baixo Mondego) do que noutras.

Alguns dos empresários da Região, recorrendo, em muitos casos, a uma modernização tecnológica e a estratégias mais agressivas, começam a orientar cada vez mais os seus produtos para os mercados externos, sobretudo o comunitário, o que é indicador de vitalidade, embora não seja ainda extensivo à maioria do universo empresarial da Região.

Esta potencialidade deverá ser apoiada adequadamente através do novo Programa Nacional de Incentivos à Actividade Produtiva, o qual apoia o aparecimento de novas unidades empresariais, sobretudo nas zonas com maiores dificuldades de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, deverá proceder-se a uma maior divulgação e reconhecimento públicos de iniciativas bem sucedidas e paradigmáticas de desenvolvimento regional em certas áreas, com possibilidades de serem extensivas a outras.





Devem referir-se essencialmente os centros de formação técnica e técnico-profissional de mão-de-obra de nível intermédio, cujo relançamento, a partir de 1983, tem tido um considerável impacto na Região Centro. Basta para o efeito verificar a evolução do número e dos tipos de cursos que têm vindo a surgir bem como o número de alunos neles matriculados desde essa altura e até 1987/88, ano lectivo para o qual se aguarda um acréscimo do número de turmas em relação ao anterior de mais de 100%.

**Existência de centros de formação profissional**

A existência deste tipo de formação profissional revela-se da maior importância para a necessária diversificação regional da mão-de-obra qualificada.



Apesar de a ligação entre as Universidades e os agentes económicos não ser tradicional, tem-se verificado já ultimamente um relacionamento, muito proveitoso, entre o ensino, a investigação e a realidade empresarial. Isso constitui um factor fundamental para o desenvolvimento económico, que valoriza o ensino e facilita a modernização e a inovação tecnológica das empresas. Registam-se já uma série de protocolos de colaboração que foram assinados, a que deverão seguir-se outros, envolvendo não só empresas, como também autarquias e demais serviços públicos.

**Ligação entre Universidades e agentes económicos**

Entende-se que estas iniciativas se revestem da maior importância, com vista ao melhor aproveitamento dos recursos endógenos, existindo as maiores expectativas quanto ao bom êxito dos resultados que vierem a ser alcançados em cada caso concreto: designadamente com o apetrechamento de laboratórios e outras infraestruturas específicas de apoio à investigação, em correspondência com as necessidades regionais.



**Existência de loteamentos industriais**

A existência de loteamentos industriais resulta do esforço que tem vindo a ser realizado, sobretudo pelas autarquias, para atrair e fixar novas empresas.

É claro que o seu aproveitamento depende, em grande parte, do ritmo de crescimento económico em geral, embora dependa também da capacidade daquelas infraestruturas para endogeneizar economias externas.

Existem actualmente na Região Centro bastantes parques, zonas e loteamentos industriais, estando ainda outros em curso e sob comparticipação do FEDER, cerca de uma dezena, esperando-se que a curto ou médio prazo cada município venha a ficar dotado daquele tipo de infraestruturas.

**Capacidade exportadora de algumas empresas**

A instalação na Região de algumas empresas de grande capacidade exportadora, em vários sectores, designadamente nos de pasta de papel, cerâmica, montagem de veículos automóveis, química, moldes, têxtil e alimentar, constitui um importante exemplo para todas as outras. Aquelas empresas já alcançaram níveis de modernização e de inovação tecnológica que lhes permite adoptar estratégias mais agressivas, e esses exemplos poderão ser alargados por consequência a outras unidades com capacidade exportadora, facto que se deseja.

**Existência de produtos agrícolas de qualidade**

Existem produtos alimentares, como é o caso dos vinhos do Dão e da Bairrada (a que poderão eventualmente associar-se outros vinhos de qualidade produzidos em regiões demarcadas), dos queijos regionais (com especial destaque para o queijo da Serra da Estrela), das carnes e derivados, etc., de elevada qualidade, com especificidade regional, muito competitivos e com hipótese de crescimento, que representam uma potencialidade muito importante.

Nos produtos industriais podemos falar das louças artísticas e decorativas, dos vidros e cristais, e dos têxteis e confecções, entre outros.



Para além da costa, com as suas belas praias, a Região possui importante património, disperso por muitas zonas mais e que, em muitos casos, se encontra gravemente degradado. Trata-se de património que, devidamente recuperado e adequadamente publicitado, poderá ser gerador de grandes fluxos turísticos.

O actual fraco aproveitamento das riquezas patrimoniais e histórico-culturais da Região é de facto, em grande parte, o resultado da falta de adequada promoção publicitária das interessantes alternativas, oferecidas na Região aos pólos turísticos tradicionais (as praias, designadamente as praias algarvias).

**Existência de de património  
histórico-cultural**

Este incipiente aproveitamento turístico representa um bloqueio ás potencialidades de desenvolvimento de algumas áreas menos favorecidas.

Por outro lado, a existência de recursos hídricos (bacias das barragens, lagoas, etc.) e paisagísticos, convenientemente explorados, pode ser factor de atracção e mesmo de fixação de população.

O aproveitamento destas potencialidades passa tanto pela multiplicação de iniciativas locais de reconstrução e melhoramentos, como também pelo estabelecimento de roteiros e circuitos turísticos, pelo fomento do agriturismo e do turismo de habitação, e pela criação de outras infraestruturas e equipamentos de animação.



#### 4. ESTRANGULAMENTOS DE DESENVOLVIMENTO

Existem, por outro lado, significativos estrangulamentos ao desenvolvimento da Região Centro. Entre eles, entende-se que deverão ser identificados os seguintes:

**Deficiente qualidade de algumas infraestruturas de transporte**

A deficiente qualidade de algumas infraestruturas de transporte é um problema que condiciona, em muito, a acessibilidade intra-Região e com o exterior, não facilita as trocas comerciais, nem o escoamento dos produtos e torna difícil o acesso das populações aos diversos serviços e mercados.

A rede rodoviária está, em muitos casos, degradada, as estradas são sinuosas e estreitas e não possibilitam velocidades e segurança, de acordo com os padrões europeus. No entanto, a concretização de melhorias na rede nacional definida pelo Plano Rodoviário Nacional de 1985 constitui um factor que virá contribuir significativamente para a supressão deste estrangulamento.

A rede ferroviária, incluindo algumas das linhas mais importantes do país, devido à insuficiência de investimentos de renovação durante várias décadas, evidencia uma grande degradação dos carris, obrigando a que a velocidade média seja muito baixa.

A rede de aérodromos é insuficiente e mesmo a que existe não é devidamente aproveitada, estando alguns deles encerrados.

Os portos, não obstante os investimentos já feitos, necessitam ainda de melhorias que permitam torná-los mais atractivos para o escoamento dos produtos.



Não há um levantamento adequado dos recursos regionais e da estrutura fundiária, factores que condicionam um correcto aproveitamento dos mesmos.

**Deficiente levantamento de recursos regionais**

Isso resulta da dificuldade de obtenção de certa informação (designadamente no domínio do cadastro e dos recursos do subsolo e do mar), e também do facto de não ser ainda corrente a actividade e a intervenção do planeamento às escalas regional e sub-regional.



Como consequência da legislação que regulamenta as partilhas por herança e na ausência de esforços mais significativos de emparcelamento, verifica-se uma fragmentação excessiva das explorações, que inviabiliza a manutenção de níveis razoáveis de rendimento de trabalho, a introdução de formas mecanizadas de exploração e a prática de sistemas culturais avançados.

**Fragmentação excessiva das explorações agrícolas**



O deficiente nível de associativismo agrícola que se verifica é fruto de uma tradicional atitude individualista da população agrícola.

**Deficiente nível de associativismo agrícola**

Este facto e a pequena dimensão das explorações, como já se referiu, contribuem (a despeito de alguns progressos registados) para a criação de um problema estrutural, impedindo a realização de economias de escala, designadamente nas operações de investimento em máquinas e noutro equipamento agrícola .

A falta de incentivos no campo da investigação agrícola, faz com que esta seja reduzida, e, por outro lado, atrasa a divulgação dos resultados obtidos nessa investigação. No acesso à informação não são adequadamente envolvidos os extencionistas rurais e os agricultores, dificultando-se o correcto aproveitamento das capacidades da terra e o recurso a novas tecnologias de produção, existindo extremas dificuldades em aumentar a produtividade agrícola.



#### **Deficiente extensão rural**

O serviço de extensão rural, factor fundamental no que respeita à divulgação de informação sobre as capacidades da terra, às vantagens de novas culturas, de tecnologias de produção e aos mecanismos de comercialização, apresenta deficiências, a que se atribuem repercussões muito negativas sobre o sector.

Este problema torna-se mais grave desde o momento da nossa adesão à Comunidade Económica Europeia, pois o agricultor tem dificuldades de acesso a conhecimentos fundamentais, para que possa produzir eficientemente e competir, com êxito, no mercado comunitário, onde as exigências são consideravelmente maiores.



#### **Vulnerabilidade a incêndios florestais**

O elevado grau de vulnerabilidade a incêndios florestais é fundamentalmente ditado pela falta de infraestruturas de prevenção, como é o caso da viação rural e da limpeza florestal, bem como por carências de ordenamento. Paralelamente, a falta de infraestruturas adequadas de combate a incêndios

contribui para um problema estrutural de grande gravidade, que tem vindo a acentuar-se no último quinquénio, levando à destruição da floresta, um dos principais recursos nacionais especialmente concentrado na Região. Isto torna-se tanto mais grave, quanto é certo que se trata do recurso mais importante, de entre aqueles que podem ser o motor de desenvolvimento em algumas das sub-regiões (como é designadamente o caso na sub-região do Pinhal Interior, que é precisamente das mais desfavorecidas).



A carência de mão de obra qualificada relaciona-se directamente com a falta de formação profissional (desde logo na sequência do hiato, que decorreu entre a extinção do ensino técnico em 1974 e a sua reactivação recente), e, também, com a dispersão da implantação industrial, que caracteriza vastas áreas da Região.

**Carência de mão de obra qualificada**

Trata-se de uma séria limitação, ao inibir as unidades produtivas em particular, e os agentes económicos, em geral, do concurso, em número suficiente, a uma mão de obra qualificada, jovem e actualizada.



Sobretudo no caso dos produtos da agricultura, verificam-se carências em infraestruturas de comercialização (mercados agrícolas abastecedores, matadouros, etc.) e existem ainda carências quanto à regulamentação mais adequada da actividade. Ao mesmo tempo, verifica-se um elevado número de intermediários.

**Deficientes infraestruturas de comercialização agrícola**



A falta de associativismo, já referida noutro ponto, também contribui para este deficiente funcionamento dos circuitos comerciais, pois a generalidade dos agricultores, quando isolados, não tem capacidade de escoar os seus produtos a não ser pelos intermediários, os quais, em muitos casos, conseguem sustentar margens excessivas.



#### Pequeno grau de urbanização

O pequeno grau de urbanização da população deriva, entre outros factos, da predominância da actividade agrícola e da pulverização da propriedade, que caracteriza a Região. Isto conduz a elevados custos de instalação de infraestruturas de saneamento e de viação urbana e interurbana, sobretudo nas regiões de morfologia mais acidentada. Daqui também resulta a dificuldade de rendibilizar o funcionamento dos serviços de transporte.



#### Fraco nível de ordenamento físico

O fraco nível de ordenamento físico conduz a uma incorrecta utilização do solo, o que ocasiona uma afectação desajustada dos solos às diferentes utilizações. Assim, é frequente ver-se que uma parte importante dos solos com aptidão florestal é objecto de utilização agrícola, enquanto muitos dos solos com grande aptidão agrícola sofrem uma utilização urbana inadequada.

Por outro lado, há uma proliferação de áreas residenciais, por vezes muito desordenada, tendendo por consequência a tornar-se problemática a sua infraestruturaração. Associada a este crescimento desordenado está a burocracia, que faz com que as pessoas não esperem por decisões legais quanto à

possibilidade de construir em determinadas zonas.



O parque habitacional da Região encontra-se bastante degradado, não sendo boa a generalidade da construção.

**Degradação do parque habitacional**

O elevado nível de preços das habitações contribui para o agravamento da situação, sendo grande o número de habitações novas com dificuldade de venda. Para isto também tem contribuído a situação económico-financeira do País, com uma taxa de inflação elevada, o que determina elevadas taxas de juro dos empréstimos bancários para a compra de habitação. A queda da taxa de inflação que tem vindo a acontecer, com a inerente repercussão nas taxas de juro, poderá contribuir para a expansão da procura da habitação própria, o que acarreta benéficos efeitos para o sector da construção civil, pelas suas ligações a montante e a jusante e pela incorporação de factores de produção portugueses (mão-de-obra e matérias-primas).

Por outro lado, a baixa qualidade tecnológica e a pequena preparação dos empresários do sector da construção civil, contribuem igualmente para o problema habitacional da Região.



A inexistência de instituições financeiras claramente vocacionadas para canalizar para investimentos na Região as poupanças dos seus naturais, tendo em conta as características dos respectivos recursos e actividades produtivas, constitui também um estrangulamento de vulto. A constituição, que se prevê para breve, de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional,

**Inexistência de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional**

de uma Sociedade de Capital de Risco e de outras instituições financeiras implantadas na Região, contribuirá em larga medida para ultrapassar esse estrangulamento.



**Deficiente nível de descentralização de serviços**

O facto de os poderes de decisão estarem, na sua grande maioria, localizados fora da Região, afasta os agentes económicos da possibilidade de contribuirem positivamente para a tomada de decisões. No entanto, este facto tende a ser progressivamente minorado à medida que os serviços e empresas públicos vão desconcentrando/descentralizando os órgãos de decisão. De facto, reconhece-se, cada vez mais, que o nível de descentralização varia em ordem directa com o desenvolvimento sócio-económico.



**Deficiente coordenação de projectos de investimento da Administração**

Verifica-se uma carência de mecanismos de coordenação horizontal e vertical em matéria de preparação e de execução de projectos de investimento da Administração com impacto regional, o que, muito embora não constitua um problema especificamente regional, deve ser referido. Nos últimos anos, porém, esse problema tem vindo a ser atenuado, dada a criação de organismos representativos dos vários interesses profissionais envolvidos em cada projecto.

**II**

**OBJECTIVOS, MEDIDAS**

**E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO**



## 1.Objectivos e medidas (âmbito regional)

A identificação dos objectivos globais de desenvolvimento para a Região Centro, deve ser determinada, tendo em conta a actual distribuição espacial dos agentes e das actividades regionais, bem como a procura de um maior equilíbrio e harmonia na sua distribuição futura.

Embora se reconheça que as condições mais favoráveis ao crescimento estão actualmente reunidas sobre o Litoral, de maior concentração populacional e onde predominam as economias externas, nem por isso se justifica a existência de áreas a privilegiar naquele tipo de investimentos, designadamente porque deverá ser através de uma estratégia de desenvolvimento mais equilibrada que polarizada, que se conseguirá, a prazo, potenciar o pleno aproveitamento das potencialidades regionais, incluindo as do Litoral.

A existência de uma rede urbana que privilegie as cidades e outros centros urbanos de tamanho intermédio, favorecendo o aparecimento de iniciativas e equipamentos fora da influência dos principais centros que, doutra forma, dificilmente resistiriam à atracção por aqueles, com implicações negativas no ordenamento, no ambiente e na qualidade de vida, constitui, naquela perspectiva, um aspecto do maior relevo. Será ainda possível assim que a remunerações monetárias iguais, corresponderam mais altos rendimentos reais, com menores encargos de habitação e deslocação e com aproveitamento de sistemas de agricultura a tempo parcial, e outras condições favoráveis.

Por outro lado, entende-se que a estratégia de desenvolvimento da Região Centro, devendo embora procurar mobilizar o mais plenamente possível todos os seus factores endógenos, nem por isso deverá deixar de atender à possibilidade de atracção de factores exógenos à Região, que poderão gerar importantes efeitos multiplicadores. A captação e o acompanhamento do investimento estrangeiro representa, nessa medida, um exemplo da maior

importância.

No que respeita à identificação muito precisa de factores endógenos, que representa um objectivo estratégico no desenvolvimento da Região Centro, entende-se desejável que a diversificação actual da estrutura produtiva regional evolua, sobretudo, no sentido de garantir maior competitividade às vantagens relativas detectadas nas diversas subregiões. Sem deixar de ter presente quais os principais recursos de que a Região dispõe, entende-se que a atitude mais adequada a adoptar deve ser a que permanentemente seja capaz de perspectivar o aproveitamento daqueles recursos no sentido da maior valorização, designadamente através dos processos tecnológicos que venham a estar disponíveis (e que, como se sabe, se modificam e alteram cada vez mais rapidamente). Neste sentido, a flexibilização da base produtiva regional e a inovação, seja de processos produtivos, seja de produtos, constituirá uma resposta mais segura do que a indicação à partida de determinados sectores prioritários da actividade económica, para além dos que estão definidos como tal, a nível nacional.

A integração na Comunidade Económica Europeia, por sua vez, teve, entre outros efeitos, o de incentivar a modernização de alguns sectores, cujo fortalecimento é considerado essencial para o País. Os financiamentos que a esse propósito passaram a estar disponíveis pelos fundos estruturais, revelam bem em que medida se situava o atraso relativo nesses sectores. A agricultura e a formação profissional parecem ser talvez os exemplos mais marcantes, muito embora o desafio que foi levantado pela integração abrange a totalidade dos sectores.

Da análise efectuada no capítulo precedente, parece que talvez seja possível agrupar os principais objectivos de desenvolvimento para a Região Centro, do modo seguinte:

**Aproveitamento de recursos sub-utilizados ou não utilizados**

O aproveitamento dos recursos sub-utilizados ou não utilizados (humanos, naturais e de capital) constitui um dos principais objectivos globais para a



Região.

Enquadra-se neste objectivo a elaboração de programas subregionais, que contemplem a definição das acções de investimentos mais adequadas à exploração das potencialidades locais, o estabelecimento de estruturas de participação, contratualização e gestão daqueles investimentos entre as diversas entidades intervenientes, e a concretização de mecanismos de avaliação e de regulação das acções a empreender.

A adopção de uma perspectiva de aproveitamento integral, ou múltiplo, de recursos, que supõe a sua inventariação prévia, devará ser ponderada quer pelo interesse sócio económico dos mesmos quer pela exequibilidade das propostas da sua gestão concertada.

No domínio dos recursos humanos, procura-se o aprofundamento dos níveis de qualificação e o alargamento e a facilitação das possibilidades de acesso às acções de formação.

No domínio dos recursos naturais, procura-se a promoção e a valorização dos recursos hídricos e florestais e dos recursos energéticos, o incremento da agricultura em todas as formas que revistam as adequadas condições de exploração, a promoção e a modernização das estâncias termais, a rentabilização das explorações agrícolas e a modernização da frota pesqueira, a preservação ambiental, quer dos espaços urbanos quer daqueles susceptíveis de exploração turística, e a aplicação de programas eficazes de ordenamento do território.

No domínio dos recursos de capital, procura-se a ocupação das zonas e loteamentos industriais existentes, a aproximação entre os locais de formação e de aplicação das poupanças, o aparecimento de maior número de projectos de investimento estrangeiro, uma maior divulgação e utilização dos sistemas de incentivos em vigor para o investimento produtivo, a avaliação desses sistemas, a disponibilização de elementos estatísticos

regionalizados quanto às instituições financeiras e a promoção das vantagens, relativas à existência de sociedades de Desenvolvimento Regional e de Capital de Risco.

#### Melhoria das acessibilidades

A melhoria das acessibilidades intra e inter regionais (infraestruturas de transporte e de comunicação) representa também um dos principais objectivos globais para a Região.

A realização deste objectivo inclui, por um lado, a conclusão da rede viária fundamental e complementar proposta em Plano Nacional para a Região, a introdução de melhoramentos em alguns troços viários de grande tráfego, a modernização das vias ferroviárias de maior circulação actual e em estado mais degradado, a conclusão das obras em curso nos principais portos regionais, a melhoria e entrada em funcionamento da rede regional de aeródromos, a melhoria da cobertura regional de telecomunicações e a definição da entidade responsável e das formas de gestão das chamadas estradas a desclassificar.

Por outro lado, inclui-se ainda naquele objectivo a melhoria das infraestruturas fronteiriças existentes (Vilar Formoso e Segura), a abertura de novas fronteiras, nomeadamente em Monfortinho, Penamacor e a reabertura de Barca de Alva.

#### Criação de emprego e aprofundamento da inovação

A criação de emprego e o aprofundamento da inovação constitui outro dos principais objectivos globais para a Região.

Estima-se que até 1990, de acordo com os últimos valores para a população activa desempregada e com as estimativas da população residente, das taxas de actividade e dos movimentos de entrada e saída no mercado de trabalho, será necessário criar anualmente entre 8.000 a 10.000 novos postos de trabalho, sem considerar a necessária libertação de mão de obra excedentária, agrícola ou de sectores em crise.

Enquadra-se neste objectivo a avaliação da eficácia dos sistemas de incentivos que visam a criação de empregos, a consciencialização da responsabilização dos agentes económicos, em geral no papel de criadores de postos de trabalho, o fortalecimento das ligações entre as Universidades e os Centros Tecnológicos com as empresas e suas associações, bem como com as instituições financeiras e outras autoridades regionais e locais e o estabelecimento das adequadas condições de acolhimento e apoio a empresas, designadamente às que procuram novas localizações na Região.

A flexibilização e o ajustamento da oferta regional de bens e serviços à evolução da procura, representa mais um dos principais objectivos globais para a Região, este agora estreitamente ligado ao anterior.

**Flexibilização e ajustamento da oferta regional à evolução da procura**

Para a sua realização contribuirá muito significativamente o lançamento de programas específicos para os ramos de produção industrial em crise e tomar prioritários os programas de reestruturação, bem como incrementar o sector de investigação e desenvolvimento, criar condições de apoio a jovens empresários e melhorar a qualidade, a apresentação e o marketing dos produtos.

O aumento da informação prática para empresários, através da edição e actualização de um Manual de Apoio ao Investidor na Região Centro, e a organização de um serviço especializado de apoio, incremento e orientação de novos investimentos na Região está igualmente enquadrado neste objectivo.

Por outro lado ainda, concorre para aquele objectivo a introdução de melhorias nos esquemas de formação profissional, o alargamento da escolaridade obrigatória, a ampliação e modernização da rede de ensino técnico profissional, incluindo a adopção de esquemas atractivos que facilitem a fixação de professores qualificados nas zonas do interior da Região, a iniciação de programas extensivos voltados para a utilização de novas tecnologias e o alargamento da cobertura regional em termos do número de

estabelecimentos e dos cursos do ensino superior.

**Fortalecimento da rede urbana regional equilibrada**

O fortalecimento de uma rede urbana regional equilibrada apresenta-se, igualmente, como um dos principais objectivos globais da Região.

A realização de investimentos em infraestruturas básicas pelo municípios, que por isso mesmo se consideram como um dos motores de desenvolvimento regional e local, concorre de um modo muito especial para aquele objectivo.

Por outro lado, deverá ainda atender-se ao aumento da taxa de urbanização na Região, a qual onera significativamente a implantação de algumas infraestruturas básicas e à racionalização da localização de determinados equipamentos e infraestruturas, em conformidade com limiares mínimos da procura e com acessibilidades aceitáveis da parte dos agentes económicos e dos particulares.

A gestão regional do acesso ao FEDER pelos municípios e, de um modo geral, a racionalização da localização dos equipamentos urbanos, por sua vez, deverá ser progressivamente entendida como um esforço, no sentido da prossecução deste objectivo, evitando-se assimetrias espaciais injustificáveis e promovendo-se a execução de projectos de investimento, que se caracterizem por terem um maior impacto regional e servirem um maior número de utilizadores.

A utilização de processos mais eficientes na gestão urbana dos recursos energéticos, potenciada pelo acesso ao chamado projecto MEREC, que actualmente conta com uma extensão a sete cidades na Região e, de um modo geral, a realização e entrada em execução dos planos municipais, constitui igualmente uma medida de maior relevo face aquele objectivo.

**Fortalecimento da participação dos agentes locais**

O fortalecimento da participação dos agentes locais nas soluções de ordenamento do território e salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais,

assim como, de um modo geral, em todos os outros sectores que têm vindo a beneficiar de medidas de descentralização assume grande importância.

Para isso, evidentemente, são necessários maiores esforços com vista ao incremento de informação sobre regras práticas de ordenamento e sobre resultados económicos de preservação e valorização da qualidade do ambiente.

A formação de agentes económicos de desenvolvimento, ao procurar incentivar a participação dos agentes locais, sobretudo com vista aquelas comunidades que se situam mais afastadas dos principais centros de decisão, concorre de um modo muito particular para aquele objectivo.

Por fim, a vulgarização de esquemas de contratualização, com base em programas específicos definidos pelos municípios, associações públicas ou privadas regionais e integrando também os serviços de Administração Central, constitui outro aspecto fundamental daquele objectivo.

## 2. ACÇÕES (âmbito sub-regional)

1. Concluir o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Baixo Mondego (incluindo o sistema de enxugo primário e a regularização dos vales secundários, a instalação de uma administração dos sistemas hidráulico primário, modelo de gestão integrada e automatizada, e secundário, com vista à exploração racional e económica do empreendimento e a ETAR de Coimbra).

BAIXO MONDEGO

2. Executar as obras que faltam do projecto hidro-agrícola (rega, drenagem e caminhos) e efectuar em paralelo o emparcelamento fundiário, designadamente para os blocos agrícolas onde se prevê a intensificação cultural;

3. Executar as acções de investigação agrária, experimentação, divulgação e formação profissional destinadas a viabilizar a intensificação (9500 ha.) e ainda a reconversão (3500 ha.) cultural, (a realizar tanto quanto possível pelas associações de agricultores, salvo a investigação agrária) ;

4. Promover o estabelecimento das associações de regantes para a gestão dos blocos agrícolas (rega, drenagem e caminhos) e a participação na administração do sistema hidráulico primário;

5. Elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento Agrário (subsectores vegetal, animal e florestal) para os 5 concelhos, incluindo a política cultural e o sistema de escoamento, de acordo com os mercados e preços;

6. Instituir os Mercados de Origem e seus Entrepostos, previstos pela Região Agrária da Beira Litoral e o Mercado Abastecedor de Coimbra;

7. Elaborar e executar um plano de ordenamento para o estuário do Mondego, incluindo acções destinadas ao conhecimento, à preservação e à valorização das suas potencialidades, (como é designadamente o caso com o desenvolvimento da aquacultura no salgado da Figueira da Foz; a regularização da zona estuarina (5,6 Km.); o desenvolvimento da pesca, através de reconversão ou melhorias da frota, da formação profissional e do sistema de transformação e comercialização do pescado; a expansão e diversificação das actividades portuárias à medida das necessidades, bem como a ligação do Porto Comercial ao caminho de ferro e a execução das instalações para os serviços portuários, englobando apetrechamento da doca de recreio e o arranjo da zona envolvente).

8. Empreender acções visando a modernização das empresas industriais (em especial dos sectores têxtil, cerâmica, naval e metalomecânica em crise) e o desenvolvimento de novas empresas industriais, designadamente a junção da agricultura e pesca, com uma implantação preferencial nos concelhos rurais;

9. Criar novos loteamentos industriais, incluindo serviços de apoio.
10. Aumentar e disciplinar os meios de alojamento turístico (hotéis, estalagens, turismo de habitação e parques de campismo), em especial em Coimbra e nos concelhos rurais, bem como a renovação de hotéis em Coimbra e Figueira da Foz;
11. Promover a fixação de novos meios de animação turística, tirando partido do património natural, e de equipamentos nas zonas com maior vocação turística, bem como valorizar o património construído, em especial as Ruínas Romanas de Conimbriga e os centros urbanos e povoações de interesse histórico;
12. Completar as redes viárias municipais e de saneamento básico, de acordo com os Planos Directores Municipais (PDM);
13. Implementar o Plano Rodoviário Nacional na sub-região, em especial o IP3, o IP8 e o IC1, bem como a execução de estradas de interesse intermunicipal, como a EN - 342 (entre Arganil, Condeixa, Soure e a IC8) a EN - 347 (entre Condeixa e Montemor) e a EN - 348 (entre Soure e Figueira da Foz, e ponte sobre o Mondego);
14. Executar as circulares internas e externas de Coimbra, concluir o nó viário de Coselhas e o acesso à Ponte-Açude, bem como o novo troço da IC2 entre este nó e o de Troxemil;
15. Melhorar as comunicações ferroviárias sub-urbanas, em especial as de Coimbra e a travessia desta cidade pelo Ramal da Lousã e articulá-las com os sistemas de transporte rodoviário;
16. Executar o aeródromo na Figueira da Foz e melhorar o de Cemache;
17. Melhorar a qualidade de ensino (com redução da taxa de insucesso escolar e o aumento da escolaridade obrigatória);

18. Promover a articulação mais adequada entre os centros de investigação e as empresas, bem como o incentivo ao desenvolvimento de novas infraestruturas de ciência e tecnologia;

19. Elaborar os Planos Directores Municipais e os planos de urbanização e aumentar a oferta dos solos urbanizados nos aglomerados em crescimento;

20. Fomentar a valorização dos recursos naturais, do ordenamento do território e do ambiente, designadamente através da conclusão e execução do Estudo de Ordenamento Biofísico do Vale do Baixo Mondego, da classificação e salvaguarda das zonas de interesse natural (paíis, lagoas, estuário, praias e matas de interesse ecológico) da paisagem e dos solos da Reserva Agrícola Nacional, em paralelo com o ordenamento da exploração de inertes, da criação ou recuperação de zonas verdes e de lazer nas margens do Mondego, Choupal, leito abandonado de Montemor e rio Arunca e da resolução e recuperação dos focos de poluição existentes, mantendo a qualidade do ambiente, incluindo a elaboração e implementação de um Plano Regional de Resíduos Sólidos.

#### BAIXO VOUGA

1. Elaborar e executar o projecto de reconversão agrícola de 12700 ha. de solo, com reconhecida capacidade de uso agrícola. Estes projectos envolvem estudos de solo, projectos de drenagem, rega, caminhos e reestruturação ferroviária, para além de obras de defesa contra águas salgadas no Baixo Vouga;

2. Efectuar obras de regularização de caudais e controle de cheias, envolvendo a construção de albufeiras, regularização dos leitos inferiores dos rios e eventualmente a construção de diques marginais e canais de derivação;

3. Elaborar o programa de reconversão de vinha da Região Demarcada da Bairrada;



4. Limpar e preservar o plano de água da Pateira de Fermentelos, de toda a laguna de Aveiro e da Barrinha de Esmoriz;
5. Promover a produção agrícola na ria de Aveiro, designadamente através da reconversão das salinas abandonadas;
6. Melhorar a rede viária através da construção dos Itinerários Principais previstos e correspondentes acessos e através da construção de variantes na EN 109, 223, 235, 234, 109-5 e EN 1;
7. Executar projectos de abastecimento de água, designadamente o projecto de distribuição de água do Carvoeiro, de modo a abastecer as populações dos municípios que fazem parte da Associação constituída para este efeito;
8. Instalar novos departamentos na Universidade de Aveiro, designadamente Electrónica, Ambiente e Cerâmica; e
9. Institucionalizar um Gabinete coordenador de um PIDR para o Baixo Vouga.

1. Construir a barragem do Sabugal e restantes obras que se enquadram no âmbito do aproveitamento hidro-agrícola da Cova da Beira; **COVA DA BEIRA**
2. Elaborar e executar um programa de desenvolvimento silvo-agro-pecuário da Cova da Beira;
3. Construir uma unidade de aproveitamento de resíduos sólidos;
4. Executar um programa de reestruturação do sector têxtil;
5. Construir um Centro Coordenador de Transportes;
6. Dotar o aérodromo da Covilhã dos meios de operacionalidade necessários para os vãos internos regulares;

7. Recuperar os edifícios da Força Aérea Portuguesa na Torre - Serra da Estrela;
8. Construir o parque de Campismo das Penhas da Saúde e melhorar o aproveitamento das termas de Unhais;
9. Melhorar a rede viária da subregião, para aproximar os agregados populacionais das sedes do concelho;
10. Elaborar e executar um projecto de transformação horto-frutícola, e estudar as agro-indústrias;
11. Criar uma Unidade Científico-Pedagógica das Ciências Sociais e Humanas da UBI;
12. Instalar o Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional; e
13. Elaborar um modelo de contas regionais;

#### DÃO-LAFÕES

1. Elaborar e iniciar um plano de reconversão do vinho do Dão e de recuperação da qualidade do vinho de Lafões;
2. Implementar o PDAR do Norte Interior Serrano;
3. Construir o Centro de Formação Profissional em Viseu;
4. Activar os centros de apoio à Indústria no Interior;
5. Construir os Itinerários principais IP3 e IP5 e proceder à construção da segunda fase da circunvalação de Viseu, e à construção da EN Sátão-Penalva do Castelo-Mangualde com ligação a Vila Nova de Paiva;
6. Abrir o Instituto Superior de Tecnologia em Viseu;
7. Construir o novo Hospital de Viseu, e Centros de Saúde em alguns concelhos;

8. Implementar e alongar o Ensino Técnico-Profissional nesta sub-região; e
9. Implementar o Programa de Acção Florestal nesta sub-região.

1. Proceder ao ordenamento do território da sub-região, de modo a adequar as potencialidades dos solos às suas utilizações;
2. Melhorar o aproveitamento dos solos de melhor qualidade, de modo a aumentar a produção agrícola;
3. Tornar operativos (na época de maior risco de incêndios) os postos de vigia existentes e aproveitar as “casas dos guardas”, espalhadas pelas florestas;
4. Proceder à reflorestação de áreas (públicas e privadas) ardidas e áreas com graves problemas de erosão;
5. Melhorar a acessibilidade às explorações agro-florestais;
6. Promover, através de organismos apropriados do Ministério da Agricultura, a constituição de associações de produtores (e apoiar as que já existem), de modo a melhorar o aproveitamento dos recursos florestais da sub-região;
7. Promover a criação de gado ovino e caprino, bem como o seu melhoramento;
8. Promover a apicultura de modo a diversificar as fontes de rendimento dos agricultores;
9. Avaliar (e valorizar) os recursos minerais (metálicos e não-metálicos) existentes na área;
10. Elaborar os Planos Directores Municipais (ou Intermunicipais) onde tal processo não se tenha iniciado ( e que se revele necessário, designadamente por sub ou sobre-utilização dos recursos existentes);

PINHAL INTERIOR

11. Promover a criação de associações empresariais (e apoiar as já existentes) de modo a obterem-se economias de escala no exercício de determinadas funções de apoio à gestão empresarial (e ao investimento produtivo);
12. Completar a rede colectora e de tratamento de águas residuais nas vilas sedes de concelho e noutros aglomerados populacionais com dimensão mínima adequada;
13. Promover o completamento da rede de abastecimento de água, em especial naqueles concelhos (Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Penela, Penacova, Oleiros, Sertã e Vila de Rei) onde mais de 50% dos alojamentos não são servidos por rede de abastecimento de água;
14. Construir os acessos dos IC's 3, 7 e 8 (e melhorar o traçado da EN 112) que atravessam a sub-região; e
15. Dotar a sub-região de meios (técnicos, humanos e de equipamento) suficientes para o melhor exercício do nível primário da função saúde.

#### **PINHAL LITORAL**

1. Elaborar um plano de desenvolvimento rural a fim de rendibilizar as infraestruturas de rega e enxugo já instaladas;
2. Elaborar um plano de reconversão da indústria vidreira;
3. Facilitar a expansão industrial do concelho da Marinha Grande, nomeadamente através do desbloqueamento de entraves institucionais;
4. Executar acções de melhoramento das características técnicas das EN 1, EN 109, EN 113, EN 242 e EN 356 nos troços que atravessam a região; proceder à conclusão do IC 8;
5. Lançar os troços de auto-estrada compreendidos entre Condeixa e Fátima;
6. Abrir a Base Aérea de Monte Real ao tráfego civil;

7. Digitalizar a sub-rede de telecomunicações; e
8. Criar uma estrutura inter-municipal que promova o enquadramento institucional das acções a desenvolver.

1. Concretizar o Plano Rodoviário Nacional e proceder à melhoria das acessibilidades intra e inter-regionais; RAIA
2. Reabilitar a fronteira de Vilar Formoso, com abertura ao tráfego das fronteiras de Barca d'Alva, Penamacor e Monfortinho e proceder à abertura em regime descontínuo de pequenos postos fronteiriços;
3. Dinamizar a iniciativa privada e proceder à criação de serviços de apoio ao investimento;
4. Aproveitar os recursos endógenos, promovendo a sua integral utilização e transformação na região de modo a fixar maior valor acrescentado;
5. Modernizar e melhorar a actividade agrícola, fomentando o incremento de algumas culturas com vocação na área e a criação de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas, que revelem vantagens comparativas em termos de mercados e utilizem predominantemente produtos agrícolas da região;
6. Dinamizar as zonas industriais concelhias e estimular a modernização do tecido industrial;
7. Preservar o enquadramento dos valores patrimoniais (histórico, cultural e ambiental) e fomentar o ordenamento do território;
8. Dinamizar a actividade turística na área, através da construção de equipamentos de apoio ao sector e do aproveitamento das potencialidades paisagísticas e cinegéticas;

9. Melhorar o nível de vida da população, dotando a região de infraestruturas básicas e equipamentos de saúde, social, ensino, lazer e apoio a promoção cultural e desportiva; e

10. Realizar os estudos conducentes à realização de uma Operação Integrada de Desenvolvimento.

#### SERRA DA ESTRELA

1. Implementar um Programa de Desenvolvimento da Ovinicultura, produção e comercialização do queijo da Serra;

2. Elaborar um Programa de reestruturação do sector têxtil, de modo a conferir às empresas a necessária competitividade;

3. Adaptar medidas com vista à dinamização do turismo da Serra da Estrela, aproveitando as potencialidades existentes e implantando as infraestruturas de alojamento e animação necessárias ao seu desenvolvimento;

4. Elaborar e executar um programa de povoamento silvícola adequado e ordenado para as áreas com aptidão florestal, actualmente agricultadas, incultas ou devastadas pelos incêndios, tendo em atenção as exigências do Parque Natural da Serra da Estrela;

5. Elaborar e executar um programa de promoção e apoio à apicultura;

6. Promover um programa de apoio e desenvolvimento das diversas formas artesanais existentes;

7. Efectuar a beneficiação da rede viária existente, nomeadamente, o IC6 e o troço Covilhã-Venda de Galizes, de grande importância para a subregião;

8. Construir pequenas barragens de fins múltiplos para conversão torrencial e criação e melhoramento de pequenos regadios;

9. Promover o funcionamento adequado do Centro de Limpeza de Neve, de modo a manter a segurança e a limpeza das estradas da Serra; e

10. Implementar um programa de melhoramento cinegético, com a introdução de algumas espécies (corso, etc.), o aumento de outras existentes (lebre, perdiz) e a criação de um plano de caça para o javali.





# ANEXO ESTADÍSTICO



**POPULAÇÃO**						
QUADRO Nº 1	População residente		Variação 1970/81	Área (K m <sup>2</sup> )	Densidade 1981	
	1970	1981				
BAIXO VOUGA	344425	388653	20.64	2319.21	167.6	
BAIXO MONDEGO	225116	260590	13.62	1329.95	195.1	
PINHAL INTERIOR	202614	194146	-11.58	4105.78	47.3	
DÃO - LAFÕES	283127	295094	17.00	3483.33	84.7	
PINHAL LITORAL	193393	215816	12.09	1740.83	124	
RAIA	216708	201480	-12.95	7454.32	27	
COVA DA BEIRA	103494	99799	-6.31	1372.64	72.7	
SERRA DA ESTRELA	96941	95307	-5.82	1464.71	65.1	
REGIÃO CENTRO CONTINENTE	1665818 8098214	1750885 9336760	100.00 15.3	23270.77 88825.8	75.2 105.1	

FONTE: INE, Recenseamento da População

**POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES(1981)**								
QUADRO Nº 2	Primário		Secundário		Terciário		TOTAL	%
	%		%		%			
BAIXO VOUGA	47830	29.35	69160	42.44	45961	28.21	162951	24.45
BAIXO MONDEGO	15746	15.63	33897	33.65	51096	50.72	100739	15.11
PINHAL INTERIOR	26710	40.87	21374	32.71	17262	26.42	65346	9.80
DÃO - LAFÕES	56111	49.12	28172	24.66	29949	26.22	114232	17.14
PINHAL LITORAL	19111	22.75	39504	47.02	25398	30.23	84013	12.60
RAIA	28018	40.49	18407	26.60	22769	32.91	69194	10.38
COVA DA BEIRA	8954	24.51	16192	44.32	11390	31.17	36536	5.48
SERRA DA ESTRELA	10885	32.44	14762	43.99	7910	23.57	33557	5.03
REGIÃO CENTRO CONTINENTE	213365 711132	32.01 19.43	241468 1429191	36.23 39.05	211735 1519618	31.76 41.52	666568 3659940	100.00

FONTE: INE, Recenseamento da População

QUADRO Nº 3	**ESTRUTURA ETARIA DA POPULAÇÃO(1981)**						
	0 - 14	%	15 - 64	%	≥ 65	%	TOTAL
BAIXO VOUGA	101773	26.19	242761	62.46	44119	11.35	388653
BAIXO MONDEGO	59784	22.94	167692	64.35	33114	12.71	260590
PINHAL INTERIOR	41950	21.61	116373	59.94	35823	18.45	194146
DAO - LAFOES	78039	26.45	175560	59.49	41495	14.06	295094
PINHAL LITORAL	55907	25.90	138274	64.07	21635	10.02	215816
RAIA	40836	20.27	122110	60.61	38534	19.13	201480
COVA DA BEIRA	22027	22.07	62544	62.67	15228	15.26	99799
SERRA DA ESTRELA	22347	23.45	57094	59.91	15866	16.65	95307
REGIÃO CENTRO	422663	24.14	1082408	61.82	245814	14.04	1750885
%REG./CONT	17.92		18.33		22.94		18.75
CONTINENTE	2358539	25.26	5906696	63.26	1071525	11.48	9336760

FONTE:  
INE, Recenseamento da População

QUADRO Nº 4	**NÍVEL DE INSTRUÇÃO (1981)**									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	TOTAL
BAIXO VOUGA	94126	3876	89787	132297	36716	15495	8846	3317	4193	388653
BAIXO MONDEGO	65080	3371	50718	78142	25473	14973	11074	3716	8043	260590
PINHAL INTERIOR	64518	3635	46973	59529	11446	4556	1895	936	658	194146
DÃO - LAFÕES	89571	2445	70778	91620	23047	8416	4670	2552	1995	295094
PINHAL LITORAL	61863	3623	44034	69804	20040	8874	4369	1599	1610	215816
RAIA	68399	1457	38754	60895	15262	8520	4294	2085	1814	201480
COVA DA BEIRA	33368	404	17507	31481	9346	4091	2109	747	746	99799
SERRA DA ESTRELA	29315	1047	22470	31174	5998	2487	1511	731	574	95307
REGIÃO CENTRO	506240	19858	381021	554942	147328	67412	38768	15683	19633	1750885
CONTINENTE	2427491	1944761	(*)	3100745	895103	457491	276482	82789	151898	9337060

I-Analfabetos  
 II-Sabem ler e escrever sem frequência escolar  
 III-Primário incompleto  
 IV-Primário completo  
 V-Preparatório  
 VI-Secundário unificado  
 VII-12º ano  
 VIII-Curso médio  
 IX-Curso Superior

(\*)- Os valores do continente para as colunas III e IV aparecem agregados na quarta coluna.

FONTE: INE, *Recenseamento da População*

QUADRO Nº 5.A	**EMIGRAÇÃO**							
	1960/64	1965/69	1970/74	1975/79	1980/84			
BAIXO VOUGA	10011	23501	18110	6569	5648			
BAIXO MONDEGO	1934	5391	5536	1085	651			
PINHAL INTERIOR	3803	7876	5747	1161	704			
DÃO - LAFÓES	7945	16147	15475	2833	1724			
PINHAL LITORAL	11354	22556	12858	2362	1146			
RAIA	8609	28842	4492	936	560			
COVA DA BEIRA	5785	14092	3118	761	407			
SERRA DA ESTRELA	2581	5143	3903	1945	829			
REGIÃO CENTRO	52022	123548	69239	17652	11669			
CONTINENTE	152212	385548	228908	63568	46330			

FONTE: Secretaria de Estado da Emigração

**EMIGRAÇÃO**										
QUADRO Nº 5.B	CAN		BRASIL	VENEZ.	ALEMAN.	FRANCA	TOTAL EUROPA	TOT. RESTO DO MUNDO	TOTAL	
	E.U.A.									
1960/64	1855	4221	2492	18	1185	1255	8756	10011		
BAIXO VOUGA	117	900	63	18	527	746	1188	1934		
BAIXO MONDEGO	230	2271	101	9	995	1074	2729	3803		
PINHAL INTERIOR	611	4403	92	444	1895	2575	5370	7945		
DÃO - LAFÕES	600	1390	131	443	7821	9089	2265	11354		
PINHAL LITORAL	175	2438	22	96	5593	5801	2808	8609		
RAIA	430	136	105	15	4884	5044	741	5785		
COVA DA BEIRA	524	1358	37	3	135	166	2415	2581		
SERRA DA ESTRELA	4542	17117	3043	1046	23035	25750	26272	52022		
REGIÃO CENTRO	14099	51732	6599	3868	65088	74263	77949	152212		
CONTINENTE										
1965/69	4281	1075	3099	963	12615	13748	9753	23501		
BAIXO VOUGA	486	303	44	590	3451	4357	1034	5391		
BAIXO MONDEGO	456	702	88	498	5702	6332	1544	7876		
PINHAL INTERIOR	1508	1411	103	3774	8336	12601	3546	16147		
DÃO - LAFÕES	1349	252	113	2784	17544	20589	1967	22556		
PINHAL LITORAL	422	690	37	796	26516	27507	1335	28842		
RAIA	489	24	69	418	12715	13419	673	14092		
COVA DA BEIRA	1382	473	35	259	2293	2691	2452	5143		
SERRA DA ESTRELA	10373	4930	3588	10082	89172	101244	22304	123548		
REGIÃO CENTRO	32125	13440	7775	41593	263831	318081	67467	385548		
CONTINENTE										
1970/74	6273	355	2022	3595	4969	9042	9068	18110		
BAIXO VOUGA	422	132	33	1882	2042	4859	677	5536		
BAIXO MONDEGO	527	271	55	1519	4773	4773	974	5747		
PINHAL INTERIOR	1619	417	248	8534	3577	12971	2504	15475		
DÃO - LAFÕES	1404	112	60	4076	6869	11202	1656	12858		
PINHAL LITORAL	431	224	11	1126	2486	3786	706	4492		
RAIA	512	17	17	718	2550	2550	568	3118		
COVA DA BEIRA	1306	154	26	948	1077	2188	1715	3903		
SERRA DA ESTRELA	12494	1682	2472	22398	25781	51371	17868	69239		
REGIÃO CENTRO	34861	5148	5316	85592	80196	179027	49881	228908		
CONTINENTE										

FONTE: Secretaria de Estado da Emigração

QUADRO Nº6	EXPLORAÇÕES AGRICOLAS , AREA E BLOCOS 1979							
	S/ T	0 - 1	1 - 5	5 - 20	20 - 50	50 - 100	" + 100 "	TOTAL
<b>Nº DE EXPLORAÇÕES</b>								
BAIXO VOUGA	125	27704	22183	3250	209	40	25	53536
BAIXO MONDEGO	93	14111	12068	1587	109	26	22	28016
PINHAL INTERIOR	31	23166	23143	4081	423	89	68	51001
DÃO - LAFÕES	54	24568	24563	3509	336	65	60	53155
PINHAL LITORAL	160	16952	12185	1287	78	21	14	30697
RAIA	41	11213	17265	6775	787	191	278	36550
COVA DA BEIRA	5	5861	4722	1045	137	38	31	11839
SERRA DA ESTRELA	9	7771	6120	858	99	21	12	14890
REGIÃO CENTRO	518	131346	122249	22392	2178	491	510	279684
CONTINENTE	4131	344255	328550	86455	12068	3587	4898	783944
<b>AREA TOTAL(Ha)</b>								
BAIXO VOUGA	0	14903	48750	26876	6086	2358	31689	130662
BAIXO MONDEGO	0	8422	26117	13290	3769	1480	13521	66599
PINHAL INTERIOR	0	16006	51658	38004	12489	4824	54054	177035
DÃO - LAFÕES	0	18725	54482	30359	10522	6392	27368	147848
PINHAL LITORAL	0	8669	25769	10841	2118	522	19366	67285
RAIA	1	9685	53783	74763	28048	15697	141291	323268
COVA DA BEIRA	0	3604	11072	9756	5041	3904	17013	50390
SERRA DA ESTRELA	0	5637	14025	11829	4300	1490	11085	48366
REGIÃO CENTRO	1	85651	285656	215718	72373	36667	315387	1011453
CONTINENTE	1058	209867	328550	858954	405124	283427	2614853	5182902
<b>NUMERO DE BLOCOS</b>								
BAIXO VOUGA	137	124365	242568	74686	6867	1095	527	450245
BAIXO MONDEGO	93	60627	114729	29859	2005	220	395	207928
PINHAL INTERIOR	37	148717	266776	90336	14910	2007	3135	525918
DÃO - LAFÕES	76	151187	301021	73336	8326	1641	2341	537928
PINHAL LITORAL	177	72505	139179	28157	1937	229	1105	243289
RAIA	72	39234	127870	87842	12092	2770	2736	272616
COVA DA BEIRA	5	14001	15867	4269	655	151	99	35047
SERRA DA ESTRELA	9	26919	34419	6946	804	151	91	69339
REGIÃO CENTRO	606	637555	1242429	395431	47596	8264	10429	2342310
CONTINENTE	4513	1239077	2432290	1039540	154051	36736	30812	4937019
<b>NUMERO MEDIO DE BLOCOS P/EXPLOR.</b>								
BAIXO VOUGA	1.10	4.49	10.93	22.98	32.86	27.38	21.08	8.41
BAIXO MONDEGO	1.00	4.30	9.51	18.81	18.39	8.46	17.95	7.42
PINHAL INTERIOR	1.19	6.42	11.53	22.14	35.25	22.55	46.10	10.31
DÃO - LAFÕES	1.41	6.15	12.26	20.90	24.78	25.25	39.02	10.12
PINHAL LITORAL	1.11	4.28	11.42	21.88	24.83	10.90	78.93	7.93
RAIA	1.76	3.50	7.41	12.97	15.36	14.50	9.84	7.46
COVA DA BEIRA	1.00	2.39	3.36	4.09	4.78	3.97	3.19	2.96
SERRA DA ESTRELA	1.00	3.46	5.62	8.10	8.12	7.19	7.58	4.66
REGIÃO CENTRO	1.17	4.85	10.16	17.66	21.85	16.83	20.45	8.37
CONTINENTE	1.09	3.60	7.40	12.02	12.77	10.24	6.29	6.30
<b>AREA MEDIA/BLOCO</b>								
BAIXO VOUGA	0.00	0.12	0.20	0.36	0.89	2.15	60.13	0.29
BAIXO MONDEGO	0.00	0.14	0.23	0.45	1.88	6.73	34.23	0.32
PINHAL INTERIOR	0.00	0.11	0.19	0.42	0.84	2.40	17.24	0.34
DÃO - LAFÕES	0.00	0.12	0.18	0.41	1.26	3.90	11.69	0.27
PINHAL LITORAL	0.00	0.12	0.19	0.39	1.09	2.28	17.53	0.28
RAIA	0.01	0.25	0.42	0.85	2.32	5.67	51.64	1.19
COVA DA BEIRA	0.00	0.26	0.70	2.29	7.70	25.85	171.85	1.44
SERRA DA ESTRELA	0.00	0.21	0.41	1.70	5.35	9.87	121.81	0.70
REGIÃO CENTRO	0.00	0.13	0.23	0.55	1.52	4.44	30.24	0.43
CONTINENTE	0.23	0.17	0.14	0.83	2.63	7.72	84.86	1.05



QUADRO Nº 7	**OCUPAÇÃO DO SOLO**				
	FLORESTAL	PRADOS PASTAGENS	AGRICOLA	INCULTOS E OUTROS	AGRO FLORESTAL
	Un: ha				
BAIXO VOUGA	69608	1940	57406	3637	127022
BAIXO MONDEGO	26083	192	36449	4061	62536
PINHAL INTERIOR	113570	67	45466	18008	159031
DÃO - LAFÕES	66843	2347	60028	21066	127122
PINHAL LITORAL	35483	70	29819	1984	65307
RAIA	66164	23852	208314	48891	274478
COVA DA BEIRA	10143	465	29059	11192	39205
SERRA DA ESTRELA	11611	852	20813	15941	32425
REGIÃO CENTRO	399505	29785	487354	124780	887126
CONTINENTE	1365396	112291		503464	4679397

FONTE: INE, RAC

QUADRO Nº 8	**RECURSOS FLORESTAIS**					
	ÁREA TOTAL	ÁREA FLORESTAL	RESINOSAS (Total)	PINHEIRO	FOLHOSAS (Total)	EUCALIPTO
	Un: 1000ha					
BAIXO VOUGA	231.92	108.66	81.60	73.13	26.29	24.80
BAIXO MONDEGO	132.99	51.23	42.80	42.80	7.80	6.23
PINHAL INTERIOR	410.16	211.30	188.64	187.96	20.40	16.13
DÃO - LAFÕES	348.36	152.33	152.58	152.13	5.57	3.00
PINHAL LITORAL	173.57	75.90	70.71	70.71	4.61	3.60
RAIA	745.40	161.54	70.27	69.11	90.21	10.02
COVA DA BEIRA	137.71	40.19	35.41	35.40	4.51	0.46
SERRA DA ESTRELA	146.47	49.63	47.62	47.10	1.91	0.11
REGIÃO CENTRO	2326.58	850.78	689.63	678.34	161.30	64.35
CONTINENTE	8892.70	2948.36	1357.94	1323.07	1563.64	215.09

FONTE:

INE, ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS 1978

QUADRO Nº 9	**PESCA**			
	Embarcações		Pesca Descarregada	
	Nº	TAB	Toneladas	Valor
BAIXO VOUGA	864	54964	54717	8750276
BAIXO MONDEGO	235	7556	23151	1776705
REGIÃO CENTRO	1099	62520	77868	10526981
CONTINENTE	9501	133304	305643	43453985

FONTE:

INE, Estatísticas das Pescas 1986

TAB - Tonelagem de Arqueação Bruta

QUADRO Nº 10	**PRODUTO AGRICOLA BRUTO** (média 1979/80/81)					%RC
	P. A. B. VEGETAL	P. A. B. ANIMAL	P. A. B. FLORESTAL	P. A. B. TOTAL		
BAIXO VOUGA	2608951	2032631	997854	5639436	19.88	
BAIXO MONDEGO	1307530	594983	480823	2383336	8.40	
PINHAL INTERIOR	1807464	599812	1945240	4352516	15.35	
DÃO - LAFÕES	2195155	1634774	1513607	5343536	18.84	
PINHAL LITORAL	1453984	871498	753943	3079425	10.86	
RAIA	2481816	1075934	1060912	4618662	16.29	
COVA DA BEIRA	1049350	198152	247732	1495234	5.27	
SERRA DA ESTRELA	662051	377140	409148	1448339	5.11	
REGIÃO CENTRO	13566301	7384924	7409259	28360484	100.00	
% REG./CONT.	17.81	30.74	36.41	23.53	--	
CONTINENTE	76156437	24022800	20349319	120528556	--	

FONTE:

O Produto Agrícola Bruto no Continente no Triénio 79/80/81

D.C.P.

**INDUSTRIA TRANSFORMADORA(1984)**									
QUADRO Nº 11	Nº de Estabelecimentos	Emprego		F.B.C.F.		V.B.P.		V.A.B.	
		%	%	%	%	%	%	%	%
BAIXO VOUGA	854	29.18	38 494	33.90	5 994 798	26.65	147 728 191	43.26	35 644 750
BAIXO MONDEGO	361	12.33	16 443	14.48	10 558 354	46.95	57 332 164	16.79	22 519 910
PINHAL INTERIOR	260	8.88	6 791	5.98	970 999	4.32	12 879 546	3.77	3 401 537
DÃO - LAFÕES	317	10.83	6 634	5.84	524 110	2.33	21 197 902	6.21	5 298 507
PINHAL LITORAL	582	19.88	22 992	20.25	2 729 921	12.14	58 289 445	17.07	18 216 195
RAIA	252	8.61	6 484	5.71	682 068	3.03	21 015 105	6.15	6 827 918
COVA DA BEIRA	181	6.18	9 498	8.36	626 916	2.79	13 840 724	4.05	5 112 872
SERRA DA ESTRELA	120	4.10	6 228	5.48	403 474	1.79	9 199 448	2.69	3 323 091
REGIÃO CENTRO CONTINENTE	2927	100.00	113 564	100.00	22 490 640	100.00	341 482 525	100.00	100 344 780
	n.d.		646 748		96 334 473		1 912 092 450		597 485 682

FONTE: INE, Estatísticas Industriais

F.B.C.F. - Formação Bruta de Capital Fixo

V.B.P. - Valor Bruto de Produção

V.A.B. - Valor Acrescentado Bruto

QUADRO Nº 12	**V.A.B. POR SUB-REGIÕES E POR SECTORES DE ACTIVIDADE**							
	PRIMARIO	%	SECUNDARIO	%	TERCIARIO	%	TOTAL	%
BAIXO VOUGA	5534041	29.52	12274142	34.14	6877736	22.68	24685919	29.03
BAIXO MONDEGO	1439984	7.68	5978256	16.63	7424578	24.48	14842818	17.46
PINHAL INTERIOR	2230991	11.90	1909961	5.31	2074131	6.84	6214083	7.31
DÃO - LAFÕES	2522612	13.46	3169111	8.82	4323261	14.26	10014984	11.78
PINHAL LITORAL	1468733	7.83	6232566	17.34	3480388	11.48	11181687	13.15
RAIA	2981635	15.90	2777433	7.73	3356191	11.07	9115259	10.72
COVA DA BEIRA	1847330	9.85	1829281	5.09	1627261	5.37	5303872	6.24
SERRA DA ESTRELA	722970	3.86	1780998	4.95	1160858	3.83	3664826	4.31
REGIÃO CENTRO CONTINENTE	18748296	100.00	35950748	100.00	30324404	100.00	85023448	100.00

FONTE- GEBEI,1977;CCRC

**DESAGREGAÇÃO SECTORIAL /REGIONAL DO INVESTIMENTO (S.E.B.R.)**										
QUADRO Nº13	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
C.A.E.										
BAIXO VOUGA	1132114	1916924	316047	26500	2145347	5825763	454998	4002181	0	15819874
BAIXO MONDEGO	24427	182961	0	271630	457774	2875497	39171	35050	0	3886510
PINHAL INTERIOR	50644	339687	2580407	77975	2892862	38550	0	110718	80310	6171153
DÃO - LAFÕES	406966	461794	9109238	43241	356481	621036	276221	809607	79980	12164564
PINHAL LITORAL	81100	327328	424275	0	601978	2937162	411800	905891	0	5689534
RAIA	134572	931122	181907	0	412289	171602	89982	220794	0	2142268
COVA DA BEIRA	294400	757189	117164	0	0	78958	0	19320	0	1267031
SERRA DA ESTRELA	826425	1269245	1904328	0	60108	48000	0	0	49734	4157838
REGIÃO CENTRO	2950648	6186250	14633366	419346	6926837	12596568	1272172	6103561	210024	51298772

FONTE: CORC,1987

SEBR - Sistema de Estímulos de Base Regional

QUADRO Nº 14	** LISTA DE INTENÇÕES DE CANDIDATURA AO VALOREN **								
	POR PARTE DE ENTIDADES PÚBLICAS								
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
BAIXO VOUGA	1	5	1	1	2	1	2	5	18
BAIXO MONDEGO	0	4	1	0	1	1	1	2	10
PINHAL INTERIOR	1	12	0	19	3	0	0	6	41
DÃO - LAFÕES	2	10	0	5	3	0	0	0	20
PINHAL LITORAL	0	7	1	0	2	0	1	0	11
RAIA	1	2	0	7	1	0	1	1	13
COVA DA BEIRA	1	2	0	10	0	0	0	0	13
SERRA DA ESTRELA	0	5	0	17	0	1	0	1	24
REGIÃO CENTRO	5	42	2	58	10	2	3	10	132

I- Biogás  
 II-Biomassa Florestal e Resíduos sólidos urbanos  
 III-Energia Eólica  
 IV-Energia Mini-Hídrica Térmica  
 V-Energia Solar  
 VI-Energia Solar Fotovoltaica  
 VII-Utilização racional de Energia  
 VIII-Misto Solar-Biomassa  
 IX- Total

Fonte: CCFC, VALOREN

QUADRO Nº 15	**PROJECTOS E INTENÇÕES TURÍSTICAS** NA REGIÃO CENTRO						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
BAIXO VOUGA	2	4	3	9	2	0	20
BAIXO MONDEGO	1	1	10	2	3	0	17
PINHAL INTERIOR	10	11	17	12	0	2	52
DÃO - LAFOES	10	8	18	21	18	1	76
PINHAL LITORAL	13	4	15	2	0	0	34
RAIA	5	7	27	7	6	0	52
COVA DA BEIRA	3	0	3	0	2	0	8
SERRA DA ESTRELA	4	11	23	5	2	0	45
REGIÃO CENTRO	48	46	116	58	33	3	304

I-Infraestruturas Básicas  
 II- Equipamento de animação  
 III- Recuperação de Aglom. Tradicionais, Edifícios e Monumentos  
 IV- Meios de Alojamento e Restaurantes  
 V- Desenvolvimento Termal  
 VI- Planos e Estudos Turísticos  
 VII- Total

Fonte: *Camáras Municipais, inquérito de Maio de 1987*

**FEDER :CANDIDATURAS E PERCENTAGEM DE APROVACOES (@)**										
QUADRO Nº 16	HIDRAULICAS				TRANSPORTES				TOTAL	
	Invest.	% Ap.	Invest.	% Ap.	Invest.	% Ap.	Invest.	% Ap.	Invest.	% Ap.
1986										
BAIXO VOUGA	564350	100.00	323846	0.00	149255	100.00	1037251	68.80		
BAIXO MONDEGO	479100	94.00	501500	100.00	77800	0.00	1058400	89.93		
PINHAL INTERIOR	783667	100.00	710062	100.00	194832	100.00	1688561	100.00		
DÃO - LAFÕES	1203582	100.00	644902	100.00	148.914	100.00	1848632.91	100.00		
PINHAL LITORAL	663069	61.00	92059	100.00	0	0.00	755128	65.75		
RAIA	1099359	100.00	338835	100.00	123131	100.00	1561325	100.00		
COVA DA BEIRA	337971	100.00	105060	0.00	73190	100.00	516221	79.65		
SERRA DA ESTRELA	291539	100.00	126054	0.00	206943	100.00	624536	79.82		
REGIÃO CENTRO	5422637	94.70	2842118	80.48	8252999.914	90.57	9090054.91	89.88		
1987										
BAIXO VOUGA	1696236	0.00	147300	100.00	157246	0.00	2000782	7.36		
BAIXO MONDEGO	624122	0.00	365500	62.00	0	0.00	989622	22.90		
PINHAL INTERIOR	247600	0.00	28992	0.00	0	0.00	276592	0.00		
DÃO - LAFÕES	0	0.00	193561	0.00	0	0.00	193561	0.00		
PINHAL LITORAL	391365	100.00	126452	0.00	0	0.00	517817	75.58		
RAIA	1103536	0.00	310644	0.00	387928	0.00	1802108	0.00		
COVA DA BEIRA	167866	100.00	0	0.00	64314	0.00	232180	72.30		
SERRA DA ESTRELA	236570	0.00	148310	17.00	0	0.00	384880	6.55		
REGIÃO CENTRO	4467295	13.00	1320759	30.00	609488	0.00	6397542	15.27		
1988(*)										
BAIXO VOUGA	1059754	246736	65976	0	1372466					
BAIXO MONDEGO	404920	4000	0	0	44920	@- Até 87.11.18				
PINHAL INTERIOR	821694	786198	11918	157544	1877354	*-inclui 100000c. para OI.D, Pinhal Interior				
DÃO - LAFÕES	3621686	642266	15064	0	4279016					
PINHAL LITORAL	868564	0	0	0	868564	*-Infraestruturas de Apoio à				
RAIA	341876	164750	28070	38750	573446	Actividade Produtiva				
COVA DA BEIRA	370812	106808	0	0	477620					
SERRA DA ESTRELA	482066	131038	0	0	613104					
REGIÃO CENTRO	7971372	2E+06	121028	196294	10406490					

QUADRO Nº 17	**PROJECTOS SUBMETIDOS AO Reg. (CEE) 355/77**
--------------	---

x 1.000 Escudos	
Projectos Apresentados	Investimento
<b>Agro-Industriais</b>	<b>5,866,613</b>
Aguiar da Beira	164,436
Albergaria-a-Velha	34,999
Anadia	388,924
Ansião	44,126
Arganil	28,320
Aveiro	26,565
Cantanhede	606,882
Celorico da Beira	21,658
Coimbra	216,030
Covilhã	324,728
Estarreja	20,950
Fig. Castelo Rodrigo	101,565
Fundão	134,505
Guarda	90,452
Idanha-a-Nova	99,800
Ilhavo	225,000
Leiria	1,281,698
Lousã	270,031
Mangualde	183,254
Mealhada	62,917
Miranda do Corvo	43,840
Montemor-o-Velho	43,635
Murtosa	245,351
Nelas	215,000
Penamacor	172,100
Pombal	26,110
S. Comba Dão	75,000
S. Pedro do Sul	121,716
Satão	17,264
Sever do Vouga	36,977
Soure	39,645
Tondela	49,701
Trancoso	93,000
V. Velha de Rodão	44,443
Vagos	31,662
Viseu	284,329
<b>Pesca-Industriais</b>	<b>1,647,750</b>
Aveiro	19,113
Figueira da Foz	360,126
Murtosa	34,353
Tondela	1,234,158
<b>TOTAL</b>	<b>7,514,363</b>

x 1.000 Escudos		
Projectos Aprovados (*)	Investimento	%
<b>Projectos Aprovados(*)</b>		
REGIÃO CENTRO (Distritos)	<b>2,932,399</b>	24%
Aveiro	568,870	5%
Castelo Branco	438,976	4%
Coimbra	1,282,984	11%
Guarda	279,094	2%
Leiria	98,495	1%
Viseu	263,980	2%
<b>PORTUGAL</b>	<b>12,055,690</b>	100%
• Agro-Industriais	10,505,536	
• Pesca-Industriais	1,550,154	

(\*) Durante o ano de 1986 e em Junho de 1987

REG.(CEE) 355/77 - Sobre a transformação de produtos agrícolas e da pesca

(\*) Projectos já aprovados em 1986 e em Junho de 1987 ou que aguardam decisão (área de actuação da CCRC).

Fonte: Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP)

QUADRO Nº 18	** PROJECTOS SUBMETIDOS Reg. (CEE) 797/85**	
	Nº de Projectos	Montante do Investimento (*)
<b>DRABL</b>		
Agueda	2	14,787
Aguiar da Beira	4	38,544
Albergaria-a-Velha	3	17,715
Alvaizere	2	23,522
Anadia	4	20,262
Ansião	2	9,384
Arganil	1	4,322
Aveiro	10	64,529
Cantanhede	3	20,509
Carregal do Sal	3	28,522
Castanheira de Pera	1	1,793
Castro Daire	4	24,864
Coimbra	6	36,439
Condeixa-a-Nova	1	12,029
Estarreja	3	18,490
Figueira da Foz	10	30,429
Ilhavo	6	48,273
Lousã	2	26,331
Mangualde	19	120,123
Mealhada	1	3,625
Mira	1	1,919
Miranda do Corvo	3	2,811
Montemor-o-Velho	1	6,358
Mortágua	2	34,591
Murtosa	2	30,541
Nelas	4	24,461
Oliveira de Frades	25	86,846
Oliveira do Bairro	4	15,936
Oliveira do Hospital	5	36,936
Ovar	8	33,985
Pampilhosa da Serra	1	14,291
Pedrogão Grande	2	7,034
Penalva do castelo	8	38,255
Pombal	4	5,054
S. Comba Dão	3	10,124
S. Pedro do Sul	25	164,848
Satão	4	14,882
Sever do Vouga	2	9,225
Soure	2	4,230
Tábua	1	3,263
Tondela	11	49,745
Vagos	11	54,338
Vila Nova de Paiva	2	7,039
Viseu	24	127,566
Vouzela	5	58,484
<b>Sub-Total</b>	<b>247</b>	<b>1,407,254</b>

NOTA: Não estão incluídos os projectos localizados nos concelhos de Leiria, Porto de Mós,



Batalha e Marinha Grande, que embora fazendo parte da CCRC não fazem parte da DRABL.

QUADRO Nº 18 (Continuação)	** PROJECTOS SUBMETIDOS Reg. (CEE) 797/85**	
	Nº de Projectos	Montante do Investimento (*)
<b>DRABI</b>		
Almeida	9	53,822
Belmonte	13	74,977
Castelo Branco	51	215,251
Celorico da Beira	18	99,805
Covilhã	39	101,003
Figueira Castelo Rodrigo	3	47,620
Fornos de Algodres	30	27,170
Fundão	24	252,268
Gouveia	32	114,774
Guarda	15	67,069
Idanha-a-Nova	31	288,193
Oleiros	10	29,534
Penamacor	8	45,512
Pinhel	12	45,834
Proença-a-Nova	3	11,359
Sabugal	19	93,957
Seia	12	165,028
Sertã	3	11,011
Trancoso	2	15,503
Vila de Rei	1	1,975
Vila Velha de Rodão	9	102,931
<b>Sub-Total</b>	<b>344</b>	<b>1,864,596</b>
<b>TOTAL</b>	<b>591</b>	<b>3,271,850</b>

(\*) Período de 1/09/86 a 31/07/87, excepto para alguns dados da DRABL em que são só até ao 1º trimestre de 1987

	Nº de Projectos	%	Montante do Investimento	%
<b>Projectos Apresentados*</b>				
Beira Litoral	712	12%	3,447,100	9%
Beira Interior	309	5%	1,600,200	4%
<b>PORTUGAL</b>	<b>5993</b>	<b>100%</b>	<b>37,771,200</b>	<b>100%</b>
<b>Projectos Aprovados**</b>				
Beira Litoral	475	20%	1,572,937	13%
Beira Interior	122	5%	403,030	3%
<b>PORTUGAL</b>	<b>2318</b>	<b>100%</b>	<b>11,832,769</b>	<b>100%</b>

(\*) Não estão incluídos os projectos localizados nos concelhos de Leiria, Porto de Mós, Batalha e Marinha Grande, que embora fazendo parte da CCRC não fazem parte de nenhuma destas regiões.

(\*\*) -(Período de 1/09/86 a 31/06/87)

Fontes:

- Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP),
- Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI).

QUADRO Nº 19	<b>**PROGRAMAS DO PEDAP**</b>		
<b>PROGRAMA:</b>	<b>Beneficiação de Regadios Tradicionais</b>		
	<b>Nº de Beneficiários</b>	<b>Area a Beneficiar (ha)</b>	<b>Investimento (contos)</b>
<b>DRABL</b>	2726	984.5	76,038
<b>DRABI</b>	989	143.8	25,225
<b>TOTAL</b>	<b>3715</b>	<b>1128.3</b>	<b>101,263</b>
<b>PROGRAMA:</b>	<b>Caminhos Agrícolas e Rurais</b>		
	<b>Nº de Projectos</b>	<b>Extensão (km)</b>	<b>Investimento (contos)</b>
<b>DRABL</b>	71	119.5	374,932
<b>DRABI</b>	16	56	305,000
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>175.5</b>	<b>679,932</b>
<b>PROGRAMA:</b>	<b>Electrificação das Explorações Agrícolas</b>		
	<b>Nº de Projectos</b>	<b>Valor do Subsídio (contos)</b>	
<b>DRABL</b>	1	3,691	
<b>DRABI</b>	66	139,859	
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>143,550</b>	
<b>PROGRAMA:</b>	<b>Olivicultura</b>		
	<b>Nº de Projectos (aprov)</b>	<b>Area (ha)</b>	<b>Valor do Subsídio (contos)</b>
<b>DRABL</b>			
- Arranque	13	50.4	4,034
- Plantação	14	-	-

*Fontes:*

*Direcções Regionais de Agricultura da Beira Litoral (BRABL) e da Beira Interior (DRABI), situação até 30 de Julho de 1987.*

QUADRO Nº 20	**PROGRAMA DE ACÇÃO FLORESTAL**		
		Projectos(*)	Investimento
Agueda	1	25,492	
Alb.-a-Velha+S. do Vouga	1	38,355	
Arganil	1	99,521	
Cantanhede	1	16,727	
Coimbra	1	4,111	
Covilhã	1	45,219	
Figueira da Foz	4	70,159	
Figueira da Foz+Pombal	1	15,308	
Fig. dos Vinhos+C. Pêra	1	97,085	
Gouveia+Seia	1	66,143	
Idanha-a-Nova	1	55,890	
Ilhavo	1	8,337	
Lousã	1	75,168	
Manteigas	1	56,539	
Mealhada	1	1,001	
Mira	1	19,127	
Oliveira de Frades	1	46,186	
S.P.do Sul	1	28,453	
(+Arouca+V.de Câmbra)			
S.P.do Sul+Ol. de Frades	1	99,766	
Trancoso+F.de Algodres	1	29,232	
Vila Nova de Paiva	1	26,342	
Viseu+Castro Daire	1	55,162	
	<b>DRABL</b>	<b>2 0</b>	<b>7 26,299</b>
	<b>DRABI</b>	<b>5</b>	<b>253,023</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>2 5</b>	<b>979,322</b>
<b>Projectos apresentados(**)</b>			
<b>PORTUGAL</b>		<b>1 0 9</b>	<b>2,575,052</b>

(\*)-(tranche 1987/88, área de actuação da CCRC)

(\*\*) Em 1986 e até 31 de Maio de 1987

Fontes:

-Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP).

-Direcção Geral de Florestas (DGF), Coimbra

NOTA: Os valores poderão ser inferiores em resultado da avaliação do IFADAP.

**RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**								
QUADRO Nº 21	RECEITAS	Rec. Próprias	%	Transferências	%	Empréstimos	%	TOTAL DAS RECEITAS
	1982	3,908,153	24.08	10,245,753	63.14	2,073,573	12.78	16,227,479
	1983	3,381,717	21.12	11,490,795	71.75	1,142,455	7.13	16,014,967
	1984	4,450,648	24.24	12,951,510	70.55	956,315	5.21	18,358,473
	1985	5,477,482	24.04	16,475,202	72.32	827,588	3.63	22,780,272
	<b>DESPESAS</b>	<b>Investimento</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>				
	1982	9,689,091	61.37	15,789,210				
	1983	9,273,442	57.50	16,127,347				
	1984	9,018,456	49.34	18,279,385				
	1985	10,370,725	47.34	21,906,452				
	<b>DESAGREGAÇÃO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO</b>							
		<b>Terrenos</b>	<b>%</b>	<b>Habitação</b>	<b>%</b>	<b>Outros Edifícios</b>	<b>%</b>	
	1984	218,354	2.42	511,724	5.67	1,380,257	15.30	
	1985	239,356	2.31	552,733	5.33	1,528,778	14.74	
		<b>Construções Diversas</b>	<b>%</b>	<b>Mat. de Trans. Maq. e Equip.</b>	<b>%</b>	<b>Outros</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>
	1984	6,194,927	68.69	675,505	7.49	37,689	...	9,018,456
	1985	7,205,907	69.48	805,673	7.77	38,278	....	10,370,725

Fonte: CCRC, Divisão de Gestão e Finanças Locais

QUADRO Nº 22	A REGIAO CENTRO EM NUMEROS		
Indicadores básicos	Unidade	Região Centro	Portugal
Área	Km <sup>2</sup>	23 280	88 727
Área com aptidão agrícola	%	18.6	10.5
População residente	1 000	1 751	9 337
Variação			
.1960/1970	%	-11.5	-3
.1970/1981	%	+5.1	+16
Densidade demográfica	hab./Km <sup>2</sup>	75	105
Urbanização	%	12.6	30
População activa	1 000	715	3 938
.empregada	1 000	667	3 661
.desempregada	1 000	38	277
Taxa de desemprego	%	5.5	7.0
População activa por sectores			
.primário	%	32	19
.secundário	%	36.2	39
.terciário	%	31.8	42
Produto Interno Bruto (1979)	bilhões de Esc.	186	956
.sector primário	%	21	12
.sector secundário	%	43	38
.terciário	%	36	50
PIB per capita	1.000 Esc.	79	102
<b>Condições de vida</b>			
Rendimento per capita (1979)	1.000 Esc.	93	102
Taxa de mortalidade infantil (1985)	‰	16	17.8
Camas hospitalares por 1000 hab.		3.5	5.2
Habitantes por médico (1985)		1 204	400
Taxa de analfabetismo (1981)	%	22.4	26
População (1981) com:			
.abastecimento de água	%	50	62
.electricidade	%	93	93
.esgotos	%	24	49
.recolha de lixo	%	53	60
<b>Infraestruturas</b>			
Rede rodoviária nacional (1984)	Km	6 443	18 864
Densidade rodoviária nacional	Km/Km <sup>2</sup>	0.28	0.21
Rede rodoviária municipal	Km	7 623	25 682
Densidade rodoviária municipal	Km/Km <sup>2</sup>	0.33	0.29
Rede ferroviária	Km	1 081	3 616
Densidade ferroviária	Km/Km <sup>2</sup>	0.01	0.04

UN: 1000 esc.

	TOTAL 88	VALORES TOTAIS (88/91)
<b>LOCALIZAÇÃO CONCELHIA</b>		
11—Cultura	175625	575275
12—Educação	3325431	20616629
13—Formação profissional	932600	2913121
14—Saúde	946853	7343650
15—Segurança social	542940	2091567
16—Habitação e urbanismo	839156	2609443
17—Defesa e proteção do ambiente	65350	271317
18—Justiça	427263	2302100
19—Desporto e OTL	553865	1492293
21—Agricultura, silvicultura e pecuária	277800	3953291
22—Pescas	510000	1210000
23—Indústria	901000	2960140
31—Transportes, comunicações e meteorologia	4007715	26729100
43—Modernização da administração pública	549512	2034454
52—Segurança e ordem pública	243678	728688
72—Despesas de apoio	9000	93000
<b>TOTAL</b>	<b>14307788</b>	<b>77924068</b>

<b>LOCALIZAÇÃO DISTRITAL C. BRANCO</b>		
12—Educação	341000	1579981
16—Habitação e urbanismo	8717	32300
31—Transportes, comunicações e meteorologia	410000	1322000
43—Modernização da administração pública	2500	2500
<b>TOTAL</b>	<b>762217</b>	<b>2936781</b>

<b>LOCALIZAÇÃO DISTRITAL COIMBRA</b>		
12—Educação	536900	1951001
31—Transportes, comunicações e meteorologia	1975000	7723076
43—Modernização da administração pública	13500	13500
<b>TOTAL</b>	<b>2525400</b>	<b>9687577</b>

<b>LOCALIZAÇÃO CCR CENTRO</b>		
12—Educação	1204000	9701290
16—Habitação e urbanismo	120000	1016500
21—Agricultura, silvicultura e pecuária	118347	947342
31—Transportes, comunicações e meteorologia	3249076	21018656
43—Modernização da administração pública	20500	203000
72—Despesas de apoio	151000	1075933
<b>TOTAL</b>	<b>4862923</b>	<b>33962721</b>

**TOTAL DA REGIAO CENTRO**

11—Cultura	175625	575275
12—Educação	5407331	33848901
13—Formação profissional	932600	2913121
14—Saúde	946853	7343650
15—Segurança social	542940	2091567
16—Habitação e urbanismo	967873	3658243
17—Defesa e proteção do ambiente	65350	271317
18—Justiça	427263	2302100
19—Desporto e OTL	553865	1492293
21—Agricultura, silvicultura e pecuária	396147	4900633
22—Pescas	510000	1210000
23—Indústria	901000	2960140
31—Transportes, comunicações e meteorologia	9641791	56792832
43—Modernização da administração pública	586012	2253454
52—Segurança e ordem pública	243678	728688
72—Despesas de apoio	160000	1168933
<b>TOTAL</b>	<b>22458328</b>	<b>124511147</b>

Fonte: CCRC/DEEB (a partir de valores fornecidos pelo DCP)

COMPOSTO E IMPRESSO  
NA SECÇÃO DE OFFSET DA  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO  
DA REGIÃO CENTRO

AGOSTO 1988  
Tiragem: 1500 Exemplares

